

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

CÍNTIA ALETHÉIA DE PAIVA

**A ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO DESTINADO ÀS ATIVIDADES EXTRACLASSE  
NA ESCOLA PAULO FREIRE DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

JUIZ DE FORA  
2017

CÍNTIA ALETHÉIA DE PAIVA

**A ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO DESTINADO ÀS ATIVIDADES EXTRACLASSE  
NA ESCOLA PAULO FREIRE DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Paiva, Cintia Aletheia de.

A organização do horário destinado às atividades extraclasse na escola Paulo Freire da rede estadual de Minas Gerais / Cintia Aletheia de Paiva. -- 2017.

120 f.

Orientador: Luiz Flávio Neubert

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2017.

1. Horas de Atividades Extraclasse. 2. Formação continuada. 3. Gestão escolar. 4. Trabalho docente. 5. Reunião Pedagógica. I. Neubert, Luiz Flávio, orient. II. Título.

CÍNTIA ALETHÉIA DE PAIVA

**A ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO DESTINADO ÀS ATIVIDADES EXTRACLASSE  
NA ESCOLA PAULO FREIRE DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para defesa no Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

---

Membro da banca

---

Membro da banca

Cada ser humano trilha seu próprio  
percurso de formação, fruto do que é e do  
que o contexto vivencial lhe permite que  
seja, fruto do que quer e do que pode ser.  
Isabel Alarcão, 1997

## RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado discute como as Horas de Atividades Extraclasse acontecem na Escola Paulo Freire no Estado de Minas Gerais, entendendo essas como uma conquista para o trabalho docente. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel da gestão escolar na garantia da organização, do cumprimento e da qualidade no uso do tempo destinado às Horas de Atividades Extraclasse. Os objetivos específicos são descrever o contexto de implementação das Horas de Atividades Extraclasse em âmbito nacional, estadual e na escola estudada; analisar e compreender criticamente a organização e o funcionamento das Horas de Atividades Extraclasse realizadas na escola em questão; avaliar as práticas da gestão no sentido de contribuir para que o corpo docente aproveite da melhor forma possível este momento. Os autores principais que embasam o referencial teórico são: Heloísa Lück (1992, 2000, 2005, 2006, 2008, 2009 e 2010) sobre gestão, Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira, Maurice Tardif e José Carlos Libâneo, Libâneo (2011) e Tardif (2002, 2003, 2010 e 2012) sobre saberes e trabalho docente, Nóvoa (1992 e 2001). A pesquisa foi realizada por meio de entrevista respondida pelos supervisores, bem como aplicação de questionário aos professores. Este trabalho teve como objetivo analisar o impacto causado pela Lei nº 11.738/2008 - Lei do Piso Nacional do Magistério, especificamente após a implementação da LC nº 613/2011 através da análise das opiniões dos profissionais da educação na Escola Paulo Freire, bem como investigar o modo que as atividades extraclasse estão sendo desenvolvidas. Desse objetivo, alguns específicos se desdobram no sentido de auxiliar no desenrolar da pesquisa como a descrição do contexto de implementação das Horas de Atividades Extraclasse em âmbito nacional, estadual e na escola estudada; a análise e compreensão crítica da organização e o funcionamento das Horas de Atividades Extraclasse realizadas na escola em questão; a avaliação das práticas da gestão no sentido de auxiliar o cumprimento dessas Horas. Assumimos como hipótese que o cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse, apesar de estar convencionado em lei, ainda há um percurso a ser percorrido para que os professores e supervisores possam aproveitá-las da melhor forma possível e, com isso, consigam otimizar seu trabalho. Após a descrição e análise dos dados, obtidos por meio das entrevistas e pesquisa, foi constatado que apesar de haver o cumprimento das horas de atividades extraclasse na escola pesquisada, ainda é necessário que a gestão busque acompanhar melhor os professores, bem como proporcione um espaço adequado para o cumprimento dessas horas. Mediante isso, o Plano de Ação Educacional (PAE) apresenta por objetivo a proposição de ações articuladas para ajustes no desenho das funções desenvolvidas pela Gestão.

**Palavras-chave:** Horas de Atividades Extraclasse; Formação continuada; Gestão escolar; Trabalho docente; Reunião Pedagógica.

## ABSTRACT

The present dissertation is developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case to be studied discusses how the Extraclass Activity Hours take place in the Paulo Freire School in the State of Minas Gerais, understanding these as an achievement for the teaching work. The general objective of this research is to analyze the role of school management in guaranteeing the organization, compliance and quality in the use of the time allocated to the Extraclass Activity Hours. The specific objectives are to describe the context of implementation of the Hours of Extraclass Activities at national, state and at the school studied; analyze and critically understand the organization and operation of the Hours of Extra-Class Activities held at the school in question; evaluate the management practices in order to contribute so that the faculty make the best use of this moment. The main authors that base the theoretical reference are: Heloísa Lück (1992, 2000, 2005, 2006, 2008, 2009 and 2010) on management, Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira, Maurice Tardif and José Carlos Libâneo, Libâneo (2011) and Tardif (2002) , 2003, 2010 and 2012) on knowledge and teaching work, Nóvoa (1992 and 2001). The research was carried out by means of an interview answered by the supervisors, as well as the application of a questionnaire to the teachers. The objective of this study was to analyze the impact caused by Law 11,738 / 2008 - Law on the National Floor of the Magisterium, specifically after the implementation of LC # 613/2011 through the analysis of the opinions of education professionals at the Paulo Freire School, as well as investigating the way extraclass activities are being developed. From this objective, some specific ones unfold in the sense of assisting in the development of the research as the description of the context of implementation of the Hours of Extraclass Activities at national, state and in the studied school; the analysis and critical understanding of the organization and the operation of the Hours of Extra-Class Activities held at the school in question; the evaluation of management practices in order to assist in the fulfillment of these Hours. We assume as a hypothesis that compliance with Hours of Extracurricular Activity, despite being agreed by law, there is still a way to be followed so that teachers and supervisors can take advantage of them in the best possible way and, with this, they can optimize their work. After the description and analysis of the data, obtained through the interviews and research, it was found that although there is compliance with the hours of extracurricular activities in the school being researched, it is still necessary for the management to seek to better monitor the teachers, as well as to provide a space appropriate to meet those hours. Therefore, the Educational Action Plan (PAE) aims to propose articulated actions for adjustments in the design of the functions developed by Management.

**Keywords:** Extraclass Activity Hours; Continuing education; School management; Teaching work; Pedagogical Meeting.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo proposto pela Inspetora da SRE de Varginha que foi utilizado pela Escola Paulo Freire para o cumprimento de carga horária conforme Decreto nº 46.125/2013 .....	42
Figura 2 - Cabeçalho de pauta de Reuniões .....	43



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Situação das Unidades da Federação no Brasil face ao cumprimento da Lei Federal nº 11.738/2008 - LP.....	26
Quadro 2 - Carga horária do professor de Educação Básica - Resolução SEE nº 2836/2015 .....	30
Quadro 3 - Demonstrativo de número de professores efetivos X designados .....	35
Quadro 4 - Controle de cumprimento de carga horária conforme Anexo I do Decreto nº 46.125/2013, referente aos professores dos Anos Finais e Ensino Médio .....	36
Quadro 5 - Distribuição de professores quanto à participação nas reuniões pedagógicas.....	39
Quadro 6 - Considerações sobre a pesquisa e ações para o PAE .....	95
Quadro 7 - Proposta de conscientização sobre o funcionamento das horas de atividade extraclasse.....	97
Quadro 8 - Proposta para adequação do local de cumprimento de atividade extraclasse.....	98
Quadro 9 - Proposta para formação continuada durante as horas de atividade extraclasse .....	100
Quadro 10 - Proposta para aumentar o número de participação nas reuniões pedagógicas.....	102

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição da jornada trabalho dos professores mediante a implantação da Lei de nº 11.738/2008 .....	25
Tabela 2 - Comparação entre a jornada a ser cumprida pelo professor entre os anos de 2012 e 2013 .....	28
Tabela 3 - Situação dos servidores quanto ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse.....	41
Tabela 4 - Regularidade das Reuniões Pedagógicas .....	74
Tabela 5 - Divulgação da pauta da reunião pedagógica .....	75
Tabela 6 - Significância das Reuniões Pedagógicas.....	76
Tabela 7 - Duração do tempo disponível para o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse semanalmente.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ATB	Assistente Técnico da Educação Básica
ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
C.E.P.	Comissão de Ética Pública
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
EC	Exigência Curricular
E.E	Escola Estadual
EEB	Especialista da Educação Básica
EJ	Extensão de Jornada
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
HTPC	Horas hora de trabalho pedagógico coletivo
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
PAE	Plano de Ação Educacional
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PL	Projeto de Lei
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROCAP	Programa de capacitação dos professores
PROCAD	Programa de Capacitação de Diretores e Vice-Diretores
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
RB	Regime Básico
RNFC	Rede Nacional de Formação Continuada
SEE	Secretaria Estadual de Educação

SRE	Secretaria Regional de Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 A ORGANIZAÇÃO DAS HORAS EXTRACLASSE: O CASO DA ESCOLA PAULO FREIRE</b> .....	<b>18</b>
1.1 A Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei nº 11.738/2008).....	22
1.2 Horas de atividades extraclasse na rede estadual de ensino de Minas Gerais .....	27
1.3 A Escola Paulo Freire.....	33
1.4 As horas de atividades extraclasse na Escola Paulo Freire.....	37
1.4.1 Reunião Pedagógica .....	38
1.4.2 Atividade extraclasse: na própria escola ou em local definido pela direção .....	44
<b>2 ATIVIDADE EXTRACLASSE: REFERENCIAL TEÓRICO E ESTUDO EMPÍRICO</b> .....	<b>47</b>
<b>2.1 Referencial teórico</b> .....	<b>48</b>
2.1.1 Gestão escolar .....	48
2.1.2 Trabalho docente e as atividades extraclasse.....	55
2.1.3 Formação continuada.....	59
2.1.4 As HTPCs no estado de São Paulo: um caso a ser comparado .....	65
<b>2.2 Metodologia de pesquisa</b> .....	<b>68</b>
<b>2.3 Gestão escolar e atividade extraclasse: análise dos dados da Escola Paulo Freire</b> .....	<b>72</b>
2.3.1 Considerações dos participantes da pesquisa sobre o trabalho docente e as atividades extraclasse: o trabalho individual, coletivo e a formação continuada .....	80
<b>3 DELINEAMENTO DAS PRÁTICAS REALIZADAS: PLANO DE AÇÃO PARA A MELHORIA DA GESTÃO DAS HORAS DE ATIVIDADES EXTRACLASSE</b> .....	<b>93</b>
<b>3.1 Plano de Ação Educacional (PAE)</b> .....	<b>94</b>
3.1.1 Realização de momentos de conscientização sobre as atividades extraclasse .....	96
3.1.2 Criação de um local adequado ao cumprimento das atividades .....	99
3.1.3 Criação de diretrizes sobre qual seria a formação a ser desenvolvida .....	99
3.1.4 Unificação do cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse nas Reuniões Pedagógicas.....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>105</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a investigar a trajetória das atividades extraclasse<sup>1</sup> e o papel da gestão escolar na garantia de organização, cumprimento e qualidade no uso do tempo destinado a essas atividades, no período de 2017 e 2018, na Escola Estadual Paulo Freire<sup>2</sup>, localizada no município de Varginha.

Durante seis anos de atuação na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais no município de Varginha<sup>3</sup>, como professora de Língua Portuguesa e diretora, tenho observado a trajetória das atividades extraclasse (extensão de jornada de trabalho dos professores sem a presença dos alunos com gratificação). Ao longo desse período, percebi uma relação controversa por parte dos professores quanto ao cumprimento dessas atividades. Inicialmente, em 2006, o cumprimento das atividades extraclasse não era preconizado em lei, sendo que as reuniões pedagógicas não eram totalmente acompanhadas, e as horas de livre escolha pelo professor ainda não estavam incorporadas ao seu trabalho.

Após a Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei nº 11.738/2008), a qual regulamenta e institui piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, esse cenário mudou. Atualmente, com o olhar não só de professora como também de diretora, função em que estou há três anos, alguns questionamentos relevantes surgiram sobre o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse e que me motivaram a estudá-lo no mestrado.

Desde 1977, em Minas Gerais, a Lei Estadual 7.109/77 (Estatuto do Magistério) as horas a serem cumpridas pelo professor já era conceituado, sendo que o módulo I é o momento em que o professor está ministrando aulas e o módulo II são as atividades extraclasse, como pode ser visto em seu artigo 13:

[...] módulo 1: regência efetiva de atividades, área de estudo ou disciplina; **módulo 2: elaboração de programas e planos de trabalho, controle e avaliação do rendimento escolar, recuperação dos alunos, reuniões, auto-aperfeiçoamento, pesquisa educacional e cooperação, no âmbito da escola, para**

<sup>1</sup> A terminologia atividade extraclasse é utilizada no estado de Minas Gerais para definir os espaços/tempo de planejamento inseridos na jornada de trabalho dos professores.

<sup>2</sup> A fim de preservar a integridade e privacidade da escola, será utilizado um nome fictício, assim como os nomes de todos os sujeitos de pesquisa.

<sup>3</sup> O município de Varginha conta com um número de aproximadamente 133.384 habitantes e uma área territorial de 395.647 km<sup>2</sup> (IBGE, 2016). O polo da Superintendência Regional de Ensino - SRE está localizado na própria cidade.

**aprimoramento tanto do processo ensino-aprendizagem, como da ação educacional e participação ativa na vida comunitária da escola** (grifo meu).

Portanto, estes conceitos serão utilizados durante o trabalho e aparecerá por diversas vezes principalmente durante as entrevistas aplicadas às supervisoras.

No estado de Minas Gerais, a Lei Estadual 20.592/12 modificou a jornada de trabalho do professor, aumentando as Horas de Atividades Extraclasse, que passaram a equivaler a um terço da jornada de trabalho docente. Tal alteração atendeu o preconizado pela Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta o piso salarial nacional para os profissionais da Educação Básica e traz, no parágrafo 4º, artigo 2º, que “na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos” (BRASIL, 2008, p. 1). Assim, fica garantido que pelo menos um terço da carga horária do professor seja utilizado em atividades de capacitação, planejamento, avaliação, reuniões e outras atribuições do cargo, tais como preenchimento de diários, formulários, entre outros.

Dessa maneira, a Lei 20.592/12 determina que um professor que tenha a jornada padrão, de 24 horas semanais, irá cumprir 16 horas semanais lecionando em sala de aula. Contudo, se o professor estiver fazendo uma capacitação promovida ou autorizada pela Secretaria de Educação, ele será liberado em mais duas dessas quatro horas. Então, fazendo capacitações, ele poderá ter seis horas fora da escola e duas na escola, para reuniões.

É possível observar que os docentes têm encontrado obstáculos para realizar as atividades de formação continuada, correção de provas, reflexão coletiva sobre o trabalho docente, reuniões com pais e planejamento de aulas. Nesse sentido, a relevância desta pesquisa que tangencia as questões atinentes ao cumprimento das horas de atividade extraclasse foi observar, durante a minha trajetória profissional na gestão escolar, que, apesar de haver o cumprimento da atividade extraclasse, muitas vezes a mesma não atinge seus objetivos de Planejamento, Estudo e Avaliação. Ou seja, percebi, ao assumir a direção da escola, que esses horários não eram bem definidos e, além disso, muitas vezes o seu cumprimento não era eficaz, considerando como alcançar a qualidade da escolarização para todos: um novo viés na organização das instituições escolares, concebida a partir da gestão democrático participativa, do planejamento coletivo das atividades e na tomada de decisão, o



fortalecimento das relações humanas produtivas e criativas, assentadas na busca de objetivos comuns (LIBÂNEO, 2003).

Uma das questões que se mostrou bastante relevante no sentido de interferir no cumprimento dessas horas é o fato de que alguns professores necessitam cumprir um número irrisório de horas, sendo que muitos deles cumprem poucas horas de Reunião Pedagógica, por exemplo.

A fim de aprofundar nessa discussão, o questionamento que norteia esta pesquisa é: como a gestão da Escola Estadual Paulo Freire pode organizar os horários destinados às Horas de Atividades Extraclasse, possibilitando um momento no qual o professor possa realizar com qualidade as atividades inerentes à profissão? Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo geral analisar o papel da gestão escolar na garantia da organização, do cumprimento e da qualidade no uso do tempo destinado às Horas de Atividades Extraclasse. Decorrem de tal objetivo geral os seguintes objetivos específicos:

- descrever o contexto de implementação das Horas de Atividades Extraclasse em âmbito nacional, estadual e na escola estudada;
- analisar e compreender criticamente a organização e o funcionamento das Horas de Atividades Extraclasse realizadas na escola em questão;
- avaliar as práticas da gestão no sentido de garantir o efetivo cumprimento dessas Horas;
- propor um Plano de Ação Educacional (PAE) para que o cumprimento dessas atividades alcance os seus objetivos.

Esta pesquisa apresenta uma metodologia com abordagem qualitativa, uma vez que tem como foco o caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Como ferramentas de pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as supervisoras e questionário com os professores. Além disso, foram utilizadas atas de reuniões pedagógicas, as quais contêm os assuntos abordados e que demonstram o quantitativo de professores que participam dessas reuniões, além de registros das Horas de Atividades Extraclasse, que, como dito anteriormente, são chamadas em no estado de Minas de Módulo II para as reuniões e para o restante das horas a serem cumpridas os referenciais teóricos que servirão para a análise dos dados encontram-se numa linha crítica de formação docente.

Na análise deste “redesenho” do trabalho pedagógico, utilizou-se a abordagem qualitativa, uma vez que serão analisadas as respostas da entrevista aplicada aos professores e às supervisoras, as atas de reuniões pedagógicas que contêm os assuntos abordados e que demonstram o quantitativo de professores que participam dessas reuniões, além de registros das horas de Módulo II.

Os referenciais teóricos se basearão na legislação educacional vigente acerca do tema e nas obras de pesquisadores que tratam sobre os assuntos abordados durante a pesquisa, tais como as de Heloísa Lück (1992, 2000, 2005, 2006, 2008, 2009 e 2010), Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira, Maurice Tardif e José Carlos Libâneo, Libâneo (2011) e Tardif (2002, 2003, 2010 e 2012), Nóvoa (1992 e 2001). servirão para a análise dos dados desta pesquisa..

Organizada em três capítulos, esta dissertação pretende contribuir com a reflexão e a discussão sobre a utilidade e funcionalidade dessas horas como um espaço para formação continuada dos professores com o intuito de que estes possam refletir sobre sua prática pedagógica.

O capítulo 1 aborda a legislação que regulamenta a implementação das Atividades Extraclasse. Além disso, descreve como estão sendo realizadas essas horas na Escola Paulo Freire. Na primeira seção, a Lei nº 11.738/2008 - Lei do Piso Nacional do Magistério será amplamente explanada para que haja um entendimento de como o cumprimento dessa lei está sendo realizado no que diz respeito principalmente à Jornada de Trabalho do Professor e, assim, no que se refere ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse. Na segunda seção, essas horas serão tratadas no âmbito da Rede Estadual Mineira, uma vez que a escola em análise está localizada em Minas Gerais. Na terceira seção, a intenção é descrever a escola estudada para que o leitor entenda em que cenário se dá este caso de gestão. Por fim, na quarta seção, a intenção é a de vislumbrar como ocorre o cumprimento das horas de Atividades Extraclasse na escola em questão.

O segundo capítulo apresenta a análise dos resultados da pesquisa, sob a luz dos referenciais teóricos que a fundamentam. Foi subdividido em três subseções: a primeira traz os referenciais teóricos que trazem ideias dos autores que embasam a pesquisa. Esta se subdivide em quatro subtópicos, que tratam da gestão escolar, do trabalho docente, da formação continuada e das HTPCs no estado de São Paulo. Na segunda seção, a metodologia de pesquisa é apresentada. Na terceira, “Gestão

escolar e atividade extraclasse: análise dos dados da escola Paulo Freire”, apresenta-se o desenho do funcionamento da gestão nesta escola.

O terceiro capítulo apresenta Plano de Ação Educacional – PAE, cujo eixo norteador das ações é a implementação de práticas através de um plano de trabalho que vise a atender aos professores da Escola Paulo Freire para que as horas destinadas às atividades extraclasse se efetive, a partir de uma reflexão crítica sobre o que tem sido feito e o que pode ser feito com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade das mesmas e, por conseguinte, do trabalho do professor em sala de aula.

Assim sendo, espera-se que o presente trabalho cumpra seu papel social que representa a busca pela construção de um ambiente participativo de modo que possibilite ações concretas para uma educação de qualidade, ou seja, a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

## **1 A ORGANIZAÇÃO DAS HORAS EXTRACLASSE: O CASO DA ESCOLA PAULO FREIRE**

Para dar início a este estudo, é necessário caracterizar o contexto em que as Horas de Atividades Extraclasse estão inseridas, antes de discorrer sobre a realidade da E. E. Paulo Freire, a fim de entendermos quais as condições em que se encontram atualmente, quais são os sujeitos envolvidos, as dificuldades enfrentadas e os avanços realizados.

A partir da universalização do ensino, proporcionou-se a todos o direito à educação, que é parte de um conjunto de direitos denominados de direitos sociais, os quais têm como principal inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. Tal direito fora reconhecido apenas na Constituição Federal de 1988. Anteriormente, o Estado brasileiro não assumira a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, ou seja, o ensino público era tratado como mera assistência e amparo dado àqueles que não podiam pagar. A responsabilidade do Estado foi finalmente repensada e promoveu-se a educação fundamental passou a ser o seu dever. O direito à educação é realizado principalmente por meio da garantia de acesso ao sistema de educação pública e gratuita. Portanto, a partir da garantia de tal direito, outras questões inerentes ao assunto se tornaram motivo de reflexão, discussão e prática.

Pode-se dizer, portanto, que o direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988, está ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana, bem como a preconização da educação de qualidade. Por conseguinte, está atrelada a tal qualidade a valorização do professor. Uma das medidas que remetem a essa valorização é o cumprimento da Lei do Piso, que será explicada na próxima seção, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento das Horas de Atividades Extraclasse.

Os professores não realizam as suas atribuições somente quando estão em sala de aula, pois suas atividades vão além das paredes da sala de aula. É notório que a formalização do pagamento das atividades extraclasse vem para garantir que estas atribuições sejam remuneradas. Desta forma, as atividades extraclasse garantem que os professores possam planejar as aulas durante as atividades extraclasse, nomenclatura que será explanada mais detalhadamente adiante, bem como realizar formação continuada durante as reuniões pedagógicas. Para que haja

o cumprimento dessas horas extraclasse, as legislações se tornaram ponto crucial para o desenvolvimento das mesmas.

Segundo Di-Giorgi e Leite (2010), a Constituição de 1988 determina que a educação:

Consagra-se como direito público e subjetivo e estabelece o princípio da gestão democrática do ensino público, o dever do Estado em prover creche e pré-escola às crianças e o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos. (DI-GIORGI e LEITE, 2010, p. 314).

Em 1996 houve a criação de três legislações educacionais que complementam a Constituição: a Emenda Constitucional nº 14 de 1996; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>4</sup> (Lei nº 9.394/96) e a Lei nº 9.324, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (VIEIRA e FARIAS, 2007; DI GIORGI e LEITE, 2010). A Emenda Constitucional nº 14 de 1996, regulamentada pela Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996, ampliou alguns direitos já assegurados como atendimento ao educando em todas as etapas de ensino e não somente no Ensino Fundamental, como era prescrito na redação anterior. Já a LDB regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado. Essa lei foi baseada nos princípios presentes na Constituição Federal, que reafirma o direito à educação desde a Educação Básica até o Ensino Superior. E, por fim a lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

É importante, para o trabalho em pauta, frisar que a Lei Federal nº 9.394/96 prevê, desde dezembro de 1996, o direito da jornada extraclasse dentro da jornada normal de trabalho, em seu artigo 67, inciso V:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:  
V- período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Dessa forma, é possível observar que ao professor é garantida a sua contratação com base em um determinado número de aulas, independentemente da

---

<sup>4</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

duração de cada aula para efeito do que assegura ao estudante a LDB. Portanto, cada professor deve cumprir um determinado total de aulas semanais, organizadas em: atividades de interação com educandos e atividades extraclasse.

Assim, a jornada de trabalho do professor é composta pelas suas práxis pedagógicas em sala de aula e pelas atividades que exerce no que tange ao planejamento didático e metodológico. O planejamento pode ser realizado na residência do(a) professor(a) ou na escola, apesar de que realizar tal planejamento na própria escola, por vezes, não é tão fácil, uma vez que não há computadores suficientes para todos os professores e o tempo de módulo é muito curto.

A LDB também preconizou que as atividades da jornada extraclasse devem ser utilizadas para:

**ESTUDO:** investir na formação contínua, graduação para quem tem nível médio, pós-graduação para quem é graduado, mestrado, doutorado. Sem falar nos cursos de curta duração que permitirão a carreira horizontal. Sem formação contínua o servidor estagnarão no tempo quanto à qualidade e efetividade do trabalho, o que comprometerá a qualidade da Educação, que é direito social e humano fundamental;

**PLANEJAMENTO:** planejar adequadamente as aulas, o que é relevante para o ensino;

**AVALIAÇÃO:** Correção de provas, redações, acompanhamento do processo ensino--aprendizagem, tais como entrevistas com o aluno. Não é justo nem correto que o professor trabalhe em casa, fora da jornada, sem ser remunerado, corrigindo centenas de provas, redações e outros trabalhos. (BRASIL, 1996, p. 8-9).

A LDB destaca a necessidade de se valorizar o profissional da educação, levando em conta que, para uma educação de qualidade, a formação desse profissional é de suma importância; por isso, deve-se garantir um tempo reservado dentro da carga horária do professor destinado às atividades extraclasse. O estudo, o planejamento e a avaliação consistem em reservar horários específicos ao planejamento de aulas, reuniões com pais ou responsáveis, troca de saberes com seus pares, reuniões pedagógicas, ou seja, são momentos destinados à formação continuada do professor no ambiente escolar. Além disso, essas horas destinam-se a um momento que inclui o trabalho que o professor realiza fora da escola, normalmente em sua própria residência, incluindo: leituras, estudos e atualização; pesquisas sobre temas de sua disciplina e temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas.

Neste sentido, o direito de exercer atividades extraclasse está previsto na Lei do Piso Nacional, Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, em seu artigo 2º, parágrafo 4º:

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

Dessa forma, com o advento da referida lei sobre a composição da jornada de trabalho do professor, no mínimo 1/3 da jornada de trabalho deve ser destinado às chamadas atividades extraclasse dentro da jornada, que podem ser cumpridas no próprio local de trabalho.

É possível observar que as prerrogativas da Constituição de 1988, assim como a Lei do Piso Nacional, atuam no sentido de valorizar a educação e a carreira de magistério. Neste viés reflexivo, é importante destacar também o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, com o objetivo de destinar para a educação recursos financeiros nos níveis federal, estadual e municipal, aplicando-os no financiamento do Ensino Fundamental (1ª à 8ª séries, naquela época). Tal fundo tinha a duração determinada em 10 anos, só passando a ser operacionalizado dois anos depois, em 1998. Para substituir o FUNDEF, foi criado em janeiro de 2007 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), com validade de 14 anos, tendo como principal diferença a abrangência não apenas ao Ensino Fundamental, mas também à Educação Infantil, ao Ensino Médio e à Educação de Jovens e Adultos.

Ressalte-se que, como o FUNDEF tem como uma de suas prerrogativas a valorização do professor, um dos seus objetivos é “vincular 60% dos recursos de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) exclusivamente para o Ensino Fundamental e o pagamento de seus professores” (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 167-168). Isso está diretamente relacionado ao Cumprimento da Lei do Piso, haja vista que, se há recursos destinados a tal valorização, o Governo Federal tem como prerrogativa exigir dos entes do âmbito estadual que cumpram a lei, uma vez que os recursos repassados deveriam ser investidos para este fim.

É necessário ressaltar que a Lei do Piso é extremamente importante no sentido de tentar assegurar melhores condições de trabalho para o professor, pois é

sabido que muitas vezes estes profissionais chegam a possuir jornada múltipla de trabalho, tendo que se desdobrar para se deslocar entre diversas escolas, ter que ministrar da melhor forma o tempo para planejamento e preparação de aulas. Dessa forma, o cumprimento das horas de atividade extraclasse proporciona de um lado um momento em que o professor pode organizar melhor suas atividades realizadas fora da sala de aula, porém, por outro lado, a carga horária aumenta conforme o número de aulas ministradas.

Portanto, o processo de organização das horas extraclasse, enquanto espaço em que o professor realiza atividades inerentes à profissão sem a presença do aluno, deve contar com o planejamento da equipe gestora, bem como a participação dos docentes, enquanto sujeitos inseridos neste processo. Isso será discutido a seguir.

### **1.1 A Lei do Piso Nacional do Magistério (LEI Nº 11.738/2008)**

A instituição da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, convencionou o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Essa lei, ao regulamentar o piso, determina que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da Educação Básica para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, não pode ter valor abaixo do piso salarial profissional nacional. Determina ainda, em seu artigo 2º, § 4º, que “observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com alunos” (BRASIL, 2008).

É válido lembrar que antes mesmo da promulgação desta lei, a Lei n.º 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN – em seu art. 67 estabelece alguns direitos inerentes à carreira do magistério, mais precisamente sobre a carga horária do professor indicando que é necessário haver um “Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”. (BRASIL, 1996, p. 23). Desta forma, entende-se que o espaço reservado para estudos, planejamento e avaliação deve estar incluído na carga horária de trabalho. Neste sentido, o Projeto de Lei do Piso Salarial veio consolidar a valorização do professor e foi aprovado após amplo debate envolvendo a sociedade, os gestores



das três esferas de governo e o Congresso Nacional. É fruto, também, de dois Projetos de Lei: um oriundo do Executivo (PL 619/07), em que são coautores o Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), no texto do Senado Federal (PL 7.431/06).

A promulgação de tal lei, principalmente no tocante ao previsto pelo art. 2, parágrafo 4 da Lei nº 11.738/2008, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos professores, estabeleceu 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos<sup>5</sup>. Isso significa que 1/3 (um terço) da jornada destinar-se-ia às chamadas horas de atividade.

Apesar disso, a Resolução CNE/CEB nº 2-2009, que oferece diretrizes para a elaboração dos Planos de Carreira do Magistério, não contempla tal orientação, reafirmando a que já existia quanto à destinação de um período para as horas de atividade<sup>6</sup>, bem como ratifica a necessidade de que essa definição seja feita em sede de lei local.

Desta forma, a garantia desse direito só seria assegurada se a Lei local assim o dispuser, o que foi motivo de muita disputa jurídica, sendo questionada na Justiça em 2009 pelos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.167 (ADI 4.167)<sup>7</sup>.

Todavia, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu, em abril de 2011, que o piso nacional dos professores é válido, e, em 2012, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de sua Câmara de Educação Básica, aprovou parecer, de autoria de Maria Izabel Noronha<sup>8</sup>, que normatiza a implementação da composição da jornada semanal de trabalho dos professores de acordo com a lei 11.738/2008.

Esse documento contém duas tabelas, sendo que a primeira trata da duração total da jornada convencionando as 40 horas e dessas 2/3, no máximo, é destinado à interação com os estudantes e 1/3, no mínimo, referente às atividades extraclasse.

<sup>5</sup> Sobre a aplicabilidade e a exigência do que dispõe a Lei nº 11.738-08, após o julgamento da ADI 4.167, que tramitou no Supremo Tribunal Federal e foi julgada improcedente.

<sup>6</sup> A já revogada Resolução CNE/CEB nº 3-97, trazia, praticamente, as mesmas definições em relação às horas de atividades.

<sup>7</sup> ADI encontrada no site: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4277240/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4167>>.

<sup>8</sup> Maria Izabel Azevedo Noronha é presidenta da Apeoesp, vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Congresso Nacional e membro do Fórum Nacional de Educação

Esta tabela, encontrada no parecer nº 18/2012 formulado pelo então Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, mostra que a jornada de trabalho de 40 horas semanais deve ser composta independentemente do tempo de duração de cada aula. Assim, poderá haver jornada de trabalho de 40 horas semanais, com aulas de 60 minutos; jornada de trabalho de 40 horas semanais, com aulas de 50 minutos; ou jornada de trabalho de 40 horas semanais, com aulas de 45 minutos de duração. Portanto, para cumprimento do disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 11.738/2008, não se deve levar em consideração os minutos para depois distribuí-los por aulas. O que se deve considerar são as jornadas previstas em lei, independentemente do número de aulas que os alunos obterão durante um período de 40 horas semanais. Além disso, a Lei nº 11.738/2008 se aplica a cada professor individualmente. Por exemplo, numa jornada de 40 horas semanais, o professor realizará 26,66 horas de atividades com educandos e 13,33 Horas de Atividades Extraclasse, como pode ser percebido na tabela seguinte:

**Tabela 1 - Composição da jornada de trabalho dos professores mediante a implantação da Lei de nº 11.738/2008<sup>9</sup>**

<b>Duração total da jornada Interação com estudantes e Atividades extraclasse</b>	<b>Duração da jornada de interação com estudantes</b>	<b>Duração total das Atividades extraclasse</b>
40	26,66 (*)	13,33
39	26,00	13,00
38	25,33	12,66
37	24,66	12,33
36	24,00	12,00
35	23,33	11,66
34	22,66	11,33
33	22,00	11,00
32	21,33	10,66
31	20,66	10,33
30	20,00	10,00
29	19,33	9,66
28	18,66	9,33
27	18,00	9,00
26	17,33	8,66
25	16,66	8,33
24	16,00	8,00
23	15,33	7,66
22	14,66	7,33
21	14,00	7,00
20	13,33	6,66
19	12,66	6,33
18	12,00	6,00
17	11,33	5,66
16	10,66	5,33
15	10,00	5,00
14	9,33	4,66
13	8,66	4,33
12	8,00	4,00

Fonte: Elaborada com base no parecer CNE/CEB Nº: 18/2012

A segunda tabela dispõe sobre a composição proporcionalmente para as diferentes jornadas de trabalho e cargas horárias, esclarecendo no final que, no caso das atividades com educandos (para jornada de 40 horas semanais), “são 26 unidades, de acordo com a duração definida pelo sistema ou rede de ensino (60 minutos, 50 minutos, 45 minutos ou qualquer outra que o sistema ou rede tenha decidido)” e que o mesmo raciocínio vale para as atividades extraclasse (BRASIL, 2012, p. 18). Assim, em uma jornada de 40 horas semanais, independentemente da

<sup>9</sup> Fonte: Parecer CNE/CEB Nº: 18/2012. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11795-pceb018-12&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192/](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11795-pceb018-12&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192/)>

unidade de tempo que as compõem para os estudantes (60 minutos, 50 minutos e 45 minutos), 26,66 destas serão destinadas à interação com educandos e as demais 13,33 para atividades extraclasse.

Apesar do prazo para o cumprimento da lei ter sido até 2010, a situação dos estados brasileiros não é bem essa, como pode ser percebido no quadro seguinte:

**Quadro 1 - Situação das Unidades da Federação no Brasil face ao cumprimento da Lei Federal nº 11.738/2008 - LP**

UF	CARGA HORÁRIA	CUMPRE A LEI DO PISO SALARIAL NACIONAL?
AC	30h	Proporcionalmente paga o valor do piso salarial dos professores
AL	40h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
AM	20h	Proporcionalmente paga o valor do piso salarial dos professores.
AP	40h	Paga o piso salarial, mas não paga a jornada extraclasse
BA	40h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
CE	40h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
DF	40h	Paga o valor do piso salarial nacional.
ES	25h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
GO	40h	Paga o piso salarial, mas não paga a jornada extraclasse
MA	40h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
<b>MG</b>	<b>24h</b>	<b>Paga o valor do piso salarial dos professores.</b>
MS	20h	Proporcionalmente paga o valor do piso salarial dos professores
MT	30h	Proporcionalmente paga o valor do piso salarial dos professores.
PA	40h	Paga o piso salarial, mas não paga a jornada extraclasse
PB	30h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
PE	40h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
PI	40h	Paga o valor do piso salarial dos professores.
PR	20h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
RJ	40h	Não paga o valor do piso salarial nacional.
RN	30h	Proporcionalmente paga o piso salarial dos professores.
RO	40h	Proporcionalmente paga o piso salarial dos professores.
RR	25h	Proporcionalmente paga o piso salarial dos professores
RS	20h	Não paga o valor do piso salarial nem a jornada extraclasse.
SC	40h	Paga o piso salarial, mas não paga a jornada extraclasse
SE	40h	Paga o piso salarial nacional.
SP	40h	Não paga o valor do piso salarial nem a jornada extraclasse
TO	40h	Não paga o valor do piso

Fonte: Adaptado pela autora conforme: Piso Salarial dos Professores 2016 – Tabela Salarial Nacional. Disponível em: <<http://www.pisosalarial.com.br/salarios/piso-salarial-professores/>>.

Ao analisarmos tal quadro, pode-se perceber que nem todos os estados cumprem o que a Lei Federal nº 11.738/08 define, ou seja, ainda há prefeitos e governadores que não implementaram a fixação das condições mínimas de trabalho

e de remuneração dos profissionais do magistério público da Educação Básica. Este fato pode acarretar consequências ao processo educacional, uma vez que inviabiliza que o professor tenha a oportunidade de pensar e reelaborar sua prática pedagógica, estudar, pesquisar atividades e metodologias diferenciadas de ensino e, principalmente, buscar sua formação continuada.

No que se refere ao estado de Minas Gerais, para que essa lei fosse cumprida, foram necessários cinco anos. No início de 2012, por meio de campanha publicitária, foi apresentada uma carta à comunidade escolar, e o governo mineiro afirmou que cumpriria a lei e que os professores cumpririam 1/3 de hora-atividade<sup>10</sup>. No entanto, apenas em julho daquele ano foi apresentada uma proposta de projeto de lei para regulamentar a lei federal. Diante desses aspectos, torna-se importante compreender a implementação das Horas de Atividades Extraclasse na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

## 1.2 Horas de atividades extraclasse na rede estadual de ensino de Minas Gerais

Em Minas Gerais, os professores da rede estadual trabalharam uma jornada de sala de aula superior ao limite determinado pela Lei Federal nº 11.738/08 de 2008 até 2012. Somente em 2012, o estado de Minas Gerais promulgou a Lei Estadual 20.592/12 que regulamenta a Lei do Piso e, conseqüentemente, a previsão das atividades extraclasse.

Conforme o artigo 10 da Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de 24 (vinte e quatro) horas compreende:

- I – 16 (dezesesseis) horas semanais destinadas à docência;
  - II – 8 (oito) horas semanais destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:
    - a) 4 (quatro) horas semanais em local de livre escolha do professor;
    - b) 4 (quatro) horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões.
- § 1º - As atividades extraclasse a que se refere o inciso II compreendem atividades de **capacitação, planejamento, avaliação e reuniões**, (grifo meu) bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência, sendo vedada a

---

<sup>10</sup> Trabalho pedagógico realizado fora de sala de aula

utilização dessa parcela da carga horária para substituição eventual de professores.

Além disso, o Decreto nº 46.125/2013, que regulamenta a carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de 24 horas, traz em seu Anexo I a carga horária para o cumprimento das atividades extraclasse, como pode ser visto a seguir na tabela 2.

**Tabela 2 - Comparação entre a jornada a ser cumprida pelo professor entre os anos de 2012 e a partir de 2013 até 2017**

Jornada do cargo vigente até 31/12/2012			Jornada de cargo vigente a partir de 01/02/2013		
Regime Básico na Docência <sup>11</sup>	Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal	Regime Básico na Docência	Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal
1h	3h e 30min	16h	5h	8h	36h
2h	4h e 30min	20h	5h	8h	36h
3h	6h	7h	5h	8h	36h
4h	7h	32h	5h	8h	36h
5h	8h	36h	5h	8h	36h
6h	9h	41h	6h	9h	41h
7h	11h	50h	7h	11h	50h
8h	12h	54h	8h	12h	54h
9h	13h	59h	9h	13h 30min	61h
10h	14h	63h	10h	15h	68h
11h	16h	72h	11h	16h 30min	74h
12h	17h	77h	12h	18h	81h
13h	18h	81h	12h	18h	81h
14h	19h	86h	13h	19h 30min	88h
15h	21h	95h	14h	21h	95h
16h	22h	99h	15h	22h 30min	101h
17h	23h	104h	16h	24h	108h
18h	24h	108h	16h	24h	108h
19h	25h e 30 min	115h	17h	25h 30min	115h
20h	26h e 30 min	119h	18h	27h	122h
21h	28h	126h	19h	28h 30min	128h
22h	29h	131h	20h	30h	135h
23h	32h	144h	22h	33h	149h
24h	33h	149h	22h	33h	149h
25h	35h	158h	24h	36h	162h
26h	36h	162h	24h	36h	162h
27h	37h	167h	25h	37h 30min	169h
28h	38h	171h	26h	39h	176h
29h	40h	180h	27h	40h	180h

Fonte: Elaborada com base no decreto nº 46125/2013.

<sup>11</sup> Regime Básico na Docência: corresponde ao número de horas ministradas em sala de aula pelo professor.

A tabela 2 apresenta, portanto, como deve ser o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Percebe-se, por meio desses dados, que houve uma mudança com relação ao cumprimento entre os anos de 2012 e 2013. A primeira redação da Lei nº 15.293/04, em seu artigo 33, previa 18 horas destinadas à docência e seis horas destinadas a reuniões e outras atribuições e atividades específicas do cargo. A nova redação desse decreto alterou carga horária de 18 aulas para 16; e as seis Horas de Atividades Extraclasse para oito.

Desta maneira, um professor da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais que possui, por exemplo, um cargo de 16 horas terá que um total de 24 horas semanais e 108 mensais, levando em consideração as 16 somadas às oito.

Para especificar o que foi tratado no Decreto supracitado, é importante destacar a Resolução SEE nº 2.836, de dezembro de 2015, que legisla neste sentido:

CAPÍTULO II  
ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE ESCOLA  
SEÇÃO I  
DA CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA

Art. 6º - Conforme dispõe a Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de 24 (vinte e quatro) horas compreende:

- I – 16 (dezesesseis) horas semanais destinadas à docência;
- II – 8 (oito) horas semanais destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:
  - a) 4 (quatro) horas semanais em local de livre escolha do professor;
  - b) 4 (quatro) horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões. (MINAS GERAIS, 2015).

Em outros termos, o que já foi estabelecido no Decreto supracitado fica confirmado no artigo 6º da resolução, de forma a garantir o cumprimento do cargo completo de 24 horas, sendo que, desse total, oito serão destinadas às atividades que não envolvem alunos. Essas oito horas são divididas de maneira que o professor possa trabalhar em local de sua livre escolha na escola. Ressalta-se, ainda, que no período de quatro horas semanais que deve ser cumprido na escola são destinadas duas horas para reunião pedagógica.

Assim como o decreto, esta resolução traz em seu Anexo II a carga horária para o cumprimento das atividades extraclasse como pode ser visto a seguir:

**Quadro 2 - Carga horária do professor de Educação Básica - Resolução SEE nº 2836/2015**

FUNÇÃO	CH DO CARGO	CH NA DOCÊNCIA	HORAS ATIVIDADES EXTRACLASSES		CH SEMANAL	CH MENSAL	OBSRVAÇÕES
			DEFINIDO PELA DIREÇÃO	LIVRE ESCOLHA			
PEB Regente de Turma e Substituto Eventual de Docentes	4h	RB -16h	4h	4h	24h	108h	Atuação 20h semanais na regência cumprindo disposto na Lei 9.394/96
		EC – 4h	1h	1h	6h	7h	
PEB Regente de Aulas	4h	-	-	-	24h	08h	Poderá ter a carga horária obrigatória do cargo acrescida por aulas assumidas como Exigência Curricular e/ou Extensão de Jornada
PEB Ajustamento Funcional – Secretaria ou apoio à Biblioteca	4h	16h	4h	4h	24h	108h	Cumprirá 24 h semanais no exercício das atividades desenvolvidas na Biblioteca ou na secretaria da escola, por não estar no exercício da regência
PEB para o Ensino do Uso da Biblioteca/Mediador de Leitura que contar com o PEB - Apoio/Ajustamento Funcional	4h	16h	4h	4h	24h	108h	Cumprirá as horas destinadas à docência diretamente no atendimento aos alunos, realizando atividades de intervenção pedagógica, orientando a utilização em biblioteca escolar para realização de consultas e pesquisas, bem como desenvolvendo estratégias de incentivos ao hábito e ao gosto pela leitura
PEB para o Ensino do Uso da Biblioteca que não contar com PEB – Apoio/Ajustamento Funcional	4h	24h	-	-	24h	108h	Cumprirá 24 h semanais no exercício das atividades desenvolvidas na Biblioteca
PEB AEE /Sala de Recursos	4h	16h	4h	4h	24h	108h	Cumprirá as horas destinadas à docência diretamente no atendimento aos alunos
PEB Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas, Intérprete de libras, Guia Intérprete	4h	RB -16h	4h	4h	24h	108h	Atuação 20h semanais na regência cumprindo disposto na Lei 9.394/96
		EC – 4h	1h	1h	6h	7h	
PEB Orientador de Aprendizagem	4h	16h	4h	4h	24h	108h	Atenderá à demanda observando o limite máximo de 16h de interação com os alunos



PEB Afastado da docência	4h	-	-	-	24h	108h	Cumprirá na escola a carga horária integral do cargo de que é detentor
PEB Totalmente excedente	4h	-	-	-	24h	108h	Cumprirá a carga horária semanal do cargo exercendo atividades atribuídas pela direção da escola, conforme orientações da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica

Fonte: Adaptação da autora do Anexo II Resolução SEE nº 2.836, de 28 de dezembro de 2015 (MINAS GERAIS, 2015, p. 3).

De acordo com o quadro 2, pode-se perceber que a Secretaria Estadual de Educação teve por objetivo estabelecer a carga horária a ser cumprida em cada função que o professor está exercendo na escola e quais as prerrogativas de cada um desses cargos.

Desta maneira, o estado, no sentido de garantir o cumprimento da carga horária para as atividades extraclasse, estipulou uma tabela com o intuito de organizar o horário do professor conforme seu cargo. Por exemplo, o professor para uso da biblioteca, com o total de 24 horas, teria que cumprir um total de oito Horas de Atividades Extraclasse, sendo quatro horas de livre escolha e quatro em local definido pela direção, lembrando que destas últimas quatro horas, duas devem ser destinadas à reunião pedagógica. Mediante tal afirmação, faz-se necessário ressaltar que o quadro 2 demonstra que a garantia e o dever do cumprimento das horas de atividade extraclasse é uma prerrogativa do professor. Além disso, o art. 8º da Resolução SEE nº 2.836, de 28 de dezembro de 2015, confirma que o cargo de Especialista/Supervisora não possui tal prerrogativa:

Art. 8º - O Especialista em Educação Básica - EEB/Orientador Educacional ou EEB/Supervisora Pedagógico cumprirá 24 (vinte e quatro) horas semanais. Aquele sujeito à carga horária de 40 (quarenta) horas ocupará duas vagas e cumprirá sua jornada em dois turnos de 4 (quatro) horas que coincidirá, obrigatoriamente, com os turnos de funcionamento da escola não podendo ser computado o intervalo entre os turnos. (MINAS GERAIS, 2015, p. 3)

Verifica-se que esse artigo trata sobre a carga horária da supervisora. Vale destacar que esse cargo abrange a função de Orientador (a) ou Supervisor (a), dependendo da necessidade da escola, sendo que tal escolha fica a critério do

diretor. Além disso, no estado de Minas Gerais a quantidade de supervisores (as) na escola segue a legislação vigente, que preconiza o número de supervisores (as) em conformidade com o número de alunos que a escola possui; essa situação é denominada de comporta<sup>12</sup> no quadro de pessoal. Dito isso, a partir da análise desse artigo, pode ser compreendido que não há menção ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse por parte do (as) s supervisores (as), porém é de suma importância mencionar que a maioria das reuniões é ministrada pelos (as) supervisores(as). Portanto, a carga horária deve ser redefinida pela gestão escolar para que as duas horas de reunião sejam contabilizadas nessas 24 semanais, de modo que a carga horária do supervisor tenha que ser amplamente avaliada para que não haja prejuízo nem para o servidor e nem para escola.

Em 2013, a SEE – Secretaria Estadual de Educação publicou o Ofício 001801/13 que também orienta sobre o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse, nos termos do art. 10 da Resolução nº 2.253/13 supracitada. O papel do diretor é definido no item 1, no sentido de colocá-lo como responsável pelo “processo de coordenação, programação e desenvolvimento das atividades extraclasse.” Portanto é crucial a organização por parte da gestão na execução dessas horas.

Além disso, este ofício reafirma sobre o cumprimento de 4 horas na própria escola ou em local definido pela direção, sem interação com alunos, sendo que destas, 2 horas devem ser dedicadas às Reuniões Pedagógicas e, no item 2.2.1 essas reuniões são obrigatória a todos, exceto se estiver em afastamento legal.

O cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse se limita aos professores, uma vez que a legislação só traz a previsão de cumprimento pelos mesmos, sendo que os demais servidores, como diretor (a) e supervisor (a), precisam ter seu horário reorganizado para não extrapolar a carga horária inerente a seu cargo. Por esta razão, o presente estudo selecionou e buscou analisar o cumprimento das horas de atividade extraclasse no contexto da E. E. Paulo Freire e quais são as suas implicações no cotidiano da mesma.

Para tomar conhecimento dessa problemática em outras escolas, entramos em contato com cinco diretores de escolas próximas à escola Paulo Freire na cidade de Varginha para tentar compreender como funciona o Módulo II. Percebeu-se que

---

<sup>12</sup> Número de servidores a serem contratados em conformidade com o número de alunos matriculados segundo a Resolução vigente.

as dificuldades enfrentadas nessas escolas com relação ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse são similares, apesar de pertencerem a realidades de escolas bastante distintas. Este levantamento foi realizado por meio de formulários do *Google Drive*, cujo resultado está disponibilizado no Apêndice A deste trabalho.

Em análise a esse questionamento, observou-se que uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas outras escolas também é monitorar o cumprimento das horas. Os diretores corroboram que as maiores dificuldades são:

“Pessoal para acompanhamento da qualidade das horas cumpridas, muitas vezes são desperdiçadas.” (DIRETOR 1)

“Devido cada professor cumprir num horário diferente, torna-se difícil o monitoramento.” (DIRETOR 5)

“Monitorar as atividades dos professores e sua frequência.” (DIRETOR 2).

Além disso, essas horas também foram consideradas um espaço de formação profissional:

“Tempo para estudos, avaliação do trabalho e melhoria da prática, além de troca de experiências.” (DIRETOR 1)

“Espaço para estudo, planejamento, troca de experiências e encontro com as especialistas.” (DIRETOR 4)

Mediante essas informações, percebe-se que, independentemente da escola, as dificuldades ou vantagens relacionadas ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse não variam muito.

A seguir, será apresentado o cenário em que as Horas de Atividades Extraclasse serão analisadas – a E. E. Paulo Freire –, ressaltando-se a importância das mesmas e quais são os obstáculos a serem vencidos para organização de tais atividades.

### **1.3 A Escola Paulo Freire**

A escola Paulo Freire está localizada na região do Sul de Minas Gerais, no município de Varginha, que conta com um número de aproximadamente 133.384 habitantes e uma área territorial de 395.647 km<sup>2</sup> (IBGE, 2016). A cidade está localizada às margens do Lago de Furnas e, ao mesmo tempo, equidistante a três capitais do Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O município é um dos principais centros de comércio e produção de café do Brasil e do mundo e é referência na produção de cafés de alta qualidade. É um polo de exportação de café, escoando a maior parte da produção do Sul de Minas, fazendo o comércio do grão com diversos países; portanto, pode ser considerado um município desenvolvido<sup>13</sup>.

O polo da Superintendência Regional de Ensino (SRE) está localizado na própria cidade e atualmente atende a 28 cidades vizinhas, sendo que na própria cidade há 14 escolas estaduais, dentre as quais um Conservatório de Música. A Escola Estadual Paulo Freire foi fundada em Varginha em 21 de março de 1963. Inicialmente funcionava na Igreja Mártir de São Sebastião, situada no centro da cidade. De acordo com o artigo 31 do CEP – Comissão de Ética Pública –, em 1990, a escola, por meio do termo de permissão de uso intermitente, entre Prefeitura Municipal de Varginha e permissionária, Secretaria de Estado de Educação, passou a funcionar em um bairro de periferia da cidade e que ainda estava se formando principalmente por pessoas de baixa renda. Hoje o bairro é conhecido pelo alto índice de ocorrências policiais devido à grande incidência de violência e tráfico de drogas.

Com o intuito de melhorar o bairro, a prefeitura cedeu o espaço para a construção da UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas (2009), da UPA – Unidade de Pronto Atendimento (2015), bem como a implantação de empresas como a PPPrint.

O espaço físico da escola conta com 16 salas de aula, um salão para eventos pequenos, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma brinquedoteca, uma sala recursos com a finalidade de atender aos alunos com necessidades especiais, sala dos professores, secretaria, sala da direção, sala de supervisão, arquivo, dispensa, cozinha, pátio coberto, pátio aberto, quadra (de uso comum entre comunidade e escola) e cinco banheiros. Vale lembrar que a escola não pode ser considerada acessível, por não possuir nenhum tipo de adaptação para deficientes em todos os sentidos, como, por exemplo, rampas de acesso e banheiro adaptado; além disso, não apresenta estrutura caso essas adaptações sejam necessárias.

Atualmente a escola conta com sete turmas de Ensino Fundamental I – Anos Iniciais – que funcionam no vespertino; cinco turmas de Ensino Fundamental II –

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.sulminas146.com.br/conheca-as-dez-melhores-cidades-para-se-viver-no-sul-de-minas-segundo-a-onu/>>.

Anos Finais, quatro de Ensino Médio – que funcionam no matutino, três de Tempo Integral Anos Iniciais – matutino, uma de Tempo Integral Anos Finais – vespertino, uma Sala Recurso e uma Turma de Projeto de Alfabetização, contabilizando um total de 408 alunos sendo que 75 participam do Tempo Integral<sup>14</sup>. Durante o tempo em que permanece na escola, o estudante tem acompanhamento pedagógico e orientação de estudos, além de participar de atividades que contribuam para sua formação integral. É válido lembrar também que a escola não mantém funcionamento noturno atualmente, uma vez que a SRE limitou o número de escolas que oferecem essa opção e cada vez mais uma quantidade menor de escolas são responsáveis por tal oferecimento.

O quadro de pessoal na área pedagógica é composto por dez professores Regentes de Turma dos Anos Iniciais; 13 Professores Regentes dos Anos Finais, sete Professores de Tempo Integral, um Professor de Sala Recurso, um Professor Alfabetizador, dois Supervisores, um Professor Coordenador de Tempo Integral. É válido mencionar que, desses professores, somente três são efetivos – um professor de Geografia, um de Inglês e um regente de turma que atualmente está na biblioteca no período da manhã. Em relação à gestão da escola, dois supervisores são efetivos, porém um deles ocupa o cargo de direção em outra escola, e, por isso, outro servidor foi designado<sup>15</sup> para ocupar o cargo. É notório, portanto, que o quadro de pessoal é composto basicamente de designados. .

. Essa situação causa a temida rotatividade de professores e, conseqüentemente, o trabalho realizado com a formação desses profissionais precisa ser reiniciado a cada ano, haja vista que alguns profissionais não são os mesmos, como pode ser comprovado no quadro 3:

**Quadro 3 - Demonstrativo de número de professores efetivos X designados em 2017**

<b>MODALIDADE</b>	<b>EFETIVO</b>	<b>DESIGNADOS</b>
Regente de Turma	2	6
Regente de Aula	3	18
Professor Integral	0	7
Total de professores	5	31
Porcentagem do total de professores	14%	86%

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>14</sup> Tempo integral, no Estado de Minas Gerais, é o atendimento de alunos do Ensino Fundamental no contraturno.

<sup>15</sup> Funcionário designado é aquele que está contratado por um período determinado.

Assim sendo, atualmente o quadro de pessoal da E.E. Paulo Freire é composto, na sua maioria, por professores designados e isso influencia diretamente o processo de ensino/aprendizagem dos alunos e os resultados das avaliações internas e externas. Ademais, dificulta o processo de formação continuada do docente, pois não é possível haver uma continuidade, uma linearidade no processo de formação dos profissionais, além de impedir o fortalecimento de vínculos e planejamento decorrentes desse tipo de formação.

No que diz respeito ao baixo número de aulas, pode-se dizer que o mesmo depende do número de turmas que a escola possui, o que muitas vezes causa cargos com número reduzido de aulas. Por exemplo, atualmente há na escola três turmas de Ensino Médio; portanto, o cargo de Filosofia e Sociologia na escola é composto por somente três aulas. Por conseguinte, muitos professores, principalmente os do Ensino Médio, não possuem carga horária e, portanto, supostamente não permanecem tanto na escola cumprindo as Horas de Atividades Extraclasse:

**Quadro 4 - Controle de cumprimento de carga horária conforme Anexo I do Decreto nº 46.125/2013, referente aos professores dos Anos Finais e Ensino Médio**

Professor	Número de horas na docência (RB+EC+EJ)	Total da Carga horária a ser cumprida na escola	Horas de extraclasse destinada para reunião pedagógica	Horas de extraclasse destinada para estudo	Dia e hora acordado para estudo
1	18	4h e 30min.	2h	2h e 30min.	
2	20	5h	2h	3h	
3	2	30min.	30min.	-----	
4	20	5h	2h	3h	
5	4	1h	1h	-----	
6	3	45min.	45min	-----	
7	18	4h e 30min.	2h	2h e 30min.	
8	6	1h e 30min.	1h e 30min.	-----	
9	12	3h	2h	1h	
10	16	4h	2h	2h	
11	2	30min.	30min.	-----	
12	17	4h e 15min.	2h	2h e 15 min.	
13	14	3h e 30 min.	2h	1h e 30min.	
14	4	1h	1h	-----	
15	3	45min.	45min.	-----	
16	14	3h e 30min.	2h	1h e 30min.	

17	6	1h e 30min.	-----	1h e 30min.	
18	16	4	2h	2h	
19	3	45min.	45min.	-----	
20	14	3h e 30min.	2h	1h e 30min.	
21	6	1h e 30min.	1h e 30min.	-----	
22	16	4h	2h	2h	

Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, pela análise do quadro 4, percebe-se que muitos professores devem cumprir as horas de atividades extraclasse somente nas reuniões, além disso, alguns não completam as 2 horas, ou seja, de um total de 22 professores, somente 12 possuem 2 horas de cumprimento de Reunião, demonstrando, portanto, que este é mais um complicador para o processo de formação no contexto de trabalho, do trabalho coletivo, da interação formativa e reflexiva, da unidade entre pensar, fazer e avaliar e da autonomia das escolas (CUNHA e PRADO, 2010). A seguir, serão apresentadas, a partir da pesquisa exploratória, as principais evidências sobre como as Horas de Atividades Extraclasse são realizadas na Escola Paulo Freire, como os professores estão envolvidos e como são desenvolvidos o seu planejamento e organização.

#### **1.4 As horas de atividades extraclasse na Escola Paulo Freire**

A presente seção irá discorrer sobre como as horas de Atividades Extraclasse são cumpridas na Escola Paulo Freire, objetivando a identificação das dificuldades encontradas bem como os avanços alcançados. É importante frisar que, especificamente, as Reuniões Pedagógicas se prestam a diversos tipos de segmentos como: Conselho de Classe, Reuniões Administrativas, Formação docente, assuntos pedagógicos, sendo que o último é o mais frequente.

Para tanto, esta seção será dividida em duas subseções, nas quais é descrito como ocorrem as Reuniões Pedagógicas assim como a atividade extraclasse na escola e em local de livre escolha do professor.

#### 1.4.1 Reunião Pedagógica

As reuniões pedagógicas destacam o caráter coletivo das Horas de Atividades Extraclasse, ou seja, um momento em que todos os professores estão reunidos ao mesmo tempo na escola. Esse momento tem como principal finalidade a formação de professores, com trocas de experiências, espaços de estudo e reflexão, apesar de que, por diversas vezes, esses espaços são utilizados para outros fins dependendo da demanda da escola.

Em Minas Gerais, as reuniões pedagógicas:

[...] serão programadas pela Direção em conjunto com os (as) Supervisores (as) em Educação Básica, para o desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos ou institucionais de forma a atender às diretrizes do Projeto Político-Pedagógico. (MINAS GERAIS, 2013, p. 2)

Desta forma, nos moldes do que determina a legislação, a Escola Paulo Freire realiza as reuniões semanalmente, sendo que as pautas são elaboradas pelas supervisoras e passadas pelo crivo da direção, quando de cunho pedagógico, e elaboradas pela direção quando de teor administrativo ou institucional.

Tendo em vista o período de minha atuação como diretora nessa escola, minha hipótese é a de que os profissionais que nela trabalham aproveitam as reuniões pedagógicas pelo fato de tal momento permitir o debate e articulação entre as questões administrativas e as pedagógicas que são inerentes ao âmbito escolar e que no dia a dia não encontram tempo e espaço para tratá-las com mais eficácia e propriedade.

Conforme já foi explanado, a reunião pedagógica alcançará no máximo duas horas semanais; portanto, pode-se entender que o gestor tem a escolha de organizá-las neste limite. Imperioso se faz dizer que, no município em que a escola está situada, o usual é que essas reuniões ocupem o tempo total permitido, ou seja, as duas horas. Além disso, é de livre escolha do gestor decidir em que dia e horário serão essas reuniões. Como na escola em que atuei como professora esse dia era decidido de acordo com uma votação pelos professores, decidi também conduzir da mesma maneira assim que assumi a direção da escola Paulo Freire. Portanto, o dia de reunião depende da opinião da maioria dos professores. É importante frisar que em nosso município não há relatos de que este cumprimento seja realizado aos



sábados. Dessa forma, esta possibilidade não foi considerada também na escola Paulo Freire.

É importante dizer que, na Escola Paulo Freire, as reuniões, neste ano, ocorrem, semanalmente de 17h30min às 19h30min, ou seja, logo após o término do turno vespertino. Como mencionado anteriormente, possuímos três modalidades de ensino e, por isso, três reuniões diferentes.

A escolha pela segunda-feira e pela terça-feira como dias de reunião pedagógica foi feita coletivamente pelos próprios professores. As reuniões são divididas conforme pode ser visto no quadro a seguir.

**Quadro 5 - Distribuição de professores quanto à participação nas reuniões pedagógicas**

<b>MODALIDADE</b>	<b>PROFISSIONAL RESPONSÁVEL</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Educação Integral	Ministrada pelo Professor coordenador	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 (três) professores Regentes de Turmas (sendo que 2 (dois) também são Regentes de Turma do Ensino Fundamental I);</li> <li>• 2 (dois) professores de Canto Coral;</li> <li>• 1 (um) professor de Meio Ambiente;</li> <li>• 1 (um) professor de Atletismo e suas diversas vivências</li> </ul>	
Ensino Fundamental I	Ministrada pela Supervisora (Supervisora do Vespertino)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 7 (sete) professores Regentes de Turmas (lembrando que 2 (dois) também trabalham no Tempo Integral);</li> <li>• 1 (um) professor Eventual.</li> </ul>	Vale ressaltar que a Resolução SEE nº 2836/2015 que prevê a dispensa do Professor de Biblioteca e, por isso, o mesmo não participa dessas reuniões caso a direção decida.
Ensino Fundamental II e Ensino Médio	Ministrada pela Supervisora (Supervisora Matutino)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 13 (treze) professores Regentes de Aulas.</li> </ul>	É importante lembrar que nem todos participam das reuniões, uma vez que de acordo com o número de aulas, um professor pode ser dispensado de algumas, ou todas as reuniões. Além disso, pelo mesmo motivo já citado, o professor de Biblioteca também não participa das reuniões caso não sejam Convocações.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da escola Paulo Freire.

Desta maneira, as reuniões são preparadas, geralmente, pelas supervisoras e pelo coordenador do Tempo Integral e, em caso de convocação para assuntos gerais, são preparadas por mim, atual diretora. Conforme já exposto, todas as pautas passam pelo crivo da direção antes de serem realizadas. Essas reuniões se tornaram um espaço para discussão, debate, formação e, principalmente, para exposição de opiniões tendo em vista os objetivos da organização coletiva, uma vez que, quando falamos o que queremos, tornamos público um desejo que deixa de ser particular e passa para a possibilidade de mudanças.

No que diz respeito às Reuniões Pedagógica que ocorrem na Escola Paulo Freire, é necessário frisar que grande parte das mesmas se destina a assuntos pedagógicos, porém, por diversas vezes, as mesmas são utilizadas para tratar sobre assuntos administrativos, conselho de classe, assembleias extraordinárias.

Além disso, alguns obstáculos têm comprometido o desempenho das reuniões, como, por exemplo, professores que, devido ao número de aulas, não precisam permanecer durante todo o horário nas reuniões ou aqueles professores que estão em reunião na outra escola que trabalha, participando, assim, somente das convocações, conforme pode ser observado na Resolução SEE nº 2.836 de dezembro de 2015 mencionada anteriormente.

Esse tipo de situação causa um desencontro de informação ou até mesmo a falta dela, haja vista que a maior parte das orientações são dadas e muitas decisões são tomadas neste momento, o que pode causar, por diversas vezes, transtornos no desempenho das atividades escolares. Pode ser citada, por exemplo, a organização de um evento que irá acontecer na escola; o professor que não participou da reunião ou que não cumpre o horário na sala dos professores, onde muitas vezes os recados ficam afixados, fica alheio ao que deve ser feito.

Atualmente a escola conta com dois professores com seis aulas, outros dois com oito aulas e, conforme preconiza a resolução, somente cumpriram 1h e 1h e 30min respectivamente, ou seja, os mesmos cumprem as atividades extraclasse somente nas reuniões pedagógicas.

Outra situação verificada são aqueles professores que possuem dois cargos distintos na própria escola, como no caso dos professores Orientadores do Tempo Integral, que também são Regentes de Turma no Ensino Regular. Eles têm que decidir sobre qual reunião irão participar, a do Tempo Integral ou do Ensino Regular, uma vez que o horário é o mesmo. Essa situação causa prejuízo individual e até

mesmo coletivo devido a sua ausência, ou seja, os professores que “dobram” turno acabam tendo que optar por uma das duas reuniões, mesmo porque há amparo legal para tanto.

Além desses professores que estão lotados na mesma escola, há aqueles que, devido à necessidade de trabalhar em duas ou mais escolas, de acordo com a Resolução SEE nº 2.836/ 2015, podem escolher umas das reuniões caso sejam no mesmo dia em todas as escolas. Se isso ocorrer, o professor deve apresentar uma declaração emitida na escola em que participou dessa reunião comprovando o cumprimento dessas horas. Na escola Paulo Freire isso é frequente, já que o dia escolhido, segunda-feira, também é escolha de outras escolas do município ou de outro município. De 35 professores, quatro revezam entre a Escola Paulo Freire e outra escola; logo conclui-se que estes professores irão participar de metade do número de reuniões na escola, lembrando que, apesar estarem em outra reunião, o assunto tratado não é o mesmo. Essa situação pode ser percebida na tabela abaixo:

**Tabela 3 - Situação dos servidores quanto ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse**

	<b>Um cargo</b>	<b>Dois cargos na mesma escola</b>	<b>Dois cargos em escolas distintas</b>	<b>Um cargo na escola e outra ocupação</b>	<b>Total</b>
<b>Número de servidores</b>	14	2	12	8	36
<b>%</b>	38%	6%	33%	23%	100%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Para o registro do cumprimento dessas horas, a escola possui um quadro contendo o nome de cada professor, o número de aulas que o mesmo possui na escola, o total da carga horária de Horas de Atividades Extraclasse a ser cumprida, a carga horária destinada à reunião pedagógica e a carga horária destinada ao cumprimento na escola. No quadro, o professor deve estipular os dias e horários que cumprirá sua carga horária e, com isso irá assinar confirmando os horários que ele próprio escolheu, conforme mostra a figura 1.

**Figura 1 - Modelo proposto pela Inspetora da SRE de Varginha que foi utilizado pela Escola Paulo Freire para o cumprimento de carga horária conforme Decreto nº 46.125/2013**

Escola Estadual:

Turno:

**Controle de cumprimento de carga horária conforme anexo 1 do Decreto**

**nº 46.125/2013**

**EXEMPLO**

Nome/cargo	Número de horas na docência (RB+EC+EJ)	Total de carga horária extraclasse a ser cumprida na escola	Horas de extraclasse destinada para reunião pedagógica	Horas de extraclasse destinada para estudo	Dia e hora acordado para estudo	Assinatura do professor
Leticia Ribeiro	16(RB)+4(EC)	4+1 = 5 horas	2 horas*	3 horas	Segunda, Terça Quarta 17:30 às 18:30	

\* A reunião pedagógica será toda sexta-feira 17:30 às 19:30

- Olhar a carga horária do RB, EC, EJ separadamente, pois o pagamento é feito separado.

- Professor que tem dois cargos tem que lançar na tabela separadamente.

Fonte: Dados da escola estudada.

É de grande importância lembrar que as reuniões pedagógicas são realizadas a partir de uma pauta elaborada principalmente pela supervisora, como dito anteriormente, previamente estabelecida e encaminhada aos professores, e pela direção, para que os mesmos possam se organizar e se preparar (figura 2). As pautas são informadas atualmente por e-mail, por rede social (whatsapp) e pelo quadro de avisos localizado na sala dos professores Além disso, o registro é feito em ata, em livro próprio, constando o teor das reuniões.

## Figura 2 - Cabeçalho de pauta de Reuniões

### Ficha de Planejamento de Pauta de Reunião

Data: 21/11/2014 Horário: 17 h 30min.

Responsáveis: - Direção e Equipe Pedagógica.

Público Alvo: - Professores e demais funcionários da Escola.

Objetivos: - Planejar a organização das atividades do Ano Escolar e Letivo.

Desenvolvimento:

Atividade	Duração	Estratégia	Recurso didático	Responsável
Abertura: Boas vindas	15min.	• Mensagem	Vídeo; Diálogo expositivo.	Especialista em educação e diretora.
✓ 21 a 25/11 – Educação para a vida; ✓ Orientações gerais		Mobilizar toda a equipe.		

Assinatura da Diretora e Especialista: \_\_\_\_\_

### Ficha de Registro de Reunião

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Escola: Estadual

Local e data: Hora: sala nº 15 - 17horas 30 min.

Coordenação: supervisora pedagógica e equipe administrativa.

PARTICIPANTES: Professores e demais funcionários da Escola.

OBJETIVOS: organizar as atividades que serão desenvolvidas durante a semana "Educação para a vida"

ASSUNTOS TRATADOS: organização do Projeto e orientações gerais.

CONCLUSÕES E DECISÕES TOMADAS:

Fonte: Cópia literal da pauta da Reunião da escola.

É importante frisar que um dos desafios enfrentados é o fato de que as reuniões pedagógicas são também um espaço de formação profissional. No ano de 2016, um pouco dessa formação foi possível na Escola Paulo Freire após a parceria entre a escola e uma universidade local, o Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS. Durante cinco reuniões, a universidade promoveu um espaço de capacitação e diálogo com o intuito de demonstrar novos mecanismos de ensino, bem como estimular o corpo docente através de "olhares" diferentes, como, por exemplo, metodologias diferenciadas de aulas através de instrumentos diversificados. Com isso, os professores puderam receber informações novas e a sua participação era visivelmente mais efetiva, uma vez que as novas metodologias partiram de pessoas externas à escola e não da equipe gestora como era de costume. Esse tipo de formação ocupava todo o tempo das reuniões e, muitas vezes, ultrapassava um pouco do horário.

Além disso, outro grande desafio, para mim como gestora, é a minha efetiva participação em todas as reuniões, uma vez que, contabilizando três reuniões a participação em todas se torna inviável. Essas reuniões poderiam ser divididas em

dois ou três dias; porém, a lei é clara no sentido de que as Horas de Atividades Extraclasse são prerrogativa do trabalho do professor, sendo que os diretores não são contemplados por tal direito.

Desta forma, não há como o diretor permanecer na escola duas horas além de sua carga horária de oito horas diárias mais de um dia por semana, uma vez que é de sua responsabilidade estar presente durante este período, para que não haja prejuízo para o cumprimento das oito horas. Muitas vezes, o diretor, para compensá-las, acaba se ausentando durante o período letivo, o que acaba comprometendo o andamento da escola.

#### 1.4.2 Atividade extraclasse: na própria escola ou em local definido pela direção

As oito horas destinadas às atividades extraclasse para os professores de Educação Básica com jornada de 24 horas compreendem ações de planejamento, estudos e avaliação inerentes ao cargo de professor, realizadas para aperfeiçoar sua prática em sala de aula e garantir o sucesso no processo de ensino/aprendizagem. Essas horas devem ser cumpridas na própria escola ou em local definido pela direção, sem interação com alunos.<sup>16</sup>

Portanto, é notório que a prática docente vai além das aulas ministradas e, por diversas vezes, o professor necessita ultrapassar os limites esperados para uma jornada de trabalho usual, resultado do acúmulo de turnos e escolas, situação bastante comum entre os professores brasileiros. Isso acarreta um planejamento feito de maneira muitas vezes inconsistente e deficiente.

Cabe sinalizar que a análise aqui realizada apresenta como base motivadora as contribuições de Tardif (2002) sobre o trabalho do professor em suas interações humanas e seus dilemas e a profissionalização como processo de ocupação dos espaços educativos a partir da sua formação, dos conhecimentos específicos da profissão e da sua autoridade na execução das tarefas educacionais. Além disso, o autor convencionou o trabalho docente, de uma maneira geral, como um exercício profissional complexo, composto, na realidade, de várias atividades pouco aparentes socialmente, algumas das quais descreveremos a seguir.

---

<sup>16</sup> Orientações do Ofício GS Circular nº 001.801/13 – fl. 5. Governo do Estado de Minas Gerais.

Atualmente o cumprimento das horas extraclasse na escola Paulo Freire é registrado em livro de ponto específico e não são necessários períodos fixos diários, porém o total de duas horas semanais tem que ser atendido conforme o Ofício GS Circular nº 001.801/13 do Governo do Estado de Minas Gerais. Essa orientação visa ao atendimento do Projeto Político Pedagógico no que concerne às horas destinadas ao planejamento e afins.

Na escola Paulo Freire, os professores optaram, em sua maioria, em cumprilas nas “janelas”<sup>17</sup> dos seus horários. Neste caso, o professor é atendido pela supervisora, que faz as orientações necessárias, esclarece as dúvidas, realiza planejamentos, entre outros. Por vezes, os professores cumprem essas horas antes ou após seu horário de aula, situação em que o acompanhamento da supervisora só é possível se o horário estiver dentro da carga horária da mesma. Vale lembrar ainda que essa ação de acompanhamento só se efetiva quando a supervisora não está realizando outro tipo de atribuição.

É válido ressaltar que os professores cumpridores dessas “janelas”, principalmente os do turno vespertino, ou seja, os professores do Ensino Fundamental I têm um horário marcado com a Supervisora. Apesar disso, os professores do matutino não possuem um horário pré-fixado para tanto. Assim, pode-se dizer que fora esse horário de “janela”, os outros não possuem um espaço onde poderia haver acompanhamento da supervisora, por exemplo.

Outra forma de cumprimento observado são professores em diversas dependências da escola realizando qualquer tipo de atividade relacionada à prática pedagógica. Para desenhar o cenário em que os professores cumprem essas horas, faz-se necessário dizer que, apesar de haver na escola sala de informática e sala de supervisão com computador ligado à internet, pode-se dizer que não há nenhum lugar específico para o cumprimento dessas horas, pois geralmente ele é cumprido na sala dos professores, na sala da supervisão ou até mesmo na própria sala de aula. Esse tipo de situação pode causar desconforto, pois são ambientes onde a interrupção é frequente, e isso dificulta a concentração no trabalho realizado, além de não atender integralmente às necessidades do professor. A sala de informática que frequentemente está ocupada pelos alunos, pois os professores a utilizam para ministrar suas aulas. A sala dos professores, apesar de não possuir um computador

---

<sup>17</sup> Janelas: período que o professor aguarda entre uma aula e outra.

e internet, é um espaço onde não há o fluxo de alunos, e a sala de supervisão pode ser utilizada caso a Supervisora não esteja em atendimento, pois há uma sala específica para xerox que possui um computador que é mais utilizado pela Supervisora. Esses espaços também podem ser utilizados para correção de provas, planejamento, entre outros, uma vez que não é de acesso aos alunos.

Mesmo com todos os esforços em proporcionar um espaço adequado ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse pela equipe gestora, percebe-se que o mesmo ainda não está em conformidade com o que é esperado como ideal, ou seja, faltam equipamentos que atendam a todos ou até mesmo um espaço onde o professor possa trabalhar individualmente e com maior comodidade.

Dito isso, é necessário expor que, após observação quanto ao cumprimento dessas horas, apesar de toda orientação e acompanhamento por parte das supervisoras e pela direção, muitas vezes esse tempo não tem cumprido seu papel. Além disso, o Ofício GS Circular nº 001.801/13 já mencionado traz em seu último parágrafo a previsão de acompanhamento pela SRE do desenvolvimento dessas atividades por meio de suporte pedagógico e administrativo; porém, nestes três anos de Direção, tal ação não foi realizada.

Essa situação demonstra claramente que apesar de ser um momento bastante importante, a participação da Secretaria Regional somente ocorre se ela for convidada previamente, até mesmo porque essa participação não é algo usual de ocorrer. Diante deste cenário, para que ocorra um melhor aproveitamento destas reuniões é necessário que aconteça a explicitação dos aspectos metodológicos que conduzem os estudos dos materiais obtidos na escola (campo pesquisado) aos envolvidos, ou seja, o cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse, a discussão sobre o seu funcionamento, a exposição dessas análises e inferências a partir das observações dos dados e informações, que foram trabalhados numa perspectiva propositiva. Assim sendo, este trabalho tem a finalidade de contribuir para o entendimento e para a prática do bom funcionamento dessas horas e, elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE) desta pesquisa.



## 2 ATIVIDADE EXTRACLASSE: REFERENCIAL TEÓRICO E ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo apresenta análise de dados, estabelece uma relação entre a implementação da Lei do Piso Nacional, as Horas de Atividades Extraclasse e seus desdobramentos na Escola Estadual Paulo Freire. Torna-se necessário refletir sobre a implementação dessas horas em termos de qualidade, uma vez que se observa que, embora exista um grande esforço da equipe pedagógica, os resultados, muitas vezes, estão sendo insatisfatórios.

A partir deste contexto, são apresentadas várias discussões expostas no referencial teórico que permeiam o assunto, uma vez que há uma exigência maior para que a escola tenha uma gestão democrático-participativa, no planejamento coletivo das atividades e na tomada de decisão, fortalecendo as relações humanas produtivas e criativas, assentadas na busca de objetivos comuns (LIBÂNEO, 2001). É imprescindível, portanto, que o cumprimento de 1/3 das atividades extraclasse seja um momento de formação do professor para aprimoramento das suas práticas pedagógicas.

Este capítulo está dividido em duas seções, e cada uma delas aborda uma vertente temática identificada na descrição do caso. Na primeira seção, discutimos o referencial teórico a ser utilizado para embasar a pesquisa sobre as Horas de Atividades Extraclasse.

A segunda seção traz a metodologia de pesquisa e a análise dos resultados do estudo no intuito de expor o modelo de investigação empregada e o campo de estudo com as especificidades de seus sujeitos, ou seja, a metodologia em seus aspectos gerais, bem como os procedimentos e o instrumento de coleta de dados e suas análises, trazendo, também, a partir da análise dos dados coletados, os desafios do cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse.

Dessa maneira, investigamos as condições estruturais e funcionais que influenciam o trabalho de toda a equipe pedagógica no sentido de utilizar as Horas de Atividades Extraclasse para atender, principalmente, às necessidades pedagógicas da escola.

## 2.1 Referencial teórico

Torna-se fundamental tratar sobre a organização das Horas de Atividades Extraclasse e sobre como a gestão escolar pode influenciar nesse processo, visando ao cumprimento dessas horas por meio de práticas cooperativas e participativas. Para tanto, autores como Heloísa Lück, Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira, Maurice Tardif e José Carlos Libâneo, bem como legislações relativas ao tema irão contribuir com as reflexões sobre as possibilidades de se estruturarem novas estratégias relacionadas ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse. Os três eixos para discussão teórica são: gestão escolar; trabalho docente e as atividades extraclasse; formação continuada dos professores.

Para isso, o procedimento de coleta de dados foi necessário para obtenção de informações sobre o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse na escola pesquisada, para em seguida se realizar a análise dos resultados da aplicação de questionários aos professores e das entrevistas às supervisoras. Nesse sentido, pretendeu-se obter a opinião dos entrevistados, para saber como a escola pode organizar melhor os horários e atividades extraclasse a fim de que o trabalho da equipe ou até mesmo o trabalho individual realizado durante essas horas possa ser otimizado.

### 2.1.1 Gestão escolar

A gestão escolar está, intrinsecamente, relacionada às questões de políticas públicas educacionais no sentido de garantir a qualidade na educação. Para conceituar *qualidade*, tomamos como base as considerações de Libâneo, Oliveira e Toschi.

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção ao mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Qualidade é, pois, conceito implícito à educação e ao ensino. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2005, p. 117).

Dessa forma, torna-se essencial participar e compreender as transformações tecnocientíficas exigidas pelo contexto atual no cenário nacional. O papel do diretor se faz imprescindível na condução da formação não só do corpo discente como também do corpo docente que estão inseridos no ambiente escolar. Com relação ao segundo grupo mencionado, é possível considerar que um dos aspectos que explicam a fragilidade observada em relação ao cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse da escola pesquisada está relacionado à questão do responsável pelo seu desenvolvimento.

O conceito de Gestão Escolar se diferencia da expressão Administração Escolar e traz para o contexto educacional elementos e conceitos fundamentais para aumentar a eficiência dos processos institucionais e melhorar o ensino. Acerca do conceito de *gestão*, Lück (2009) afirma:

Gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área. Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão estar associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. (LÜCK, 2009, p. 1).

Neste sentido, a autora, ao diferenciar gestão escolar em contraposição à administração escolar, explica que o último é tido como um afazer linear e mecanicista, em que as ordens eram emitidas, em nível hierárquico, do alto para baixo, de forma unidirecional e sem grandes discussões, ou seja, o tipo de administração *top down*<sup>18</sup>. Ainda segundo a autora:

a administração é vista como um processo racional, linear e fragmentado de organização e de influência estabelecida de cima para baixo e de fora para dentro das unidades de ação, bem como do emprego de pessoas e de recursos, de forma mecanicista e utilitarista, para que os objetivos institucionais sejam realizados. O ato de administrar corresponderia a comandar e controlar mediante uma visão objetiva de quem atua sobre a realidade, de maneira distanciada e objetiva. (LÜCK, 2006, p. 58).

---

<sup>18</sup> *Top down*: de cima para baixo (CONDÉ, 2012, p. 86).

Para Lück, a gestão escolar relaciona-se a uma atuação que foca em promover organização, mobilização e articulação das condições essenciais para garantir o avanço do processo socioeducacional das instituições de ensino e possibilitar que elas promovam o aprendizado dos estudantes de forma efetiva. Portanto, o papel da gestão escolar para o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse é fundamental para que esse tempo de formação em serviço seja útil, sendo necessário planejá-lo corretamente para que cada uma das tarefas ocupe um espaço adequado na rotina dos educadores.

É notório, portanto, que a gestão escolar é de suma importância no sentido de buscar a uma melhor organização das Horas de Atividades Extraclasse, visto que estas devem ser compreendidas no

[...] conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, ações e procedimentos que asseguram a racionalização do uso de recursos humanos, materiais, financeiros e intelectuais assim como a coordenação e o acompanhamento do trabalho das pessoas. (LIBÂNEO, 2012, p. 411)

Referenciando ao exposto, existe, também, uma evidente necessidade das pessoas envolvidas no processo de participação de possuir características de gestores dinâmicos e observadores. Nesse aspecto, Lück (2009a) evidencia que:

[...] os profissionais que assumem cargos, cujas funções principais tenham como componente principal a liderança, devem necessariamente, dedicar-se ao estudo, à observação e à reflexão sobre essa liderança de modo que possam exercê-la de forma competente. (LÜCK, 2009a, p. 31)

Direcionando com mais afinco tal discussão, dois conceitos trazidos por Libâneo (2012) indicam as diretrizes na gestão da hora atividade do professor – racionalização do uso de recursos e coordenação e acompanhamento. Segundo o autor, racionalização é a escolha de meios compatíveis com os fins visados e a adequada utilização dos recursos, de modo que se assegure a melhor realização possível desses fins. E coordenação e acompanhamento constituem as ações e procedimentos destinados a reunir, articular e integrar as atividades das pessoas que atuam na escola, para alcançar objetivos comuns (LIBÂNEO, 2012, p. 411).

Logo, a gestão escolar está pautada em atividades administrativas, tais como: planejar, organizar, dirigir e avaliar, funções estas que configuram o papel do gestor.

Apesar dessa característica administrativa, a gestão envolve questões peculiares que envolvem o caráter pedagógico:

[...] seus objetivos dirigem-se para a educação e formação de pessoas; seu processo de trabalho tem natureza iminente interativa, com forte presença das relações interpessoais; o desempenho das práticas educativas implica uma ação coletiva de profissionais; o grupo de profissionais têm níveis muito semelhantes de qualificação, perdendo relevância as relações hierárquicas; os resultados dos processos educativos são de natureza muito mais qualitativa que quantitativa; os alunos são, ao mesmo tempo, usuários de um serviço e membros da organização escolar. (LIBÂNEO, 2012, p. 435)

Portanto, identificando a visão de mundo, percebe-se que, para gerir uma organização escolar, não basta planejar e executar, é necessário acima de tudo gerir pessoas e, além do mais, considerá-las como parte integrante do ambiente em que estão inseridas.

Ao contrário disso, Lück (2005) afirma que:

O conceito de gestão estar associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LUCK, 2005 p.17).

Neste sentido, o planejamento por parte da gestão escolar é um meio eficaz para que o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse cumpra seu papel. Faz-se necessário dizer que o conceito de planejamento é algo bem amplo e que pode ser compreendido de várias formas, uma das quais define Vasconcellos (2000, p. 79):

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

Entende-se, portanto, que o planejamento da gestão escolar pressupõe que essas Horas de Atividades Extraclasse podem direcionar o trabalho dos docentes no sentido de formalizar as atividades que eles realizam. Neste mesmo sentido,

Libâneo (2010, p. 222) defende que o planejamento tem grande importância por tratar-se de “um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Em virtude disso, a função do gestor se faz necessária no que se refere ao modo como essas atividades devem ser cumpridas. Assim, dentre os fatores determinantes para uma adequada gestão do processo de produção pedagógico-escolar, está o entendimento da gestão escolar como uma prática social de apoio à prática educativa legitimada via exercício da participação, da democracia, da autonomia (RUSSO, 2007).

Ressalte-se ainda que, segundo Lück:

A promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisão entre os diversos níveis e segmentos de autoridade de sistema de ensino e de escolas. (LÜCK, 2011, p. 44)

Em vista disso, o papel do diretor assume relevância no cenário atual e nacional, exigindo uma análise frequente das funções e modelos a serem seguidos, tanto sob o prisma estrutural como organizacional, mas, fundamentalmente, na forma como a escola realiza suas funções e em que alicerces se apoia.

Atualmente, o conceito de gestão escolar está intrinsecamente relacionado ao poder de mobilização das pessoas para a realização eficaz das atividades. Apple (1997) sugere que a gestão deve organizar o espaço pedagógico para que os objetivos sociais e educativos esperados da escola sejam alcançados.

Para Apple (1997, p. 58):

O caráter pedagógico da ação educativa consiste precisamente na formulação de objetivos sociopolíticos e educativos e na criação de formas de viabilização organizativa e metodológica da educação.

Por meio desse princípio, pode-se perceber que o papel do diretor é bastante significativo no sentido da gestão organizacional, conduzindo a participação, o diálogo, a discussão coletiva, a autonomia e, assim, exercendo a gestão democrática.

Por conseguinte, a gestão democrática e participativa deve promover a participação dos membros da equipe escolar; devido aos anseios projetados pelos

professores, percebe-se que as questões administrativas e referentes à gestão, por exemplo, têm de ficar num papel secundário. Para os professores, o que realmente importa é poder se dedicar ao aperfeiçoamento da prática, um trabalho que exige a participação permanente das supervisoras e do diretor. Cabe a estes últimos a responsabilidade de organizar os momentos de formação, assim como acompanhar de perto o que é realizado individualmente e orientar o diálogo sobre a prática docente, promovendo a troca de experiências dentro da escola.

Um dos grandes desafios do diretor, portanto, constitui-se na tarefa de organizar o trabalho a ser realizado durante o momento de cumprimento de atividades extraclasse e deve ser entendido como um processo dinâmico e interativo. Lück tece algumas considerações sobre o poder de influência que o gestor, por exemplo, poderia exercer no contexto de uma escola na qual atua:

Cabe lembrar que toda pessoa que tem um poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o, independentemente de sua consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. Todavia, a falta de consciência dessa interferência resulta e uma falta de consciência do poder de participação que tem, do que decorrem resultados negativos para a organização social e para as próprias pessoas que constituem os contextos de atuação em educação. Faltas, omissões, descuidos e incompetência são aspectos que exercem esse poder negativo, responsável por fracassos e involuções. (LÜCK, 2010, p. 30)

Lück (2000, p. 2) considera, ainda, que dirigentes de escolas eficazes são líderes, estimulam os professores e funcionários da escola, pais, alunos e comunidade a utilizarem o seu potencial na promoção de um ambiente escolar educacional positivo e no desenvolvimento de seu próprio potencial, orientado para a aprendizagem e construção do conhecimento, a serem criativos e proativos na resolução de problemas e no enfrentamento de dificuldades.

Em Minas Gerais, a equipe gestora é composta pelo diretor e vice-diretor, auxiliada pelos (as) supervisores (as). Pode-se dizer que a equipe gestora é responsável pela organização administrativa e pedagógica de uma escola. Sob essa perspectiva, Lück (2009) observa:

[...] os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento

e da aprendizagem orientada para a cidadania competente, devem zelar pela constituição de uma cultura escolar proativa e empreendedora capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas cotidianas, **utilizando-as como circunstâncias de desenvolvimento e aprendizagem profissional.** (LÜCK, 2009, p. 22, grifo meu).

Espera-se que a equipe gestora favoreça as práticas colaborativas e as relações entre os sujeitos escolares. Além disso, a sua importância em promover a comunicação na instituição escolar se faz necessária no que se diz respeito ao modelo em que a gestão se centra, nas interações dos sujeitos no cotidiano das escolas, quando determina que as decisões devam ser tomadas pelo coletivo. O gestor é não somente o profissional preocupado com a ordem, a disciplina e as exigências burocráticas, mas também “o líder intelectual responsável pela coordenação do projeto pedagógico da escola, facilitando o processo coletivo de aprendizagem, vale dizer, o processo solidário de construção do conhecimento” (SANDER, 2002, p. 64).

É necessário ressaltar, portanto, que todos os agentes envolvidos no processo de construção do trabalho pedagógico são importantes, porém o papel do gestor se faz crucial no sentido da organização destes trabalhos na medida em que avalia os caminhos a serem tomados para que se alcancem os objetivos almejados no que diz respeito a uma escola de qualidade. Dessa maneira, “a qualidade não acontece por si mesma. Ela deve ser construída no dia a dia da escola por todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo educacional” (MEZOMO, 1994, p. 141). Isso se reflete no que o gestor espera e planeja quanto à maneira de como as Horas de Atividades Extraclasse poderiam ser realizadas no âmbito escolar.

Mediante essas afirmações, entende-se que o desenvolvimento de uma gestão democrática e participativa deve buscar a delegação de atividades aos outros agentes que atuam diretamente na gestão, como a coordenação pedagógica, pois, conforme afirma Romão (1997),

Os caminhos para implantação de uma gestão democrática e participativa necessita, não só dos convites aos participantes do processo, mas, sim da geração de condições para que os mesmos se insiram no processo (ROMÃO, 1997, p. 67).



À vista disso, uma mudança na atuação desses atores implica uma concepção de trabalho com foco no pedagógico, considerando que a escola deve viver com a complexidade que lhe é posta enquanto organização que trata constantemente com necessidades ambíguas, isto é, ao mesmo tempo em que busca uma estabilidade, almeja por mudanças (MIZUKAMI et al, 2002). Sendo o diretor e a supervisora os agentes educacionais que atuam prioritariamente na escola, torna-se necessário que se aprecie em que medida esses atores estão preparados para criarem meios para o desenvolvimento da formação de professores no cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse.

Em análise ao que se disse pressupõe que um dos desafios dos gestores é a articulação do funcionamento escolar, no caso em tela, o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse. Considera-se para tanto que uma gestão atuante somada a um trabalho em equipe faz-se na construção do conhecimento da realidade institucional. Entretanto, alguns entraves cotidianos como faltas e até mesmo aqueles estabelecidos em lei contribuem para dificultar o cumprimento eficaz dessas horas, o que agrava a dificuldade em se alcançar uma gestão dinâmica e integrada nesta escola.

Como já mencionamos, um dos desafios encontrado é o fato de que, atualmente, a legislação permite que o professor cumpra as Horas de Atividades Extraclasse conforme sua carga horária, ou seja, nem todos os professores precisam participar de todas as reuniões nem mesmo permanecer na escola e realizar as atividades inerentes a sua função. É importante salientar que não há como o professor cumprir suas atividades somente nas horas pré-estipuladas.

Entende-se, portanto, que a função do professor e do gestor é viabilizar o processo de desenvolvimento humano. É buscar colocar em prática o Projeto Político Pedagógico da escola. A gestão da escola, nesta dimensão, tem a função de acompanhar as atividades ligadas diretamente ao ensino, que envolve o trabalho de planejamento pedagógico e as atividades do professor em sala de aula e fora dela.

### 2.1.2 Trabalho docente e as atividades extraclasse

O professor, como um dos protagonistas do processo de construção de conhecimento, enfrenta inúmeros desafios no cotidiano escolar em sala de aula, que

pressupõe um conjunto de relações entre sujeitos, saberes e práticas. De igual maneira, é importante atentarmos para o trabalho que ocorre fora da sala de aula, principalmente no que concerne o processo de formação e discussão por meio do trabalho coletivo, além do trabalho realizado individualmente. Por conseguinte, “o trabalho docente é definido, atualmente, de forma ampla, abrangendo não apenas a sala de aula ou o processo de ensino formal, mas todas as outras atividades inerentes à educação” (OLIVEIRA, 2004, p. 1.132).

Percebe-se que, durante muito tempo, o trabalho do professor era compreendido como tarefa destinada ao ensino, mas atualmente reconhece-se que extrapola essa função, pois passaram a serem exigidas deles outras tarefas que extrapolam a sala de aula. O trabalho docente tem se apresentado de forma complexa na atualidade: o professor não pode mais ser definido como o professor de uma turma ou disciplina, que deve responder pela sua atividade no espaço da sala de aula e no tempo da hora-aula de 50 minutos. O docente é, atualmente, um profissional complexo, que responde por questões amplas que envolvem a unidade educacional e o processo educativo. Igualmente, as unidades educacionais se apresentam cada vez mais complexas e exigentes de outras funções e competências em seu interior. (OLIVEIRA e VIEIRA, 2012, p. 157).

Compreende-se, portanto, que o professor não é aquele limitado à sala de aula, mas é parte integrante da escola, cujo trabalho constitui no próprio objetivo educacional – o aprendizado do aluno. Dentre as várias responsabilidades desses profissionais, Libâneo (2012) elenca o seguinte:

[...] conhecer bem a matéria, saber ensiná-la, ligar o ensino a realidade do aluno e a seu contexto social, ter uma prática de investigação sobre o seu próprio trabalho, [...] participar de forma consciente e eficaz nas práticas de organização e gestão da escola (LIBANEO, 2012, p.408).

Assim, nos últimos anos, tem ocorrido um aumento das exigências em relação ao professor. Diante da escola pública democrática, o papel exigido dos docentes, segundo Ghedin, Leite e Almeida (2008, p. 28-29) é:

Estar comprometido com as crianças que finalmente conseguiram adentrar as escolas; ser capaz de desenvolver um trabalho docente de qualidade numa escola para todos; ser um profissional com capacidade de inovação, de criação, de participação nos processos de tomada de decisões e de produção de conhecimentos e não um

simples técnico, reproduzidor de conhecimentos e/ou monitor de programas pré-elaborados; ter vivenciado um processo formativo que lhe tenha garantido o acesso ao saber, ao saber fazer e ao saber ser (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores); e saber que o seu papel é fundamental e imprescindível para a construção de uma escola pública de melhor qualidade.

Se, na atualidade, o trabalho docente abrange uma complexidade de funções que vai muito além de ministrar aulas, então, para desempenhar efetivamente essa função, o professor precisa, além de uma boa formação inicial, qualificar-se permanentemente e realizar tarefas que envolvem uma boa preparação de suas atividades em sala de aula, bem como tempo e eficiência para avaliar corretamente a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos.

Segundo essa perspectiva, pode-se dizer que tanto o planejamento coletivo quanto o individual são imprescindíveis para a concretização do trabalho do professor, de maneira que as horas de atividades extraclasse cumprem o seu papel primordial de proporcionar a esses profissionais um momento para o mesmo.

Desta forma, é necessário entender que, de maneira geral, o trabalho do professor se constitui na coletividade, como, por exemplo, nas reuniões pedagógicas, e também é realizado individualmente, seja na sala de aula ou até mesmo no cumprimento do Módulo II (cumprimento das horas em local definido pela direção). O trabalho individual do professor pode acarretar um individualismo, como indica Tardif (2002), que pode não ser uma característica pessoal dos docentes, mas uma consequência da organização do trabalho, que impede a colaboração entre os pares e a formação de grupos para o desenvolvimento coletivo de ações pedagógicas. Pode-se dizer que o que ocorre entre teoria e prática fomenta todo o trabalho que envolve a prática docente e oferece instrumentos capazes de auxiliar aos desafios inerentes à profissão.

O conhecimento do professor não é meramente acadêmico, racional, feito de factos, noções e teorias, como também não é um conhecimento feito só de experiência. É um saber que consiste em gerir a informação disponível e adequá-la estrategicamente ao contexto da situação formativa, em que, em cada instante, se situa sem perder de vista os objetivos traçados. É um saber agir em situação. Mas não se fique com uma ideia pragmático-funcionalista do papel do professor na sociedade, porque o professor tem que ser um homem ou uma mulher, ser pensante e crítico, com responsabilidades sociais no nível da construção e do desenvolvimento da sociedade. (ALARCÃO, 1998, p. 104)

Portanto, as atividades extraclasse desenvolvidas pelos docentes ou atividades diversificadas, tarefas escolares depois das aulas, trabalho fora do horário das aulas (TARDIF e LESSARD, 2012) contemplam as atividades como preparação das aulas, correções e avaliações, preparação de aulas. Quando organizado de forma adequada, é um momento que pode contribuir para o levantamento de prioridades e ações necessárias para minimizar os problemas específicos detectados em cada unidade escolar. Isso ocorre devido ao fato de que cada uma tem sua identidade e especificidade própria, exigindo a preparação dos professores para o enfrentamento das realidades apresentadas e permitindo-lhes que reflitam de forma crítica, objetivando que suas ações possam vir ao encontro das necessidades e interesses de sua realidade.

Segundo Tardif (2002, p. 183):

Cada professor exerce uma determinada função pessoal que se atualiza no espaço privado da classe, na relação com seus alunos, mas há também um espaço público na coletividade de trabalho e na escola. Essa coletividade comporta aspectos formais (encontros, reuniões, participação em jornadas pedagógicas) e informais (conversas na sala dos professores, troca de ideias ou de materiais pedagógicos). Os limites entre os aspectos formais e informais nem sempre são claros e óbvios, pois a vida da instituição repousa tanto sobre relações codificadas quanto sobre amizades, conflitos pessoais, colaborações pontuais, intercâmbios imprevistos (TARDIF, 2002, p.183).

Sady (1991, p. 350), da mesma forma, afirma a necessidade de remuneração sobre o tempo em que o professor, apesar de não estar em sala de aula, está direcionado ao trabalho docente:

Não se pode conceber que o professor seja remunerado apenas pelo tempo em que estar ostensivamente à disposição do empregador ministrando as lições. Na verdade, ele também está à disposição do empregador naqueles períodos em que, fora do estabelecimento, labuta na elaboração daquilo que irá apresentar a seus alunos (SADY, 1991, p.350).

Neste sentido, Tardif e Lessard (2012, p. 40) contribuem também na afirmação de que:

os professores são também atores que investem em seu local de trabalho, que pensam, dão sentido e significado aos seus atos, e

vivenciam sua função como uma experiência pessoal, construindo conhecimentos e uma cultura própria da profissão.

Desta maneira, as Horas de Atividades Extraclasse se tornam momentos em que o professor pode refletir suas práticas, bem como exercer seu trabalho com maior tranquilidade, uma vez que esse tempo é dedicado ao trabalho sem a presença do aluno.

Tardif (2010) também discute sobre esta categoria de saberes docentes, denominada por ele de saberes experienciais já que provém da prática de trabalho dos professores. O autor mostra que estes saberes se encontram na relação entre teoria e prática, integrando todos os demais saberes, de modo que

[...] os próprios professores, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. Esses saberes brotam da experiência e são por ela validados. Eles incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e de saber-ser. Podemos chamá-los de saberes experienciais ou práticos. (TARDIF, 2010, p.38-39)

Neste raciocínio, a escola pode ser considerada como um espaço de aprendizado e ambiente de interações sociais; logo, não há como afastar o professor deste meio, mas, sim, é necessário aproximá-lo desse ambiente através do seu trabalho, do compartilhamento das suas experiências. É preciso estabelecer ações, atividades as quais ele é o responsável. É necessário inserir o professor no contexto da escola com atividades diretamente voltadas para os alunos, na interação com outros professores, na participação efetiva nas reuniões pedagógicas, na realização de cursos de atualização e capacitação proporcionadas pela escola. Sem a atuação da coordenação pedagógica, sem o planejamento integrado, definitivamente, não há por que deixar o professor somente a disposição na escola, ou seja, sem o acompanhamento, as horas cumpridas são infundadas.

### 2.1.3 Formação continuada

A formação profissional do professor se apresenta como um dos pontos de destaque em relação à profissão docente e implica entender a aprendizagem como

um processo contínuo e um espaço destinado a redimensionar conceitos alicerçados na busca por compreender novas ideias e valores.

A formação do (a) professor (a) é basicamente norteada pelos princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, nas normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, bem como as recomendações constantes dos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a Educação Básica elaborados pelo Ministério da Educação. Dito isso, partimos do pressuposto de que a formação inicial se configura apenas como a primeira etapa do desenvolvimento profissional permanente, sendo imprescindível a sua formação continuada e contínua para o desenvolvimento de competências durante sua trajetória de desenvolvimento profissional.

A partir disso, é notório que a formação continuada é de suma importância para o contexto profissional do professor, levando-se em conta que em sua formação inicial possivelmente houve alguns aspectos deficitários. Isso decorre de um exame do histórico da formação inicial em nosso país, que demonstra que ela não vem sendo bem-sucedida na maioria das vezes e que os cursos de licenciatura são considerados ineficientes para a formação de professores realmente capacitados para ensinar. Além disso, deve-se considerar que a formação inicial não é suficiente para que o professor saiba lidar com as situações complexas que se apresentam no cotidiano escolar.

Algumas literaturas demonstram esse problema quanto à formação inicial no sentido de que há inúmeras inadequações das estruturas institucionais e curriculares, “as políticas mais fortes do Ministério da Educação (MEC) estão centradas na expansão da oferta das licenciaturas, e muito pouco em sua qualidade curricular” (GATTI, BARRETO e ANDRÉ, 2011, p. 95).

Assim sendo, as ações do Governo Federal para a formação inicial de professores estão concentradas em programas de expansão como, por exemplo, o REUNI, PIBID, Pró-licentura, UAB, PARFOR, PROUNI, visando atender as exigências da LDB 9.394/96 e delinear “uma política nacional de formação docente orientada pela perspectiva de instituição de um sistema nacional de educação” (GATTI, BARRETO e ANDRÉ, 2011, p. 49).

Neste viés reflexivo, é importante trazer à tona as concepções de formação contínua e continuada. Para Di Giorgi (2010, p. 15), a formação contínua pode ser

definida como “um processo constante do aprender a profissão de professor, não como mero resultado de uma aquisição acumulativa de informação, mas como um trabalho de seleção, organização e interpretação da informação”. Já a formação continuada, segundo Santos (1998, p. 124), consiste em “propostas voltadas para a qualificação do docente, tendo em vista as possibilidades de melhoria de sua prática pelo domínio de conhecimentos e de métodos de seu campo de trabalho”.

Desta forma, Marin (2000, p. 19) colabora nesta reflexão, uma vez que afirma que o uso do conceito “educação continuada” é mais abrangente, podendo

ser utilizada para uma abordagem mais ampla, rica e potencial, na medida em que pode incorporar as noções anteriores – treinamento, capacitação, aperfeiçoamento – dependendo da perspectiva, do objetivo específico ou dos aspectos a serem focalizados no processo educativo [...].

Ao problematizar a ideia de formação, percebe-se que as expressões *formação continuada* ou *formação contínua* são frequentemente intercambiadas com o conceito de *formação em serviço*, conceito habitualmente utilizado em discursos e políticas. A “formação em serviço” é definida, segundo Placco (2012), como um “processo complexo que envolve a apropriação de conhecimentos e saberes sobre a docência, necessários ao exercício profissional, em que se toma a escola como locus privilegiado para a formação”. Nesse panorama, o professor é visto “como sujeito capaz de criar e recriar sua própria formação, assumindo-se como protagonista desse processo”. Ainda segundo Placco (2012),

O processo de formação em serviço, em qualquer escola, precisaria atender a um conjunto de circunstâncias: a) estar, em primeiro lugar, atrelado ao projeto político pedagógico, organizado e implementado pelos próprios profissionais da escola; b) ser planejado coletivamente pelos educadores da escola, liderados pelos seus gestores (direção, coordenação pedagógica); c) prever espaços e tempos para que os processos formativos a serem desencadeados possibilitem a participação de todos, a reflexão sobre os fundamentos necessários à docência e a relação desses fundamentos com a experiência docente de cada profissional; d) garantir que o compromisso, seja dos gestores, seja dos educadores da escola, esteja voltado para o alcance dos objetivos pedagógicos e do desenvolvimento profissional, além do aprimoramento da prática pedagógica dos professores; e) possibilitar processos avaliativos contínuos para que as necessidades emergentes da escola e do próprio processo formativo possam ser incluídas. (PLACCO, 2012, p. 1).

Compreende-se, portanto, que a relevância da formação continuada dos professores se faz presente devido às demandas de um mundo em constante transformação, e a legitimação das políticas públicas para sua eficácia é necessária para que novas concepções educacionais sejam discutidas e disseminadas. Cury salienta a importância da formação continuada sem descuidar da formação inicial. Segundo o autor:

A formação inicial não é algo que deve ser desqualificada apenas e tão somente porque as exigências da modernidade fazem com que a formação continuada seja indispensável para todos. A formação inicial é a pedra de toque e o momento em que se dá efetivamente a profissionalização. E a profissionalização qualificada e atualizada é o elo entre as duas modalidades de formação. (CURY, 2004 *apud* Catálogo da RNFC/MEC, 2006, p. 15).

Com isso, pode-se levar em conta que o fato de obter uma formação inicial em nível superior não garante o quesito qualidade pelo fato de que alguns cursos oferecidos não estão em conformidade da realidade daquilo que acontece nas escolas. Assim sendo, a educação continuada, que por diversas vezes acontece durante as Horas de Atividades Extraclasse, apresenta-se como uma das formas de auxiliar na garantia de que a formação não se limite ao que foi aprendido em sua formação inicial. Esse entendimento já se encontrava referenciado no relatório da UNESCO de forma clara:

Devem ser desencadeados programas que levem os professores a familiarizar-se com os últimos progressos da tecnologia da informação e comunicação. De maneira geral, a qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores do que pela sua formação inicial. (2001, p.159)

Por conseguinte, a formação profissional do corpo docente, tanto a inicial quanto a continuada, é essencial para a busca de novos conhecimentos, uma vez que atualmente é de suma importância que o professor seja inovador e criativo perante alunos, que estão sempre curiosos frente a novos conteúdos. De acordo com Nóvoa:

Durante muito tempo, quando se falava em formação de professores, falava-se essencialmente da formação inicial do professor. Hoje em dia, é impensável imaginar essa situação. A formação de professores é algo que se estabelece num *continuum*. Que começa nas escolas de formação inicial, nos primeiros anos de exercício profissional e



continuam ao longo de toda a vida profissional, através de práticas de formação continuada, tendo como polo de referência as escolas. (NÓVOA, 2001, p. 13)

Apesar de a formação continuada ser de suma importância, a Constituição mineira de 1989 é quase omissa em relação à formação continuada em serviço de professores (as), pois faz uma pequena menção em seu artigo 196, inciso décimo, relacionando a formação continuada, ou o termo que é formação continuada em serviço em Minas Gerais: o trabalho docente na era da inovação tecnológica utilizado “reciclagem”, com a promoção da qualidade do ensino. O referido artigo diz que ocorre “a garantia do padrão de qualidade, mediante: [...]; b) condições para a reciclagem periódica pelos profissionais de ensino” (MINAS GERAIS, 2007b).

Na última década, tem ocorrido um grande número e programas de formação continuada visando atender às novas exigências do mundo do trabalho. Podem-se citar alguns programas de formação continuada em serviço no estado de Minas Gerais como o PROCAP - Programa de Capacitação dos Professores, o PROCAD - Programa de Capacitação de Diretores e Vice-Diretores) e o VEREDAS, na década de 1990 e início dos anos 2000. Em 2008, a SEEMG criou uma Rede Mineira de Formação de Educadores da Rede Pública, por meio do Decreto 44.959 de 24 de novembro de 2008, este decreto dispõe que

os programas e cursos estarão voltados à preparação dos profissionais do magistério e dos gestores da educação básica, permitindo-lhes ampliar os conhecimentos sobre os campos de atuação, executar suas atribuições de forma adequada e enfrentar os desafios da atividade profissional. (SEE/MG, 2008, p. 2).

Continuando o percurso pela formação continuada no estado de Minas Gerais, podemos mencionar o Plano Decenal, que estabelece dez ações estratégicas para a formação e valorização dos profissionais de Educação Básica, e dentre elas destacamos:

**Desenvolver e implementar programas permanentes de formação continuada, em serviço, para profissionais de educação básica, visando ao aperfeiçoamento profissional, à atualização dos conteúdos curriculares e temas transversais, à utilização adequada das novas tecnologias de informação e comunicação e à formação específica para atuação em todos os níveis e modalidades de ensino [...]. (MINAS GERAIS, 2011a, p. 12, grifo meu).**

Pode-se dizer que a SEE/MG tem pautado a formação continuada em serviço de professores por meio de cursos a distância, formando facilitadores que posteriormente deveriam repassar às suas escolas, mas, muitas vezes, sem respeitar as necessidades de cada realidade escolar e de cada grupo de professores.

É imprescindível ressaltar a importância do papel do professor na educação de qualidade. Não existe educação de qualidade sem professor de qualidade. E, na perspectiva civil-democrática<sup>19</sup>, professor de qualidade é um profissional bem formado, motivado, com formação continuada baseada nos problemas da prática, realizada principalmente na própria escola, que participa ativamente do projeto político-pedagógico, que pensa sua prática. É o professor intelectual, crítico, reflexivo. Para que haja tais professores, é necessário mudar sua formação inicial, a sua formação continuada e, sobretudo, a relação vertical, autoritária onde a abordagem *top down* impera e que caracteriza a forma de atuação da maioria das instâncias educacionais centrais dos professores.

No âmbito pedagógico, as Horas de Atividades Extraclasse cumprem um papel de suma importância para o desenvolvimento de uma concepção crítica de educação comprometida com a realidade social e com sua transformação e para tanto, o planejamento se torna indispensável. Planejar envolve, em sua base, compreender a realidade em todos os seus desdobramentos, tanto de tempo, quanto de espaço. Segundo Lück (2008, p. 17),

planejar a Orientação Educacional implica delinear o seu sentido, os seus rumos, a sua abrangência e as perspectivas de sua atuação. Vale dizer que esse planejamento envolve antes de tudo, uma visão global sobre a natureza da Educação, da Orientação Educacional e de suas possibilidades de ação (LUCK, 2008, p.17).

Assim, a relação entre formação contínua que ocorre nas Horas de Atividades Extraclasse, em conformidade com a perspectiva de formação de professores como intelectuais críticos e reflexivos que defendemos, por diversas vezes, está atrelada à teoria e prática. Por isso, podemos dizer que a parceria entre universidades públicas e escolas de Educação Básica podem se mostrar um caminho a ser trilhado além das paredes da própria escola.

---

<sup>19</sup> A tendência civil-democrática atribui um papel mais amplo à educação; atribui também um papel extremamente amplo e significativo aos professores, e conseqüentemente, à sua formação, segundo Paul Singer (1996).

Conclui-se, portanto, que a formação continuada em serviço realizada pelo professor por diversas vezes deve ser efetivada por meio de parcerias e convênios entre as redes estaduais, distrital e municipais de ensino e as universidades públicas e agências públicas de formação de professores. Tais parcerias e convênios são instrumentos relevantes não só porque trazem para dentro das escolas as teorias educacionais e as propostas didáticas elaboradas e trabalhadas no interior das universidades, mas também porque permitem aos professores das escolas públicas interferirem para alterar a própria informação inicial dos docentes nas universidades, expondo e discutindo sua prática cotidiana. Isso possibilitaria avançarmos na indissociável relação entre teoria e prática pedagógica, hoje muito distanciada. Tal tipo de trabalho influenciaria, certamente, na própria formação inicial dos professores e aproximaria a escola real da escola ideal, pela qual lutamos (BRASIL, 2011, p. 9).

#### 2.1.4 As HTPCs no estado de São Paulo: um caso a ser comparado

Foi escolhido como parâmetro de comparação para o caso da Escola Estadual Paulo Freire o estado de São Paulo, uma vez que iniciou sua trajetória com as Horas de Atividades Extraclasse, e onde essas horas são denominadas HTPCs (Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo), instauradas bem antes do estado de Minas Gerais.

Segundo estudo de Mendes (2008), em São Paulo, o direito à formação contínua dentro da carga horária teve início no governo de André Franco Montoro (1983-88), por meio do Decreto nº 21.833 de 28/12/1983, que instituiu o Ciclo Básico, a alfabetização com duração de dois anos ao longo da primeira e segunda série do Ensino Fundamental. Segundo Palma (2008 *apud* MENDES, 2004, p. 6):

Em relação ao Magistério a Proposta Montoro contemplava um conjunto de medidas voltadas para a "Revalorização do professor enquanto participante fundamental do sistema de ensino", com base em um elenco de seis ações assim assinaladas, entre elas, para nós a principal (...) equilibrar dentro da carga horária de trabalho as horas dedicadas às aulas propriamente ditas, com o número de horas-atividade, destinada à preparação de aulas, correção de trabalhos, coordenação interdisciplinar e pedagógica, bem como reciclagem e aperfeiçoamento do corpo docente.

Segundo Mendes (2008), o conceito de formação continuada, especialmente aquela “em serviço”, foi ganhando força naquele estado, designando-se seus modos de organização, suas metodologias, e definição de responsabilidades, sendo que, em janeiro de 1988, foi instituído o Decreto nº 28.170 com a finalidade de regularizar as HTPs como um espaço/jornada em que se desenvolveriam as horas-atividade, com normas e regulamentos específicos, definindo-se o local para a sua realização (escola ou secretaria de educação).

Em 1991, o Projeto Educacional da Escola Padrão (Decreto nº 34.036 de 22 de outubro de 1991) foi criado, sendo que o objetivo do mesmo era modernizar o ensino e fazer uso de novas tecnologias educacionais. Esse projeto causou muito desconforto aos professores, porque nem todos teriam as horas de trabalho pedagógico, em sua jornada de trabalho, garantidas.

Em 1995, surgiu o cargo de Professor Coordenador Pedagógico e, em 1996, a CENP<sup>20</sup> divulga Portaria nº 01 de 08/05/1996, que institui o trabalho pedagógico coletivo e ressalta sua importância como possibilidade de articulação entre os diferentes contextos da escola, havendo a necessidade de coerência entre a sala de aula e o projeto pedagógico da escola.

Seguindo a trajetória das HTPs, em 1997, o Plano de Carreira dos Professores Estaduais é instituído com a Lei Complementar nº 836 de 30 de dezembro de 1997, e em 1998 a HTP recebeu uma nova denominação: HTPCs (Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo), com o objetivo principal de garantir momentos coletivos de formação entre os professores.

Em 2008, surge a Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, que dispõe sobre a composição da jornada de trabalho docente considerando o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os alunos, e da instituição do piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. A referida lei influencia diretamente na distribuição de horas reservadas ao HTPC.

Além disso, a CENP emitiu o Comunicado de 6 de fevereiro 2009 em que contempla subsídios para a organização e funcionamento do mesmo, ressaltando sua função de espaço de formação continuada dos educadores, propulsor de

---

<sup>20</sup> Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, órgão criado em 1976, responsável por parte das definições das políticas públicas educacionais, elaboração, execução e normatização de modelos de currículo, trabalho de formação e qualificação profissional, desenvolver material para aperfeiçoar metodologias de ensino e supervisão para a SEE – Secretaria de Educação do Estado.

momentos privilegiados de estudos, discussão e reflexão do currículo e melhoria da prática docente.

Nesta versão, é notória a preocupação da CENP de que as unidades de ensino concretizem a ideia dos espaços de formação, reforçando seu caráter formativo, organização do trabalho coletivo, além da garantia e apoio aos professores que participam do Programa Intensivo do Ciclo (PIC) – capacitação para o Programa Ler e Escrever.

Outro ato legal que demonstra a preocupação em regulamentar as HTPCs é a Resolução SE nº 8/2012 de 19 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado (D.O.E.) em 20 de janeiro de 2012, que dispõe novamente sobre o limite da carga horária de trabalho semanal docente, trazendo como inovação a alteração do cumprimento dessas horas de hora/relógio (60 minutos) para hora/aula (50 minutos), o que caracterizou a nomenclatura de Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC).

Atualmente a legislação determina que os Horários de Trabalho Pedagógico Coletivos devem ser desenvolvidos dentro da escola pelos professores, com orientação do coordenador pedagógico. Para cada 10 a 27 horas na sala de aula, os docentes devem dedicar duas horas para essas reuniões, e três no caso de 28 a 33 horas de aula. Neste estado o caráter rígido é notório como pode-se perceber na Portaria da Coordenadora de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP nº. 01/96; LC nº836/97, BRASIL que estabelece os objetivos da HTPC:

- Construir e implementar o projeto pedagógico da escola;
- Articular as ações educacionais desenvolvidas pelos diferentes segmentos da escola, visando a melhoria do processo ensino aprendizagem;
- Identificar as alternativas pedagógicas que concorrem para a redução dos índices de evasão e repetência;
- Possibilitar a reflexão sobre a prática do professor;
- Favorecer o intercâmbio de experiências;
- Promover o aperfeiçoamento individual e coletivo dos educadores;
- Acompanhar e avaliar, de forma sistemática, o processo ensino-aprendizagem.

Além disso, ainda de acordo com a Portaria CENP nº 01/96; LC nº836/97, BRASIL é fundamental que as reuniões sejam registradas pela equipe de professores e coordenação através de livro ata, com o objetivo de orientar o grupo quanto ao replanejamento e a continuidade do trabalho. Esta medida também vem

sendo adotada no estado de Minas Gerais, apesar de não haver normatização para esta conduta como em São Paulo.

Outra questão que se diferencia do Estado de Minas é a estipulação fixa do cumprimento dessas horas em reunião pedagógica como pode ser percebido no artigo 26 da Resolução SE 75 de 2013, as duas ou três ATPC poderão ser distribuídas na seguinte conformidade:

1. Independentemente do número de ATPC's a ser cumprido pelo docente, 1 (uma) aula, no mínimo, deverá ser cumprida de forma coletiva, podendo as demais reuniões serem distribuídas em até dois dias semanais e ser organizadas, ouvida a coordenação pedagógica, por segmento/área de conhecimentos ou disciplina.

Com isso, podemos dizer que o estado de São Paulo possui uma longa jornada no sentido de realmente colocar em prática as HTPCs, ou as Atividades Extraclasse, e pode-se afirmar que a legislação daquele estado se apresenta empenhada em termos de legislação para garantir os espaços para formação do corpo docente.

Isso se faz necessário uma vez que esse tipo de formação deve ser compreendido nos âmbitos escolares, adequando-se aos mesmos em conformidade com as necessidades de cada realidade escolar e de acordo com as situações cotidiana que surgem durante o trabalho docente.

Assim como em Minas Gerais, essas horas são motivos de controvérsias e questionamentos, como se constata em alguns estudos elaborados sobre o assunto entre as quais os trabalhos de Souza (2011 e 2013) no sentido de analisar o papel de todos os indivíduos envolvidos bem como a organização antes, durante e depois da realização dessas horas no curso do ano letivo.

## **2.2 Metodologia de pesquisa**

Esta pesquisa utilizou a metodologia de estudo de caso com enfoque qualitativo. De acordo com Yin (2001, p. 32) “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Yin (2001) demonstra em seu estudo que esta seria a estratégia metodológica a ser escolhida quando é necessário responder a questões do tipo “como” e “por quê” e quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos pesquisados.

A partir da análise do caso, a abordagem qualitativa foi eleita para ser utilizada, porque esta abordagem busca *insights*, muitas vezes imprevisíveis, que possam nos indicar o caminho para tomada de decisão correta sobre uma questão-problema. Seguindo o pensamento de Flick et al (2000, apud GÜNTHER, 2006, p. 202), aponta-se a primazia da compreensão como princípio do conhecimento, de modo que há uma preferência por estudar relações complexas em vez de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Nesse sentido, “a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p. 37).

Conforme Shulman (1986, p. 11 apud ALARCÃO, 2008, p. 52):

[...] um caso, entendido em toda a sua globalidade, não é apenas o relato de um acontecimento ou incidente [...]. É caso porque representa conhecimento teórico [...]. Um acontecimento pode ser descrito; um caso tem de ser explicado, interpretado, discutido, dissecado e reconstruído. Assim se pode concluir que não há nenhum conhecimento verdadeiro de caso sem a correspondente interpretação teórica.

Este tipo de metodologia permite “[...] revelar situações complexas e construir conhecimento ou tomar consciência do que afinal já se sabia” (ALARCÃO, 2008, p. 52). O caso em tela deve ser analisado sob o prisma da gestão, porém deve ser levado em consideração como os outros envolvidos vislumbram o tema, o que possibilita a reflexão partilhada e a discussão dos diferentes pontos de vista. É imprescindível considerar que, apesar da discussão ser coletiva, a solução para o caso é particular.

Os instrumentos de pesquisa escolhidos são de suma importância para o alcance dos objetivos, pois é por meio deles que os dados necessários serão obtidos para o conhecimento daquilo que desejamos investigar. Esses estão diretamente relacionados com o tipo de pesquisa, bem como com as hipóteses estabelecidas. Dito isso, este trabalho utilizará como técnicas de pesquisa: análise documental, entrevistas e questionários.

A análise documental foi feita por meio da leitura dos registros escolares, legislações, normativas, nacionais e estaduais. A pesquisa documental foi baseada nos dados presentes na própria escola – atas de reuniões, livro de ponto, organograma referente às horas a serem cumpridas relativas às horas-aula – nas

legislações que permeiam e norteiam o cumprimento das horas de atividade extraclasse disponíveis nos sites públicos. Além disso, foram realizadas entrevistas com a equipe pedagógica (supervisoras), e um questionário foi aplicado aos docentes. A realização de entrevistas semiestruturadas partiu da necessidade de se estabelecer um diálogo com os entrevistados, permitindo, assim, verificar o processo de implementação, organização e realização das atividades extraclasse a partir da fala das duas supervisoras da escola.

A partir dos roteiros de entrevistas (Apêndice B) e do questionário (Apêndice C), foram obtidos os dados analisados neste capítulo. Desta forma, a escolha por esses processos é justificada uma vez que se adequam aos objetivos da investigação deste estudo de caso no que concerne ao cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse.

Com relação à obtenção de dados e informações, Fonseca (2002) aponta indicações relevantes como as entrevistas e os questionários para os atores envolvidos no processo a se constituírem em instrumentos de pesquisa para conhecimento da rotina pedagógica do campo de pesquisa.

Nesse sentido, Duarte (2004) argumenta que:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

Como a pesquisa é aplicada na mesma escola onde autora desta pesquisa atua, o questionário composto por seis questões foi aplicado em uma das Reuniões Pedagógicas. Pretendeu-se aplicar o questionário de forma coletiva, aproveitando a presença de todos os docentes em uma das reuniões pedagógicas que ocorrem semanalmente na escola analisada. A aplicação dos questionários aos professores ocorreu entre os dias 10 e 14 de julho de 2017, durante os horários de cumprimento de atividades extraclasse em local definido pela direção. Foram entregues 30 questionários, respeitando o sigilo, porém só foram 27 questionários respondidos.



Estes questionários, que possuem questões abertas e fechadas, foram compilados e analisados para fins desta pesquisa.

Além desses questionários foram realizadas duas entrevistas que foram realizadas no período de junho de 2017 com as duas supervisoras, uma vez que são as responsáveis pelas Reuniões Pedagógicas e pela organização das horas a serem cumpridas em local definido pela direção. As informações apresentadas por elas foram de grande importância para o entendimento do funcionamento da organização do cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse. O roteiro composto por dez questões (Apêndice B) visam a apontar as seguintes informações sobre o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse:

- I. Assiduidade dos professores às reuniões pedagógicas;
- II. Avaliação do cumprimento das horas de das horas a serem cumpridas em local definido pela direção;
- III. Elementos dificultadores para a equipe pedagógica relacionados ao funcionamento das reuniões pedagógicas;
- IV. Rotatividade dos professores nas reuniões pedagógicas;
- V. Qualidade de participação dos docentes nas reuniões.

As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas e categorizadas. As entrevistadas mostraram-se receptivas, tranquilas e interessadas em colaborar nas informações. As entrevistas ocorreram durante o turno de trabalho de cada supervisora, em horário normal de expediente. Elas aconteceram na própria escola, na sala da direção.

A primeira supervisora entrevistada trabalha no período matutino, supervisionando os professores dos anos finais, com carga horária de 24 horas semanais, e sua situação funcional é efetiva. Formada em Pedagogia com pós-graduação em Gestão Escolar, a supervisora atua há quatro anos nesta função e nesta escola.

A segunda entrevistada trabalha no período vespertino, orientando os professores dos anos iniciais, também com carga horária padrão de supervisora de 24 horas semanais, e sua situação funcional é designada. Formada em Pedagogia com especialização em Supervisão Escolar, possui também pós-graduação em Educação Especial Inclusiva e Psicopedagogia Clínica Institucional, sendo que na escola pesquisada está atuando desde o início deste ano, mas atua como supervisora há quatro anos.

Todos esses procedimentos possibilitaram a análise dos dados, levando em conta seu caráter multidimensional. Finalmente, o uso dos instrumentos e técnicas possibilitou o delineamento de uma visão integral do processo investigado.

As seções seguintes se referem aos eixos de análise escolhidos como categorias para discutir os resultados da pesquisa.

### **2.3 Gestão escolar e atividade extraclasse: análise dos dados da Escola Paulo Freire**

Esta pesquisa visou analisar as dificuldades de organização dos horários das atividades extraclasse dos professores da escola Paulo Freire. Por essa razão, primeiramente serão analisados os achados do estudo que se relacionam com tal temática.

Para esta análise, as supervisoras foram questionadas sobre autonomia da escola e manifestaram que por diversas vezes a política adotada pela SRE é estipular atividades pré-estabelecidas, o que é ilustrado pela fala de uma das supervisoras:

A escola, apesar de ter muita autonomia em alguns aspectos, nós ainda somos reféns de prazos apertados, às vezes chega alguma ação que não se enquadra no nosso perfil de escola, que os nossos estudantes não estão acostumados ou que a gente não consegue desenvolver, que já foi tentada anteriormente e não deu certo. Então às vezes chega alguma imposição para ser realizada a ação e que a gente tem essa dificuldade de se adequar e depois vem a cobrança, vem a monitoria não quer saber de desculpas. Então a gente tem que aplicar e para isso a gente tenta adequar, mas o resultado não é sempre o esperado.

Devemos analisar, portanto, que, apesar de a gestão escolar atualmente exigir uma gestão mais democrática, colocando em pauta decisões a serem tomadas em conjunto, por diversas vezes a política de órgãos superiores impõem uma rotina de atividades já previstas, previamente estabelecidas pela Superintendência de Ensino.

É um grande desafio tornar as horas de atividades extraclasse, principalmente a reunião pedagógica, como um momento de troca, pois inúmeras dificuldades são encontradas, como pode ser percebido nas falas das supervisoras:

Atualmente, é a presença dos professores, já que eles cumprem a carga horária de trabalho conforme a carga horária de trabalho em sala de aula de trabalho docente e, como muitos desses professores dão menos aulas, nós percebemos que eles vêm menos às reuniões ou às vezes nem precisam, nem tem na necessidade de cumprir. Então para estar encontrando com esse professor para estar passando o que foi discutido em reunião fica muito difícil e na própria reunião a equipe fica desfocada. (SUPERVISORA 1)

Mediante essa diferença de carga horária mencionada, perguntou-se se entre os professores há esse questionamento, ou até mesmo se houve alguma reclamação, ao que ela respondeu:

Não, eles nunca falaram a respeito disso não, pelo menos na minha presença né. Nunca reclamaram. O que eu já ouvi foi que em outras escolas tem obrigatoriedade de ir, mas como a gente não recebeu nenhum comunicado oficial de que isso é possível, então a gente permaneceu seguindo a resolução, mas entre eles com relação a isso não. (SUPERVISORA 1)

Conforme é notório, a Supervisora 2 não encontra a mesma dificuldade por conta da linearidade de carga horária dos professores dos anos iniciais que possuem o mesmo número de horas/aula e, conseqüentemente, todos cumprem o horário de reuniões e as horas das horas a serem cumpridas em local definido pela direção com a supervisora:

A dificuldade que encontro é não desviar o foco da reunião porque geralmente a gente planeja reunião com um objetivo, com uma meta a ser cumprida e tem professores que não entendem, pensam que a reunião é um laboratório de queixas. (SUPERVISORA 2)

Foi possível identificar que, muitas vezes, o foco das reuniões muda no sentido de se tornar palco de lamentações; contudo, apesar disso, é necessário aproveitar este momento, assim como pensa Burgos (2014) que aponta para os desafios de se construir uma escola mais sintonizada às expectativas e especificidades de seu público, mesmo que o professor se sinta fragilizado diante da difícil tarefa de ter que ensinar em condições de baixa educabilidade.

Ainda sobre as reuniões pedagógicas, os professores responderam nos questionários algumas questões que são pertinentes para que possamos analisar o funcionamento dessas reuniões.

Quando perguntamos aos professores se as reuniões pedagógicas seguem uma regularidade esperada e legislada, suas respostas revelam elas acontecem semanalmente conforme indicado na tabela 4:

**Tabela 4 - Regularidade das Reuniões Pedagógicas**

Afirmativa	Variáveis	Respostas		
		Fi	Fri	Total
<b>A regularidade de ocorrência das reuniões pedagógicas nesta escola</b>	Diariamente	0	0%	27
	Semanalmente	27	100%	
	Quinzenalmente	0	0%	
	Mensalmente	0	0%	
	Outros	0	0%	

Fonte: Elaborada pela autora.

Das respostas dos professores emerge o dado que revela que a escola em análise se preocupa em manter a linearidade prevista na legislação, mantendo a previsão de formação obrigatória com tempo de duração determinado (um terço da jornada de trabalho dos professores) segundo a Lei nº 11.738, de 2008. Atualmente, exige-se dos docentes um novo papel, que, de acordo com Zeichner, faz com que o professor vá além das paredes da sala de aula, ou seja, exige-se que ele reflita coletivamente e também assuma a responsabilidade por sua formação, tornando-se, assim, um professor crítico-reflexivo (ZEICHNER, 1993).

É válido lembrar que a legislação estabelece que metade das Horas de Atividades Extraclasse devem ser destinadas às reuniões pedagógicas; portanto, o formato adotado por essa escola e pela maioria das escolas na cidade de Varginha é o de realizar as reuniões pedagógica semanalmente com a carga horária de 2 horas, porém não é algo fixo, pois, se houver a necessidade e levando em consideração a realidade de cada escola, o horário ou mesmo a frequência podem ser modificados conforme a necessidade.

A título de exemplificação, podemos citar o fato de uma escola optar por realizar uma reunião a cada quinze dias com duração de 3 horas. Esse tipo de situação é flexível visando a uma maior participação dos professores de maneira que a significância dessas reuniões se faça mais presente.

Dessa maneira, a participação do professor deve ser entendida como algo dinâmico e rotineiro. Assim, a próxima pergunta procura observar se há uma preparação prévia por parte da equipe gestora quanto aos assuntos a serem

tratados nas Reuniões Pedagógicas e, além disso, verificar se todos os professores estão atentos a tais informações, conforme os dados da tabela 5:

**Tabela 5 - Divulgação da pauta da reunião pedagógica**

Afirmativa	Variáveis	Respostas		
		Fi	Fri	Total
<b>Como ocorre a divulgação da pauta da reunião pedagógica</b>	Por e-mail	12	44,5%	27
	Por redes sociais	12	44,5%	
	No momento da reunião	03	11%	
	Não é feita a divulgação	00	0%	
	Outros	00	0%	

Fonte: Elaborada pela autora.

Em sua função administrativa, é atribuição do diretor escolar e também do supervisor pedagógico a organização do trabalho docente e como as informações chegam aos professores. Atualmente, a escola em análise utiliza as tecnologias para ampliar a divulgação das pautas das reuniões pedagógicas e outros assuntos, e isso pode ser comprovado com dados da tabela 5, haja vista que essas informações chegam aos professores de maneiras diferentes, o que comprova que não é utilizado um único meio de divulgação.

Sobre esse aspecto, podemos salientar que as TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) podem ampliar o processo de gestão. Isso ocorre à medida que proporcionam maior interação entre os envolvidos no processo de comunicação, promovendo novos espaços para circulação de conhecimentos, analisando os diversos significados da ação coletiva. Esculpe-se, assim, um ambiente motivador, contendo diversas trocas dialógicas, em que as TICs passam a ser um instrumento de intervenção no processo de articulação do conhecimento e de outras relações que circundam o ambiente escolar (MENEZES, 2014).

Para convalidar este pensamento, em 2008, em articulação com o Plano Tecnológico da Educação (PTE), foi publicado o Estudo de Implementação do Sistema de Formação e Certificação de Competências em TIC. Este estudo salienta que a integração das TIC é fundamental no trabalho cotidiano dos professores e da escola assim como em todas as áreas disciplinares.

Pode-se dizer, portanto, que a interação entre a equipe gestora e o corpo docente, neste caso, demonstra a busca pela superação das dificuldades diárias no sentido da comunicação na busca por fomentar um ambiente mais socializador.

Nessa esfera, os atores envolvidos necessitam de uma identidade que se firma com o conhecimento histórico da instituição, diante de um planejamento escolar participativo, que vise à distribuição dos poderes e sua aplicação para futuras ações educacionais.

Assim, a gestão trabalha na mobilização efetiva dos esforços individuais e coletivos, visando à construção de uma equipe que viabilize os objetivos sociais e institucionais. Como já foi dito, as Horas de Atividades Extraclasse têm como objetivo principal promover a troca de experiência profissional, possibilitando a reflexão sobre a prática docente para que seja viável e se torne concreto o aperfeiçoamento individual e coletivos dos educadores. Os Referenciais para a Formação dos Professores (BRASIL, 2002), ao tratar da formação contínua, confirmam essa ideia, ao considerarem a importância da escola como um local de formação docente.

Também foi interessante conhecer a opinião dos envolvidos na pesquisa acerca da significação das Reuniões Pedagógicas, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 6 - Significância das Reuniões Pedagógicas**

Afirmativa	Variáveis	Respostas		
		Fi	Fri	Total
<b>Você entende que as reuniões pedagógicas são significativas e proveitosas</b>	Concordo	14	50,5%	27
	Concordo parcialmente	12	44,5%	
	Não discordo nem concordo	00	0%	
	Discordo parcialmente	00	0%	
	Discordo	01	5%	

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao analisar as respostas, percebe-se que quase metade dos professores que participaram da pesquisa acredita que as reuniões pedagógicas são significativas e proveitosas. Outra porcentagem significativa (quase a metade) concorda parcialmente com a afirmativa. Somente um professor respondeu que discorda que as reuniões sejam proveitosas. Assim, essa questão nos leva a refletir sobre a atratividade das pautas das reuniões.

Mizukami et al (2002) alegam que os docentes precisam trabalhar com os seus pares, demandando apoio e assessoria de um gestor que entenda as suas necessidades e de um profissional (o professor coordenador) que possa observar,

oferecer sugestões e comentários não avaliativos. Neste sentido, os autores argumentam que “os professores precisam fazer parte de uma ampla comunidade de aprendizagem que constitua fonte de apoio e de ideias” (p. 73).

Nos questionários, os professores sinalizaram o tempo disponível para as atividades extraclasse. Podemos observar na tabela 7, a desproporcionalidade que há entre as respostas:

**Tabela 7 - Duração do tempo disponível para o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse semanalmente**

Afirmativa	Variáveis	Respostas		
		Fi	Fri	Total
<b>Qual é a duração do tempo disponível para o seu cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse semanalmente</b>	Menos de 1 hora	06	21%	27
	Entre 1 e 3 horas	17	63%	
	Entre 1 e 3 horas	03	11%	
	Mais que 5 horas	01	5%	
	Menos de 1 hora	06	21%	

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da análise das respostas obtidas, percebe-se que muitos não precisam participar das Reuniões Pedagógicas semanalmente e, além disso, poucos permanecem na escola para uma eventual orientação. Mediante o exposto, é notório que seis professores devem cumprir menos de 1 hora, ou seja, eles podem deixar de ir às reuniões, sendo que somente quando há necessidade e, por conseguinte, há convocação, eles participam das reuniões. À exceção dessa situação, boa parte dos professores deve participar das Reuniões Pedagógicas.

Porém, conforme os dados apontados durante a pesquisa, muitos professores não participam das reuniões devido à falta de carga horária completa de 16 horas aulas pelo menos. A detenção de dois cargos que acarreta o revezamento entre as escolas de seus cargos, atualmente, dos 27 professores pesquisados, 13 são detentores de dois cargos sejam eles no próprio estado, no município, na rede particular, ou até mesmo outro tipo de atividade laboral. Esses dados indicam que praticamente metade dos professores possui dupla jornada de trabalho.

É necessário dizer que destes (as) professores (as), cinco possuem cargo no próprio estado, o que permite a justificativa de não comparecimento caso a reunião pedagógica de ambas as escolas caso ocorram no mesmo dia e, para isso, o professor deve apresentar uma declaração de participação de uma das instituições à

outra. Esse também é um dificultador enfrentado atualmente pela Equipe Gestora, pois é mais um dos motivos pelo baixo número de participantes nas reuniões.

Esse número reduzido de professores participantes ocasiona também um baixo estímulo de participação daqueles que frequentam as reuniões com regularidade, pois seria importante a discussão pautada na opinião de todo o corpo docente e não somente de alguns. Baseada nessa questão, a gestão possui um papel crucial de incentivador, motivador mesmo havendo essas diversidades, procurando fomentar o possível para uma gestão democrática e aberta.

Pode-se dizer, conseqüentemente, que o ideal é a busca por essa gestão participativa como uma força de atuação consciente, pela qual os membros da escola reconhecem e assumem seu poder de influenciar a determinação da dinâmica dessa unidade escolar, de sua cultura e de seus resultados. No momento em que não estão sendo monitorados, espera-se a “capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida” (LIBÂNEO, 2012, p. 451).

Em relação ao monitoramento das Horas de Atividades Extraclasse, a Supervisora 1 relata:

Essa monitoria, ela fica um pouco frágil devido ao fato dos professores estarem na escola e a gente também estar fazendo as nossas funções. Temos nossas funções então realmente monitorar esse tempo ele é bem delicado, é bem complicado, a gente sabe que o professor está cumprindo, nós temos uma tabela de horários para estar acompanhando esse professor e na necessidade de acompanhar, de conversar, a gente sabe que o professor está ali naquele horário, mas dizer que essa monitoria acontece rigorosamente isso acontece de uma maneira mais frágil. (SUPERVISORA 1).

Uma vez que o papel na supervisão escolar é revestido por inúmeras atribuições, podemos destacar que o supervisor deve: socializar o saber docente (troca de experiências); discutir permanentemente o aproveitamento escolar e a prática docente; assessorar individualmente e coletivamente o corpo docente no trabalho pedagógico interdisciplinar; coordenar e participar dos conselhos de classe. Segundo Rangel (1988, p. 13), tal função se caracteriza por ser:

um trabalho de assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do



desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem (RANGEL, 1988, p.13).

Sendo assim, o supervisor, como parte integrante da gestão pedagógica, deve buscar soluções para contribuir para que os professores alcancem o desempenho esperado do trabalho pedagógico com foco na aprendizagem dos alunos, demonstrando entender a finalidade da sua presença na escola. Essa análise se aproxima dos pressupostos de Libâneo (2001, p. 5-6), que afirma:

O coordenador pedagógico ou professor coordenador supervisiona, acompanha, assessora, avalia as atividades pedagógicas - curriculares. Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógica - didática aos professores em suas respectivas disciplinas, no que diz respeito ao trabalho interativo com os alunos (LIBANEO, 2001, p.5-6).

As atribuições dos supervisores, portanto, são várias. Na escola em análise, tal fato não é diferente, sendo que o monitoramento dispendido ao horário em que os professores estão cumprindo as horas em local definido pela direção se torna bastante comprometido. Isso ocorre principalmente com relação aos docentes do turno matutino, por diversos motivos, dentre eles, um número maior de professores ou até mesmo devido aos diversos locais onde eles realizam essas atividades.

Neste sentido, percebe-se que a responsabilidade esperada por parte dos professores é primordial com relação às atividades realizadas durante as horas a serem cumpridas em local definido pela direção, haja vista que há dificuldade em monitorar a mesma como pode ser percebido na fala da Supervisora 1.

Segundo a Supervisora 1 entrevistada, a SRE também não acompanha as Horas de Atividades Extraclasse, mais especificamente as Reuniões Pedagógicas: “A SRE veio uma vez apenas, mas não foi durante uma reunião pedagógica de rotina, foi uma reunião extraordinária que aconteceu num sábado e aí eles vieram. A gente ia analisar os resultados e, foi apenas uma vez, vieram dois analistas.”

Como dito anteriormente, Libâneo (2001, p. 21) entende que “autonomia e participação não podem servir para deixar as escolas ao abandono, funcionando às cegas”, por isso, mesmo com toda a demanda que envolve o trabalho da equipe gestora, o monitoramento deveria ser realizado de alguma maneira, não só no sentido de exigência, como também no sentido de orientação.

A autonomia é uma das condições necessárias para que a escola cumpra sua função com mais direcionamento, o que ocasiona um processo de aprendizagem mais significativo, uma vez que leva em consideração a situação em que os estudantes estão inseridos. Essa autonomia pressupõe corresponsabilidade e não simplesmente uma liberdade de ação negligente por parte dos indivíduos. Portanto, a autonomia se justifica na interação de todos os indivíduos representantes da comunidade escolar e local que se admitem como personagens essenciais na tomada de decisões coletivas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, lei suprema do nosso sistema educacional, transmite um projeto político para a educação brasileira, ao mesmo tempo em que assegura e indica a necessidade de repensar uma autonomia verdadeira e que passe, inicialmente, pela transformação da postura dos profissionais da educação.

Portanto, ao discutir sobre gestão escolar, há de se afirmar que se refere principalmente à gestão de pessoas, promovendo e orientando a troca de experiências entre professores e sua interação, como estratégia de capacitação em serviço, desenvolvimento de competência profissional e melhoria de suas práticas (LÜCK, 2009, p. 81) – lembrando-se, ainda, do que já foi dito sobre a importância do papel da formação continuada na escola, na medida em que a qualidade da educação oferecida revela a própria qualidade da formação.

### 2.3.1 Considerações dos participantes da pesquisa sobre o trabalho docente e as atividades extraclasse: o trabalho individual, coletivo e a formação continuada

As supervisoras discorreram sobre a organização das Horas de Atividades Extraclasse na escola Paulo Freire conforme se pode observar nas falas das entrevistas a seguir:

As Horas de Atividade Extraclasse são organizadas por mim que sou a supervisora pedagógica e pela gestão. E essas horas, elas são monitoradas pelo registro com listas, livro de ponto e são acompanhadas e o acompanhamento acontece durante o próprio módulo com o professor. E durante a reunião, a gestão está sempre acompanhando e eu mesma, enquanto coordenadora, estou acompanhando, fazendo as pontuações necessárias. (SUPERVISORA 1)

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, no início do ano é repassado a todos os professores a sua

carga horária. Dependendo do número de aulas, a supervisora, no caso eu, organizo o cronograma de atendimento com cada professor ocupando um módulo de aula desse professor e um módulo aula desse professor fica livre. (SUPERVISORA 2)

Conforme relatado, uma das funções desempenhadas pelas supervisoras é exatamente organizar as Horas de Atividade Extraclasse em consonância com a direção da escola. Tal função é explicada pelo entendimento de Libâneo (2001, p. 11) em que

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista os objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

Assim, o papel do supervisor é crucial no sentido de nortear os trabalhos a serem realizados durante o cumprimento dessas horas.

É necessário também analisar exatamente a relação do o trabalho docente e com as Horas de Atividades Extraclasse. De acordo com o que foi discutido, o trabalho do professor deve ser orientado e acompanhado pelo supervisor, porém a responsabilidade sobre o modo como os docentes estão cumprindo essas horas deve ser deles próprios.

Segundo artigo do portal da educação,

A ação supervisora, desenvolvida nas escolas, deve ser essencialmente a de acompanhar a atualização pedagógica e normativa, com especial atenção, em ambos os casos, aos fundamentos determinados na LDB 9.394/96; propiciar oportunidades de estudo e interlocução aos professores, em atividades coletivas, que reúnam professores que desenvolvem um mesmo conteúdo nas diversas séries e níveis escolares; propiciar oportunidades de estudo e decisões coletivas sobre o material didático. (RANGEL, 2001, p. 40).

Isso é muito importante, pois significa que as Horas de Atividades Extraclasse sob o prisma do supervisor, proporcionam ao professor um maior aproveitamento dessas horas no intuito de formar a equipe e, assim, alcançar os objetivos esperados no final da trajetória anual. As supervisoras afirmam que:

A reunião, ela, é muito importante porque é uma formação em serviço, então a gente está sempre procurando capacitar, estudar junto e, conseqüentemente, isso traz benefícios para sala de aula além da troca de experiências um ajudando o outro a gente vai

lançando estratégia junto então a reunião tem essa função também. (SUPERVISORA 1).

Contribui para o planejamento das aulas, uma metodologia diferenciada, diversificada, pois sabemos que professor tem atividades que vão além da sala de aula. (SUPERVISORA 2)

Conforme foi discutido no referencial teórico, Tardif (2012) explicita a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento de ações conjuntas, discussões entre os pares no intuito de administrar teoria e prática. Assim também é o entendimento compactuado pelas supervisoras entrevistadas, que identificam a reunião pedagógica como um espaço de trocas de experiências que auxilia na condução do trabalho realizado em sala de aula, uma vez que o conhecimento vai sendo construído coletivamente.

Destas considerações, propõe-se, no próximo item da entrevista, a preocupação em apontar as discussões sobre o trabalho em sala de aula realizadas durante as Reuniões Pedagógicas:

Sim, o tempo todo sempre que nós estamos discutindo algum texto ou vendo algum vídeo. Às vezes o assunto nem é tão voltado para sala de aula, eles sempre remetem aos estudantes. A forma que aquilo que tem a ver com a sala de aula, que aquilo interfere no trabalho, seja de forma queixosa né, assim desabafando mesmo ou realmente levando como crescimento como formação, então eles sempre falam dos estudantes é sempre pauta os estudantes rendimento, comportamento. (SUPERVISORA 1).

Como supervisora pedagógica me preocupo em focar nas ações que são pertinentes nas vivências cotidianas com objetivo, com o intuito de aperfeiçoamento do professor, porque o objetivo de uma reunião pedagógica é capacitar o professor sobre as dificuldades apresentadas daquele momento com aquela realidade. Então a gente tem um momento de estudo e um momento de troca de experiências em grupo, plenária. (SUPERVISORA 2)

Desempenhar essa tarefa com compromisso e qualidade exige tanto do supervisor quanto do professor, no intuito de agregar um conjunto de saberes e competências que lhes permitam a construção de saberes no âmbito escolar. Tais saberes são construídos ao longo de toda uma carreira e vida docente, razão que justifica que não sejam contemporâneos uns dos outros, uma vez que se vão adquirindo ao longo do tempo. Na ótica de Tardif, o saber docente “se compõe de vários saberes vivenciados pelos professores. Um professor mergulhado na ação,

em sala de aula, não pensa, como afirma o modelo positivista do pensamento, como um cientista, um engenheiro ou um lógico” (TARDIF, 2008, p. 272).

Diante disso, pode-se dizer que as supervisoras, na sua função de proporcionar aos professores mecanismos que os levam à discussão e, conseqüentemente, à formação de opinião com relação a alguma situação vivenciada em sala de aula, proporcionam de uma maneira dirigida um tipo de formação, que, na verdade, é feita *in loco* e busca solucionar conflitos e dificuldades encontrados na especificidade da escola.

Alguns estudos acerca do trabalho docente coletivo apresentam diferentes possibilidades de organização da ação conjunta como a probabilidade de trabalho, manifestadas pelas noções de colaboração, cooperação, colegialidade, parceria, trabalho em equipe, troca, trabalho em comum, indicando a existência de uma pluralidade conceitual ou nocional do termo trabalho coletivo (BORGES, 2010).

Nesse sentido, cabe ressaltar que, além do trabalho coletivo, o trabalho individual é de suma importância para a formação continuada, uma vez que o mesmo possibilita repensar sua contribuição para o trabalho coletivo.

Sobre a dinâmica das Horas de Atividades Extraclasse, é necessário reforçar a ideia de que se constitui em um momento em que toda a equipe de professores pode debater e organizar o processo educativo naquela unidade escolar, discutir e estudar temas relevantes para o seu trabalho.

Conforme Alarcão (2008), a comunidade educativa está em constante desenvolvimento e em aprendizagem, e nela “o professor não pode agir isoladamente” (p. 44), “[...] mas tem que construir, com seus colegas, a profissionalidade docente” (ALARCAO, 2008, p. 79).

As supervisoras também abordam essa temática da formação, conforme se pode perceber nos trechos seguintes:

Sempre que eu organizei a reunião e a gestão também, a gente sempre procura trazer algo que possa contribuir para os estudos dos professores, algo que eles possam usar em sala de aula. É um momento realmente de capacitação em serviço que a gente pode estar fazendo que eles relembrem alguns assuntos que ficaram esquecidos, algumas teorias que eles já não estão lembrando, mas a gente sempre está retomando, então é o momento de Formação mesmo; de estudo; de leitura. (SUPERVISORA 1)

Sim, o objetivo da reunião pedagógica é esse, deve ser o momento de formação continuada e é a missão, entra no perfil do Coordenador

pedagógico, do supervisor pedagógico e são momentos de trocas, trocas de saberes. (SUPERVISORA 2)

A formação profissional se trata de entender a aprendizagem como um processo contínuo e requer uma análise minuciosa desse aprender em suas etapas, evolução e concretizações, para redimensionar conceitos pautados na busca da compreensão de novas ideias e valores. Libâneo (2001) entende que:

é clara a necessidade de formação geral e profissional implicando o repensar dos processos de aprendizagem e das formas do aprender a aprender, a familiarização com os meios de comunicação e o domínio da linguagem informacional, o desenvolvimento de competências comunicativas e capacidades criativas para análise de situações novas e cambiantes (LIBANEO, 2001, p.23).

Para haver esse tipo de formação contínua – a que ocorre em serviço –, seria necessário que todos os profissionais participassem com mais uniformidade dessas reuniões e que aproveitassem esse tempo para realizar atividades relacionadas ao trabalho docente. Isso sempre ocorreu, pois, os professores sempre ultrapassaram os limites da sala de aula para efetivá-las.

Com relação ao cumprimento das horas de Atividades Extraclasse na escola em pauta, mais precisamente as horas a serem cumpridas em local definido pela direção, as entrevistadas percebem que os professores têm utilizado mais esse tempo para planejamento e preenchimento de diário, entre outros assuntos, e que a formação continuada não é o principal objetivo desse momento.

[...] nessa hora ele [o professor] se propõe a fazer mais os trabalhos, os planejamentos, elaboração de prova [...] não é o momento de estudo, ele se preocupa mais em fazer atividades da escola, preencher diário, às vezes alguma pesquisa na internet, mas tudo voltado para o trabalho docente, ali não se preocupam muito com formação não, pelo menos é o que eu observo aqui na escola. (SUPERVISORA 1)

Sim, é por isso que saliento que é importante que um módulo seja feito com a supervisora e o outro que fique a caráter do professor para que ele estude porque no módulo que ele cumpre com o supervisor, o mesmo pode ver a demanda, a defasagem e trabalhar diretamente, individualmente com professor com o objetivo de implementar as ações estratégicas. (SUPERVISORA 2)

É preciso esclarecer que não é nosso desejo generalizar em relação às atividades realizadas durante o horário de cumprimento das Horas de Atividades

Extraclasse, porém é notório que durante o período das horas a serem cumpridas em local definido pela direção, a maioria dos professores não se dispõe a estudar, por exemplo, com o intuito de compor sua formação.

Essa não utilização do horário para formação pode ser explicada por vários fatores. Um deles, já comentado, seria o curto tempo que alguns professores precisam cumprir devido ao número de aulas que possuem. Outro fator seria a grande demanda de trabalho que os professores com maior número de aulas, pois, tendo mais aulas, aumenta-se o número de diários a serem preenchidos, provas e trabalhos a serem corrigidos e planos de aulas a serem feitos. Assim, o horário contribui para ofertar a eles o seu momento de organização laboral, até mesmo porque grande parte desses professores possui jornada dupla de trabalho.

Neste sentido, o trabalho do supervisor é crucial para um maior aproveitamento dos momentos destinados à formação docente, seja durante os módulos em que este supervisor presta atendimento, como exemplificou uma das supervisoras, seja durante as reuniões pedagógicas.

Pode-se dizer que a formação ocorre com mais frequência durante as Reuniões Pedagógicas, haja vista que as supervisoras se preocupam em aproveitar o momento para trazer teorias e estudos que auxiliam no cotidiano escolar. Dessa maneira, essa dinâmica tem-se apresentado como:

um expressivo esforço de organização de um sistema nacional de formação inicial e continuada de professores para o Ensino Fundamental e Médio, tal como vem sendo pensado em países europeus e alguns latino-americanos (LIBÂNEO, 2001, p. 24).

A formação inicial e continuada do professor, como visto anteriormente, tem-se mostrado como uma exigência para a educação contemporânea e, por isso, já está prevista em legislação. Ou seja, é uma garantia adquirida pelo professor, e a grande preocupação é a de que realmente os professores tenham consciência de sua importância. Neste sentido, deve-se fazer a comparação ao tempo em que a Lei Estadual 20.592/12 ainda não havia sido promulgada, haja vista que os (as) professores (as) já realizavam atividades inerentes à profissão, mas que, por não serem realizadas com alunos, não eram reconhecidas como trabalho docente e, conseqüentemente, não eram remuneradas.

Mediante isso, foi indagado à supervisora sobre o cumprimento dos professores, se os mesmos estão realmente cumprindo essas horas realizando alguma atividade ou se às vezes se percebe que aquele momento seria para descanso:

Eles levam a sério e adiantam mesmo o trabalho. Já tivemos, não nesse ano, mas anos em que os professores realmente não levavam a sério e que utilizavam esse tempo para outras finalidades, mas esse ano eu acredito que estejam, pelo menos o que eu acompanho, eles estão realmente fazendo trabalhos da escola. (SUPERVISORA 1)

Fica evidente que o compromisso e o envolvimento que todos os professores devem ter, referentes ao trabalho a ser realizado durante o cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse, são essenciais para o bom funcionamento do trabalho diário dos docentes. Assim, torna-se primordial que o (a) professor (a) entenda que o Módulo II representa uma conquista para o trabalho docente no sentido de auxiliar o profissional a atender todas as demandas inerentes ao seu trabalho, uma vez que é sabido que atualmente a grande parte dos professores possuem mais de um cargo e que essas horas se tornam um instrumento relevante para que ele evite acumular tarefas relacionadas à escola. Tardif (2002) argumenta que este é um saber experiencial que o (a) professor (a) vai construindo, mobilizando, elaborando ao longo de sua vivência profissional no enfrentamento das situações e problemas cotidianos.

Em virtude disso, é necessário compreender os processos de desenvolvimento pessoal e profissional do professor e considerá-lo como detentor de uma profissão na qual o próprio sujeito histórico é capaz de produzir o seu próprio ofício. O desafio atual, segundo NÓVOA (1992, p. 27),

está na valorização de paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas (NOVOA, 1992, p.27).

Como dito em outra seção, é importante que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, visto que, com uma formação



continuada, ele poderá aperfeiçoar sua prática docente e seu conhecimento profissional.

Pode-se dizer, assim, que, conforme defendido pela UNESCO (1988), a formação continuada dos professores é tão ou mais importante do que sua formação inicial. Sobre a formação de professores, tanto inicial quanto a contínua, os saberes experienciais têm uma importância estratégica, já que, para os professores, os saberes adquiridos por meio da experiência profissional constituem os fundamentos de sua competência. É a partir deles que os professores julgam sua formação anterior ou sua formação ao longo da carreira (TARDIF, 2010, p. 48).

É necessário, portanto, entender que há atualmente a necessidade de transformar as escolas em comunidades de aprendizagem, também defendida por Alarcão (2008), que utiliza o termo comunidade educativa. Para a autora, a escola é “uma comunidade educativa, um grupo social constituído por alunos, professores e funcionários e fortes ligações à comunidade envolvente através dos pais e dos representantes do poder municipal” (ALARCÃO, 2008, p. 44).

Além disso, a formação contínua deve ser repensada como prática constante para a qual as Horas de Atividades Extraclasse representam um papel importante. Os referenciais sobre a Formação dos Professores, ao tratarem sobre esta temática, consideram que se trata de um processo que precisa ser possibilitado pela instituição e assumido pelos docentes:

O desenvolvimento profissional permanente requer um processo constante e contínuo de reflexão, discussão, confrontação, e experimentação coletiva, para o qual é necessário não só que as instituições contratantes assumam a responsabilidade de propiciar as condições institucionais e materiais, mas que o professor tome para si a responsabilidade por sua formação. Só essa co-responsabilidade permitirá a superação da relação de tutela que mantém a formação em serviço do professor a mercê de circunstâncias político institucionais as mais diversas. Para isso, é preciso assegurar condições institucionais para que os professores possam estudar em equipe, compartilhar e discutir sua prática com os colegas, apresentar seu trabalho publicamente, reunir-se com pais de alunos e demais membros da comunidade, desenvolver parcerias com outras instituições, participar do projeto educativo da escola, definindo, coletivamente, metas, prioridades, projetos curriculares, processos de avaliação, normas de convivência, temáticas de formação continuada, e prioridades para a utilização dos recursos disponíveis. (BRASIL, 2002, p. 66)

Chamamos a atenção para o fato de que a valorização da escola como um espaço de formação não exime a responsabilidade dos outros personagens envolvidos neste processo.

Apesar disso, atualmente, na escola em análise encontramos alguns obstáculos que não permitem alcançar esse tipo de formação durante as Reuniões Pedagógicas, como podemos ver ilustrado na fala de uma das supervisoras:

[...] os professores sempre estão querendo fazer um conselho de classe toda semana, falando e reclamando, pedindo sugestões, pedindo ajuda, comentando com outros professores é o que geralmente sai do controle um pouco do planejamento [...].  
(SUPERVISORA 1)

As condições de trabalho não são determinantes para o alcance dos objetivos e atividades a serem desenvolvidas; entretanto, interferem de forma direta na produtividade e organização das ações. Por isso, outra questão tratada foi sobre a regularidade das reuniões; percebe-se que, por ser semanalmente, muitas vezes, causa um certo desconforto e cansaço, haja vista que a carga horária do professor muitas vezes é de oito horas por dia, sendo que no dia de reunião o dia se prolonga até mais tarde:

Eu acho muito apertado, tanto o Módulo II quanto o Módulo III<sup>21</sup>. O Módulo II, que são as reuniões, não tem como escapar muito desse formato porque acaba que a gente trabalha em outro estabelecimento e fica um horário noturno cansativo. Mas eu acredito que seja adequado para o momento e o extraclasse Módulo III que o professor cumpre na escola e fica bem puxado principalmente para os professores que dão mais de 16 aulas, fica puxado, fica corrido, mas por outro lado é um tempo que a gente sabe que o professor está na escola, que a gente pode contar com ele, que a gente pode abordar, estar oferecendo apoio e é essa a atribuição da supervisora.  
(SUPERVISORA 1)

A segunda supervisora também tem a mesma opinião quanto à regularidade das Reuniões Pedagógicas: “[...] eu acho que as reuniões pedagógicas poderiam acontecer de 15 em 15 dias com o objetivo de não sobrecarregar o professor” (SUPERVISORA 2). Esses dados indicam que não há que se pensar em professores como mero executores de tarefas ditadas, pois seu trabalho envolve o pensar e o fazer. Assim, o planejamento se torna instrumento crucial para desenvolvimento do trabalho docente. Em virtude disso, foi questionado à

---

<sup>21</sup> Na SRE de Varginha adotou-se o costume de dividir informalmente o módulo II em: módulo II para as Reuniões Pedagógicas e módulo III para as atividades a serem cumpridas na própria escola.

supervisora sobre como ocorre o planejamento individual e coletivo na escola em análise:

O planejamento individual é cobrado no início do ano de forma que o professor coloque nos bimestres seus conteúdos e metodologias. O que eu observo é que esse planejamento ainda é muito amplo, não é tão fiel quanto ao plano de aula, então é uma dificuldade que a gente está sempre passando para os professores, é um ponto que a gente está sempre voltando com os professores para fazer um planejamento mais real, planejamento mais sequinho que englobe as habilidades porque o professor ainda fica muito preso à habilidade copiada da internet, copiada de outros colegas, de outros colégios. Então isso acaba dificultando um planejamento real, mas é mais esse planejamento que acontece, ele é entregue e a gente tenta sempre ver se está condizente com o que está sendo aplicado. (SUPERVISORA 1)

No início do ano foi feita uma reunião onde a supervisora capacitou em oficina sobre planejamento com os professores. Depois, em outro módulo, foi oportunizado aos professores uma troca e, nessa troca também foi oportunizado a cada professor ficasse com um correspondente, com seu colega de ano escolar. Em outra reunião, como continuidade do objetivo de suporte, eles puderam trocar entre eles materiais, foi oportunizado sim. (SUPERVISORA 2)

O planejamento não se resume ao programa de conteúdo a ser ministrado em cada disciplina. Pelo contrário, ele vai muito além, pois está inserido dentro do plano coletivo da escola, que inclui o papel social, as metas e seus objetivos. A escola, por sua vez, está inserida no sistema educacional atrelada às Secretarias de Educação nos diversos níveis, que também determinam objetivos e metas a serem alcançadas durante o ano letivo nas diferentes áreas de conhecimento. Essa predeterminação pode ser entendida como um engessamento do currículo a ser ministrado durante o ano, motivo pelo qual um planejamento coletivo não é o foco como se percebe na fala da supervisora:

Já com relação ao planejamento coletivo, não há na nossa escola um planejamento coletivo fora do projeto político pedagógico, o projeto pedagógico é um projeto à parte, mas nós estamos com ações para serem desenvolvidas coletivas, então não diria que é um planejamento coletivo, mas a gente está buscando essas ações de forma coletiva com os professores. (Supervisora 1).

Esse planejamento acontece coletivo mediante a demanda da escola, nem sempre acontecerá coletivo devido a um monte de assunto que a gente tem a tratar nas reuniões pedagógicas, mas foi oportunizado num primeiro momento de capacitação, um segundo momento de troca entre eles, um terceiro momento teve uma

plenária. O planejamento coletivo ocorre quando alguma atividade diferenciada acontece, os professores planejam entre eles e para isso é dado esse momento de ouvir cada professor, lógico, uns envolvem mais e outros envolvem menos. (SUPERVISORA 2)

Os posicionamentos diferentes das duas supervisoras quanto ao planejamento coletivo na verdade demonstram que esta é uma questão que precisa ser trabalhada no sentido de afinar as ideias e definir melhor o que seria planejamento coletivo. O planejamento coletivo tratado pela Supervisora 1 seria aquele relacionado a conteúdos das diversas disciplinas, ao passo que o tratado pela Supervisora 2 é aquele que ocorre sistematicamente durante o ano letivo e que visa planejar ações a serem realizadas pelos professores, ou seja, projetos, ações propostas pela SRE ou pela SEE, entre outros.

É importante estabelecer, portanto, que deve haver planejamento coletivo e elaboração de estratégias no intuito de alcançar as metas propostas. Esse tipo de planejamento deve ser parte integrante do trabalho do docente e as Horas de Atividades Extraclasse são essenciais para tanto, no sentido de proporcionar o encontro dos professores. Algumas ações foram citadas pela Supervisora 1 para exemplificar esse trabalho coletivo

Uma ação que a gente está buscando coletivamente são as intervenções pedagógicas que devem acontecer com base nas nossas avaliações internas, então é algo que todos os professores têm que fazer, cada um faz na sua disciplina, mas é uma ação de todas as disciplinas que acontecem independente da série, todo mundo faz a intervenção; as festas, os eventos são organizados pela escola e são produzidos de forma coletiva; e as ações que nós estamos desenvolvendo no momento são os itinerários avaliativos, a convivência democrática que a gente está fazendo junto, todas no coletivo que ocorrem também durante as reuniões pedagógicas. (SUPERVISORA 1)

O trabalho docente é um processo complexo, que pressupõe a construção de estratégias coletivas e sistematicamente organizadas, envolvendo esforços pessoais e institucionais concretamente desenvolvidos para alcançar objetivos individuais e comuns.

É notório que o trabalho coletivo é um dos objetivos da formação profissional que se impõe atualmente para todos os professores envolvidos. No mais, tem sido condição essencial para a própria formação do cidadão em uma sociedade democrática. Em termos escolares, esse trabalho constitui preocupação mais

recente e, nem sempre, encontra aceitação pelos docentes que, por força do hábito de trabalhar isoladamente, veem nisso uma perda de tempo ou uma tarefa suplementar. Apesar dessa dificuldade em se trabalhar em grupo, atualmente, grande parte das atividades realizadas, ou até mesmo das decisões tomadas, acontece de maneira coletiva, como mencionado pela supervisora.

Entretanto, como dito, muitas ações são propostas de maneira *top down* e cabe à equipe gestora e às supervisoras transmitir as ações a serem realizadas. Por isso, foi questionado sobre quais são as reações dos professores mediante essas ações pré-estabelecidas.

Sempre com muita resistência porque a gente sabe que o trabalho em sala não é fácil, o trabalho docente exige uma rotina muito pesada, já com prazo de bimestre, prazo de semana de avaliação de correção que não pode atrasar. A gente já sabe que tem data de fechamento de bimestre que não pode atrasar e, quando a gente chega com uma coisa muito em cima da hora ou alguma coisa muito fora da nossa realidade, existe uma resistência porque ele vai ter que mudar todo o seu planejamento, ele vai ter que se adequar aquilo. A gente entende que é difícil para eles terem essa flexibilidade até porque cada professor tem uma carga horária também, acaba pesando mais para uns do que para outros, mas independente disso, eles reagem com muita resistência, mesmo assim a gente tem que sempre que estar acalmando, motivando, passando com muita antecedência explicando das consequências que pode ocorrer se caso a gente não aderir ao projeto, não aderir ao que é imposto. A gente tenta contornar essa situação e tenta facilitar ao máximo para o professor, é lógico, sempre exigindo, mas a gente tenta fazer com que esse trabalho seja leve e dando apoio que já é da nossa alçada mesmo dar. (SUPERVISORA 1)

Por meio das falas das supervisoras, podemos visualizar algumas questões enfrentadas durante o percurso desta pesquisa sobre as Horas de Atividades Extraclasse, como: (a) organização e monitoramento; (b) dificuldades; (c) contribuição para sala de aula; (d) discussão de vivências; (e) formação continuada em serviço.

A organização das Horas de Atividades Extraclasse têm sido um grande desafio para a equipe gestora e para o corpo docente, cada qual com suas particularidades, seja no sentido de cumprir propriamente dito, seja no sentido de atender seu objetivo em sua totalidade. Defendemos que devemos encontrar meios de garantir o cumprimento dessas horas, porém não como cumprimento legal apenas, mas como mais um recurso de formação e aproveitamento do tempo.

Desta forma, as soluções para essa problemática podem ser encontradas quando todos os profissionais trabalharem juntos, rumo a objetivos comuns, cada qual com a consciência de que este tempo deve ser aproveitado da melhor maneira possível. Precisamos fortalecer projetos sobre “como aproveitar este horário” para que o mesmo possa atender objetivos comuns, ou seja, contar com a participação e o compromisso de todos os envolvidos com a Educação sem importar o cargo que ocupam.

Diante dessas considerações, o terceiro capítulo versará sobre um Plano de Ação Educacional (PAE) para escola Paulo Freire que visa à melhoria do cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse, ancorado no referencial teórico utilizado nesta dissertação e nos resultados da pesquisa, tendo em vista a necessidade de organizar tanto os horários de cumprimento de atividade extraclasse em um local pré-definido a ser cumprido na própria escola, quanto as reuniões pedagógicas.

### **3 DELINEAMENTO DAS PRÁTICAS REALIZADAS: PLANO DE AÇÃO PARA A MELHORIA DA GESTÃO DAS HORAS DE ATIVIDADES EXTRACLASSE**

O presente capítulo tem um caráter propositivo. Conforme apresentado na introdução, o objetivo desta dissertação foi investigar o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse na E. E. Paulo Freire.

No primeiro capítulo, discorremos sobre como ocorrem as atividades extraclasse na escola em análise – a instituição denominada E. E. Paulo Freire, cujo nome verdadeiro foi preservado para que não houvesse qualquer tipo de constrangimento por parte dos pesquisados de maneira que eles sentissem maior liberdade para responder o questionário aplicado pela própria diretora, de modo que alguns fatores dificultadores já se mostraram. Foi feita a discussão sobre o processo de cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional – Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 e sobre os objetivos que envolvem o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse como um espaço de troca de experiências, de realização de atividades inerentes à profissão e, principalmente, de formação profissional.

Ainda nesse capítulo, foi apresentado como ocorre a dicotomia das Horas de Atividade Extraclasse e reunião pedagógica, módulo de cumprimento na própria escola pesquisada, retratando-se o papel dos envolvidos nesses processos e evidenciando algumas situações peculiares da instituição que demonstraram que o gestor, ao cumprir literalmente a legislação, acaba esbarrando em questões como número reduzido de participação.

No segundo capítulo, por conseguinte, as análises efetuadas foram pautadas na permuta entre o que foi observado na escola pesquisada e os pressupostos teóricos que explicitam e norteiam o trabalho escolar, levando em consideração o espaço escolar como um local orgânico e em constante transformação, o que possibilita ao professor o desenvolvimento da sua formação. Além disso, as horas de atividades foram analisadas em comparação ao funcionamento das HTPCs no estado de São Paulo, que apontaram alguns pontos relevantes que estão em concordância com o que está convencionado no estado de Minas Gerais.

Com esse olhar, foi analisado o papel de gestores, diretor e supervisor, na condução das Horas de Atividades Extraclasse, enfatizando-se a importância da gestão democrática e participativa e do trabalho coletivo para a formação docente. Ademais, foram apresentados os participantes da pesquisa, que somam 27

educadores de diferentes áreas do conhecimento e também dois supervisores. O capítulo foi finalizado com a discussão sobre as concepções de o trabalho individual, coletivo e a formação docente continuada.

Mediante o exposto, na próxima subseção é apresentado o PAE (Plano de Ação Educacional), utilizando o modelo o *Brainstorming* – Plano de Ação (5W2H), no intuito de indicar algumas propostas de ações que visam melhorar a organização e o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse na E.E. Paulo Freire.

Esse modelo, segundo Behr, Moro e Estabel (2008), trata-se de uma maneira de substancializar as ideias geradas após análise do estudo de caso de maneira estruturada e organizada antes mesmo da implantação de qualquer solução impositiva. É válido explicar que, em 5W2H, as letras W e H se referem às palavras e expressão de origem inglesa: *What* (O quê), *When* (Quando), *Why* (Por quê), *Where* (Onde) e *Who* (Como), *How* (Quem) e *How Much* (Quanto).

Portanto, essa ferramenta é empregada no processo de gestão por ser considerada simples e de fácil execução:

São instrumentos para identificar oportunidades de melhoria e auxiliar na mensuração e apresentação de resultados, visando ao apoio à tomada de decisão por parte do gestor do processo. (BEHR, MORO e ESTABEL, 2008)

O modelo adotado leva em consideração as ideias propostas apresentadas pelos participantes do estudo de caso durante o processo de análise, até mesmo porque o intuito do estudo é a melhoria da questão em pauta. Este PAE é constituído por propostas de organização dos momentos das atividades extraclasse e por um programa de formação dos agentes escolares.

A seguir, descreve-se de forma detalhada as ações, bem como a proposta de monitoramento e avaliação para, finalmente, chegar às considerações finais.

### **3.1 Plano de Ação Educacional (PAE)**

O objetivo deste capítulo é apresentar uma proposta de Plano de Ação Educacional (PAE), no intuito de auxiliar o gestor a organizar e facilitar o trabalho do corpo docente servindo de apoio nos processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das Reuniões Pedagógicas, especificamente. É válido ressaltar que durante todo o trabalho, as horas de atividades extraclasse foram



analisadas em seus diversos eixos, porém para que o PAE se preste ao seu objetivo senão auxiliar o estudo de caso, as Reuniões Pedagógicas foram priorizadas.

A Lei nº 11.738/2008 que instituiu o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica prevê a importância do cumprimento de 1/3 da carga horária do professor fora da sala de aula, sendo que destes é necessário que o professor participe das Reuniões Pedagógicas, como o inciso II, art. 10 da Resolução SEE nº 2.253/13 e do Ofício GS Circular nº 001801/13, no item 2.1 que ressalta das “4 horas semanais a serem cumpridas na própria escola ou em local definido pela direção” 2 horas são destinadas às reuniões.

Desta maneira, a partir de alguns resultados encontrados nesta pesquisa referentes às Reuniões Pedagógicas, esta subseção propõe apresentar, por meio do PAE, a implantação de algumas ações que visam melhorar a qualidade desse momento. Tais ações foram escolhidas pela sua relevância referentes às dificuldades encontradas.

O quadro 6 demonstra algumas considerações sobre este estudo que serviram como orientação para as ações propostas no PAE sugeridas nesse capítulo.

**Quadro 6 - Considerações sobre a pesquisa e ações para o PAE**

<b>Considerações sobre a pesquisa</b>	<b>Proposta de ações para o PAE</b>
Falta de cumprimento mais direcionado	Reformulação das diretrizes e orientações acerca das Horas de Atividades Extraclasse por meio de conscientizações constantes e registros mais específicos.
Falta de um local específico e condições adequadas (estrutura e recursos) nos espaços (locais) de realização das Horas de Atividades Extraclasse na escola.	Organização de um espaço específico destinado ao cumprimento das horas a serem cumpridas na própria escola. Renovação dos equipamentos (computadores e sistemas operacionais) para melhoria das condições das Horas de Atividades Extraclasse.
Ausência de formações continuadas utilizando a Hora de Atividade Extraclasse.	Organizar um plano de trabalho mínimo para cumprimento durante o ano letivo, contemplando assuntos que os próprios professores possam requerer.
Professores com mínimo de carga horária a ser cumprida.	Diálogo com tais professores para que os mesmos possam cumprir a carga horária de atividade extraclasse participando de pelo menos uma reunião pedagógica, ou seja, agrupar todo o tempo a ser cumprido durante uma semana em um único dia.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise da pesquisa de campo.

O quadro 6 apresenta algumas questões apontadas a partir da análise das entrevistas com as supervisoras e da aplicação dos questionários aos professores. As ações de intervenção que compõem o PAE serão explicadas de maneira detalhada nas seções 3.1.1. Realização de momentos de conscientização sobre as atividades extraclasse; 3.1.2 Criação de um local adequado ao cumprimento das atividades; 3.1.3 Criação de diretrizes sobre qual seria a formação a ser desenvolvida e, por fim, 3.1.4 Participação dos professores em uma reunião pelo menos integralmente.

### 3.1.1 Proposta 1. Realização de momentos de conscientização sobre as atividades extraclasse

O estudo realizado apontou que apesar de haver o cumprimento das horas de atividades extraclasse na escola pesquisada, identificou-se que as mesmas podem ser mais bem estruturadas pela gestora no sentido de proporcionar aos professores um ambiente propício bem como um melhor direcionamento, levando em consideração que deve ser feito um trabalho no sentido de demonstrar a importância das mesmas, uma vez que alguns profissionais acabam não utilizando esse tempo para realizar as atividades inerentes à profissão. Além disso, há uma grande dificuldade por parte da equipe gestora em monitorar, principalmente, as horas em que cumpre na própria escola, onde o professor permanece a maior parte do tempo sozinho.

Para os servidores iniciantes, é interessante ter uma capacitação para que os mesmos possam conhecer a lei que rege a composição do quadro de horário do professor, explicando a relação do número de aulas e sua correspondência com o número de Horas de Atividades Extraclasse a serem cumpridas. O quadro 7 explicita como deve ser a implementação dessa ação.

Esta proposta tem como objetivo primordial a realização das Horas de Atividades Extraclasse, pois visa à elucidação do que são essas horas, sobre seu funcionamento, a legislação que rege esse dever. Propõe-se, assim, uma maneira de auxiliar no processo de monitoria, pois, ao se fazer a conscientização dos professores, a equipe pedagógica deve ampliar a monitoria aos próprios professores

conforme está prescrito nas normativas, até mesmo porque tais profissionais é que irão sistematizar o planejamento quanto ao que será trabalhado durante esse momento.

**Quadro 7 - Proposta de conscientização sobre o funcionamento das horas de atividade extraclasse**

Ação (O que será realizado)	Conscientizar o corpo docente sobre como é o funcionamento das Horas de Atividades Extraclasse tanto no sentido de carga horária como quais as atividades a serem desenvolvidas, bem como a importância do cumprimento dessas horas.
Justificativa (Por que será realizado)	Devido à inexistência de um momento de instrução sobre o assunto.
Local (Onde será realizado)	No próprio âmbito escolar.
Tempo (Quando será realizado)	No primeiro bimestre do ano de 2018.
Responsável (Por quem será realizado)	Equipe Pedagógica da escola, sendo que pode haver um convite a um servidor (Inspetor) da SRE para palestrar.
Método (Como será realizado)	Mobilização de todos os sujeitos envolvidos coletivamente.
Custo (Quanto será gasto para realizar)	Sem previsão de custo, além da utilização dos materiais já presentes na escola.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise da pesquisa de campo.

Para tanto, essa conscientização será pautada em legislações que compõem e regulamentam o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse e será feita por meio de rodas de conversas entre todos(as) os(as) professores(as), proporcionando uma grande mobilização por parte dos envolvidos. Será realizada em um dia, ou seja, durante uma reunião pedagógica.

Além disso, uma inspetora da SRE será convidada para palestrar em outra reunião pedagógica sobre o assunto como também tirar eventuais dúvidas.

Para que todos(as) os(as) professores(as) sejam alcançados por essas ações, a reunião pedagógica terá caráter de convocação, ou seja, todos(as) os(as) professores(as) deverão estar presentes, independentemente da carga horária a ser cumprida. Esta ação visa principalmente a amenizar a fragilidade de monitoramento das Horas de Atividades Extraclasse, uma vez que responsabilizará o(a) professor(a) de seu compromisso com esse horário.

### 3.1.2 Proposta 2. Criação de um local adequado ao cumprimento das atividades

A pesquisa realizada com os professores, bem como a entrevista aplicada aos supervisores demonstram que, apesar de haver na escola instrumentos como computadores, *notebooks*, *datashow*, entre outros, muitas vezes o número de equipamentos não é suficiente. Além disso, ainda não há um espaço específico para o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse, pois atualmente esse cumprimento é realizado na própria sala de aula, quando não há alunos, na sala dos professores, na sala de supervisão, na secretaria; porém, nenhum está adequado ao cumprimento dessas horas. Tal situação, por vezes, dificulta o trabalho extraclasse dos professores até mesmo porque atualmente o diário implantado no estado de Minas Gerais é *online*, ou seja, no mínimo, é necessário disponibilizar uma rede *wifi* caso os(as) professores(as) levem seus próprios equipamentos.

É imperioso destacar que a educação como um princípio fundamental, principalmente em face da farta positivação dos direitos fundamentais tão presente nas Constituições contemporâneas e que representa evidente contribuição da modernidade, exige que os gestores garantam tal direito em conformidade com a política de valorização profissional do docente. Contudo, recursos financeiros são necessários para atender essa e outras demandas inerentes à melhoria física do meio educacional.

Com base no exposto, o quadro 8 propõe uma ação para melhoria de condições para a realização de todas as atividades extraclasse.

**Quadro 8 - Proposta para adequação do local de cumprimento de atividade extraclasse**

Ação (O que será realizado)	Aproveitar um espaço ocioso na própria escola e equipá-lo com internet para que os professores possam utilizar seus <i>notebooks</i> , ou o próprio computador disponibilizado.
Justificativa (Por que será realizado)	Devido à inexistência de um local apropriado equipado em internet ou equipamentos facilitadores do trabalho docente.
Local (Onde será realizado)	No próprio âmbito escolar.
Tempo (Quando será realizado)	Durante o ano de 2018.
Responsável (Por quem será realizado)	Gestor que irá requerer recurso ou utilizar o recurso da manutenção e custeio para adequar o espaço indicado.

Método (Como será realizado)	Estudo do local a ser utilizado.  Elaboração de projeto básico para aquisição de computadores e outros equipamentos necessários para sua instalação e funcionamento de rede <i>wifi</i> .  Instalação dos equipamentos com adequação das instalações das redes elétricas e lógicas quando necessário.
Custo (Quanto será gasto para realizar)	Aproximadamente R\$ 3.000,00.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise da pesquisa de campo.

Assim, a implementação de um espaço adequado ao docente para realizar seu trabalho é essencial, pois os espaços oferecidos geralmente estão sendo utilizados para outras atividades, como, por exemplo, a sala dos professores – espaço inicialmente destinado à socialização e descanso e que se torna o local para o cumprimento, porém ruídos, movimentação, conversas acabam por diminuir a concentração dos docentes que buscam este local para corrigir trabalhos ou preencher diários, por exemplo.

Dessa maneira, esta ação seria uma das primeiras a serem implementadas, porém é sabido que, em âmbito público, no que diz respeito a recursos financeiros, talvez não seja algo que ocorra imediatamente.

### 3.1.3 Proposta 3. Criação de diretrizes sobre qual seria a formação a ser desenvolvida

Um dos objetivos a serem alcançados com as Horas de Atividades Extraclasse é alcançar a formação contínua do profissional que será de maneira coletiva e, principalmente, aquela direcionada à sua prática profissional.

A formação continuada já é prática, atualmente, no estado de Minas Gerais. Há programas com o intuito de fomentar práticas educativas direcionadas aos professores como o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio<sup>22</sup>, Pacto

<sup>22</sup> O projeto Formação Continuada de Professores do Ensino Médio busca promover um processo formativo que valorize e envolva os professores da Rede Estadual do Ensino Médio em Minas Gerais, além de gestores e equipes pedagógicas da Secretaria Estadual de Educação de MG, contribuindo, assim, para a melhoria de qualidade deste nível de ensino.

Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)<sup>23</sup> e o Programa Impulsiona<sup>24</sup>, por exemplo. Portanto, os (as) professores (as) da E. E. Paulo Freire que atendem e compõem a destinação desses programas são incentivados(as) a participarem dos mesmos e, conseqüentemente, são dispensados do cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse na escola.

Apesar disso, esses programas são bastante específicos – Ensino Médio e Alfabetização. Dessa forma, a formação continuada na própria escola a ser ofertada àqueles que, eventualmente, não participam de nenhum programa é de suma importância. Como proposta para a organização dessa formação, são apresentadas, no quadro 9, algumas ações a serem realizadas.

**Quadro 9 - Proposta para formação continuada durante as horas de atividade extraclasse**

Ação (O que será realizado)	Promover parcerias que possam formar os(as) professores(as). Aproveitar sugestões dos(as) próprios(as) professores(as) para organizar pautas com fulcro de formação.
Justificativa (Por que será realizado)	Devido à inexistência de um planejamento anual sistemático e com sequência que tem o intuito de tratar sobre os temas levantados pelos(as) próprios(as) professores(as).
Local (Onde será realizado)	No próprio âmbito escolar.
Tempo (Quando será realizado)	Durante o ano de 2018.
Responsável (Por quem será realizado)	Gestor (a) e Supervisores (as)
Método (Como será realizado)	Levantamento sobre temas a serem discutidos e a distribuição dos mesmos durante o ano letivo. Pesquisar e preparar material para a formação requerida. Buscar parcerias com instituições como Universidade e Associações no intuito de estudar metodologias diferenciadas.
Custo (Quanto será gasto para realizar)	Sem previsão de custo, além dos já previstos para compra de materiais para os professores.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise da pesquisa de campo.

A Gestão de Pessoas, ou especificamente a gestão democrática e participativa, possui cunho gerencial coletivo e traz como prerrogativa inserir todos os sujeitos envolvidos no processo. Neste caso, a formação possui cunho

<sup>23</sup> Pacto: um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores.

<sup>24</sup> Formação continuada, EAD, para professores de Educação Física, especialistas das escolas, coordenadores da Educação Integral Integrada e professores oficinairos do macrocampo Esporte e Lazer do Mais Educação.

responsivo e tem como objetivo levar o grupo participante a analisar os temas a serem estudados durante o ano letivo conforme o cronograma a ser construído coletivamente.

Para tanto, logo no início das atividades escolares e, conseqüentemente, das reuniões pedagógicas, seria feita uma plenária fomentando e instigando os (as) professores (as) no sentido de opinarem sobre o que é relevante tratar, pesquisar e estudar durante o ano letivo. Além disso, podem ser realizadas parcerias com instituições, faculdades e universidades locais no sentido de convidar profissionais para realizarem palestras, atividades, debates entre outros no sentido de fomentar a formação continuada e em serviço.

A formação continuada, já amplamente discutida durante a pesquisa, deve ser realizada continuamente ao longo da vida profissional do professor. Para que a mesma atinja seu objetivo, é fundamental que seja significativa para o corpo docente e vinculada à sua prática de sala de aula, por isso a necessidade de se realizar um levantamento sobre os anseios dos(as) professores(as).

#### 3.1.4 Proposta 4. Unificação do cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse nas Reuniões Pedagógicas e reformulação dessas reuniões

Conforme visto nos dados da pesquisa, o turno vespertino – composto por professores(as) dos anos iniciais – participa em sua totalidade das reuniões pedagógicas, sendo que somente o professor de uso da biblioteca não participa das mesmas, conforme previsão legal. Porém, quanto ao turno matutino, no qual a carga horária dos(as) professores(as) não é uniforme como os do vespertino, esse é um dos grandes desafios enfrentados na composição do grupo participante das reuniões.

Ciente de que as reuniões pedagógicas são importantes, sendo essencial que um maior número de professores (as) participe delas, uma vez que esse é um momento de orientação, troca de experiências, formação continuada, sugere-se, conforme o quadro 10, adequar esse horário na busca de atingir mais professores (as).

**Quadro 10 - Proposta para adequar as Reuniões**

Ação (O que será realizado)	Reorganizar o horário da Reunião Pedagógica para que a mesma seja cumprida de 15 em 15 dias.
Justificativa (Por que será realizado)	Devido ao número de professores detentores de carga horária reduzida, seria necessária a reorganização do quadro de cumprimento dos docentes.
Local (Onde será realizado)	No próprio âmbito escolar.
Tempo (Quando será realizado)	No primeiro bimestre do ano de 2018.
Responsável (Por quem será realizado)	Gestor (a) e Supervisores (as).
Método (Como será realizado)	Levantamento da quantidade de horas a serem cumpridas por cada professor.  Organização das horas de atividade extraclasse para que eles cumpram prioritariamente durante a Reunião Pedagógica a ser cumprida na própria escola.  Organização das horas de reunião pedagógica. Atualmente ocorre semanalmente, porém pode-se discutir sobre acontecerem de 15 em 15 dias levando em consideração as horas totais a serem cumpridas.
Custo (Quanto será gasto para realizar)	Sem previsão de custo

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise da pesquisa de campo.

Assim, será necessário fazer um levantamento detalhado sobre a quantidade de horas a serem cumpridas por cada professor. Os horários serão organizados em tabela conforme o modelo já utilizado pela escola. A partir desse estudo individual, fazer uma votação no sentido de reunir e centralizar as Horas de Atividades Extraclasse nas reuniões pedagógicas.

Além disso, é necessário verificar com o grupo de professores (as) juntamente com a equipe gestora, a possibilidade de cumprir as Horas de Atividades Extraclasse, mais especificamente as destinadas às reuniões pedagógicas a serem realizadas de 15 em 15 dias.

Portanto, com as quatro ações descritas neste Plano de Ação Educacional, espera-se contribuir com a melhoria do cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse na E. E. Paulo Freire, a fim de que sua finalidade de formação docente seja plenamente atingida.



### 3.1.5 Proposta 5. Reformulação das Reuniões Pedagógicas no sentido de melhor aproveitamento

Conforme exposto no Capítulo 2, verificou-se por meio das entrevistas com os supervisores que por diversas vezes o foco das reuniões pedagógicas se dispersava, além disso, essas reuniões por diversas vezes têm se prestado a discutir assuntos administrativos, conselho de classe, entre outros.

Para os servidores iniciantes, é interessante que haja uma reunião no formato de capacitação para justamente para explicar o funcionamento das horas de atividades extraclasse, explicitando sua importância e quais suas diretrizes no intuito de auxiliar no conhecimento da legislação que rege o quadro de horário dos professores. Para aqueles mais experientes será um momento de trocas de experiências, bem como para que dúvidas sejam sanadas.

O quadro 11 explicita como deve ser a implementação dessa atividade. Esta proposta tem como objetivo fundamental organizar o horário das reuniões no sentido de auxiliar os professores no planejamento de suas aulas através da conscientização dos mesmos. Propõe-se, assim, uma maneira de assessorar os docentes no processo de monitoria, pois, ao se fazer tal conscientização, a equipe pedagógica irá ampliar a monitoria aos próprios professores, até mesmo porque tais profissionais é que irão sistematizar o planejamento quanto ao que será trabalhado durante esse momento.

**Quadro 11 – Proposta para melhor aproveitamento das Reuniões Pedagógicas**

Ação (O que será realizado)	Reorganizar as reuniões pedagógicas: - Otimizar o tempo das reuniões utilizando os recursos tecnológicos como o e-mail e whatsapp; - Organizar a reunião para que assuntos tenham fulcro pedagógico e que possa haver discussões sobre os mesmos.
Justificativa (Por que será realizado)	Devido à limitação de horário das reuniões pedagógicas é necessário otimizar o tempo para que elas sejam o mais proveitosas possível no sentido de auxiliar os professores na prática em sala de aula.
Local (Onde será realizado)	No próprio âmbito escolar.
Tempo (Quando será realizado)	No primeiro bimestre do ano de 2018.
Responsável (Por quem será realizado)	Gestor (a) e Supervisores (as).

Método (Como será realizado)	Conscientização sobre a utilização dos meios tecnológicos para que estes se tornem ferramenta de comunicação sobre os assuntos administrativos.  Levantamento dos assuntos a serem abordados durante as reuniões.  Organização dessas reuniões utilizando métodos diferenciados como palestras, dinâmicas, discussão em grupos entre outros.
Custo (Quanto será gasto para realizar)	Sem previsão de custo

Essa proposta corresponde a um melhor aproveitamento por parte dos professores com relação às Reuniões Pedagógicas no sentido de tornar essas reuniões em um momento de fortalecimento da equipe bem como de transformação das práticas pedagógicas inerentes à profissão. Essas reuniões terão um cunho mais pedagógico sendo que serão tratados assuntos que interessem a prática pedagógica do corpo docente, além disso, deve haver uma troca de experiências e práticas exitosas aproveitando este momento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou analisar como ocorrem as Atividades Extraclasse na escola Paulo Freire, localizada na cidade de Varginha, em Minas Gerais. Evidenciou-se que é possível e, necessário, que a equipe gestora desenvolva e organize as horas de Atividades Extraclasse, visando proporcionar à equipe docente um momento em que esta possa aproveitar para desenvolver atividades inerentes da profissão.

Observou-se a partir dos resultados da pesquisa que diversos assuntos estão ligados às Atividades Extraclasse, como os citados durante a pesquisa: formação continuada em serviço, atividade cumprida em local pré-definido, reunião pedagógica. Porém, para que a pesquisa apresente uma abordagem mais pedagógica e, visando um melhor aproveitamento desta pesquisa para a gestão, o foco principal do PAE – Plano de Ação Educacional foram as Reuniões Pedagógicas. Portanto, os pontos analisados que não foram contemplados pelo PAE, podem ser objetos de estudo em outro momento, uma vez que o assunto é extremamente importante para o funcionamento escolar.

A presente pesquisa realizada na Escola Paulo Freire revelou que apesar de haver o cumprimento das horas de atividades extraclasse a equipe gestora pode possibilitar aos professores um melhor aproveitamento dessas horas no intuito de atender às necessidades vivenciadas pelos professores.

Mediante a importância desse processo executado pelos atores educativos envolvidos nesse contexto, a questão norteadora de todo o trabalho foi: como a gestão da Escola Estadual Mineira Paulo Freire pode organizar os horários destinados às Horas de Atividades Extraclasse, possibilitando o seu cumprimento com maior direcionamento? Partindo da análise dos dados obtidos com o questionamento proposto pela pesquisa, alguns fatores que prejudicam esse cumprimento puderam ser detectados, tais como: falta de um lugar específico para o cumprimento dessas atividades, número reduzido de professores durante as reuniões pedagógicas, falta de cumprimento mais direcionado e ausência de formações continuadas utilizando as horas de atividade extraclasse. Por conseguinte, foram apresentadas as propostas de intervenção contidas no Plano de

Ação Educacional, no intuito de auxiliar a reorganização e melhoria do cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse.

Os dados obtidos a partir da aplicação de questionários e entrevistas, bem como a análise documental, como, por exemplo, o livro de ponto, revelaram que, apesar de haver o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse, alguns aspectos relevantes acerca do alcance do objetivo dessas horas e sobre quais seriam as possíveis ações que fariam que esse momento fosse melhor aproveitado.

Portanto, este estudo não visou esgotar a análise acerca da problemática do cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse, até mesmo porque muitas questões não dependem dos sujeitos envolvidos. Assim, a pesquisa se prestou a refletir sobre essas horas em âmbito escolar, porém levanta uma problemática encontrada em todas as escolas do estado e, por isso serve como um dado comparativo para outras instituições. Além disso, busca instigar mais estudos sobre a temática e eventuais pesquisas sobre os aspectos que esta pesquisa não abordou, até mesmo porque seria necessária a comparação de dados entre diferentes escolas localizadas em todo o estado mineiro. Assim sendo, esta dissertação não pretendeu apresentar uma solução para os desafios oriundos do cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse em todas as escolas do estado de Minas Gerais, mas, sim, espera contribuir nas discussões e debates sobre a melhoria no planejamento e gestão desse momento na E. E. Paulo Freire.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Formação Continuada como Instrumento de Formação Docente. In: VEIGA, Ilma. (Org.). **Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas: Papyrus, 1998.

APPLE, Michael. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 26 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Estudo do MEC sobre a Lei do Piso Salarial Nacional dos Professores, 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11738, de 16 de julho de 2008. **Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm)>. Acesso em: 26 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 26 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para Formação de Professores**. 2. ed. Brasília. A Secretaria, 2002. 177 p.

BORGES, C. Trabalho coletivo. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. [CD-ROM]

BURGOS, Marcelo. **A Escola e o mundo dos alunos: estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CNE/CEB. Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009. **Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Professores**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_cne\\_ceb002\\_2009.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2017.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa**: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas, 2012, p. 86.

CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo; PRADO Guilherme do Val Toledo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 28, p.101-111, jan./jun., 2010. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/79/68>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

DI-GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini et alii. **Necessidades formativas de professores de redes municipais**: contribuições para a formação de professores crítico reflexivos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **224 Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPRFLICK, UWE. Introdução à pesquisa qualitativa. 3 ed. Porto Alegre : Artmed, 2009, 405 p.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. UEC, 2002. [Apostila]

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2007.

\_\_\_\_\_. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. V. 13, no. 37 jan/abr, 2008.

\_\_\_\_\_; BARRETTO, Elba S. de Sá;. MARLI, Eliza Dalmazo de A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

GHEDIN, E.; ALMEIDA, M. I. de; LEITE, Y. U. F. A formação de professores nos cursos de licenciatura: caminhos e descaminhos da prática. In: GHEDIN, E.; ALMEIDA, M. I. de; LEITE, Y. U. F. **Formação de Professores**: Caminhos e descaminhos da Prática. Brasília: Líber Livro, 2008. p. 23-51.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai./ago. 2006. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: <<http://https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=317070>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

LEITE, Y. U. F.; DI GIORGI, C. A. G. Saberes docentes de um novo tipo na formação profissional do professor: alguns apontamentos. **Rev. Educação**, Santa Maria, v. 29, n. 2, p.135-145, 2004.

LIBÂNIO. José Carlos et al. **Educação escolar**: política, estrutura e organização. Goiânia: Cortez, 2003

\_\_\_\_\_. Artigos de demanda contínua - Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR. Disponível em:

<[http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos\\_17/libaneo.pdf](http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Pedagogia e pedagogos... Disponível em: <[http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos\\_17/libaneo.pdf](http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf)> Acesso em: 26 out. 2017.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar – Políticas, Estrutura e Organização**. 9 ed. São Paulo. Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 124p.

LIBANÊO, J. C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. **A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática**. 2009a. Disponível em: <<http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-hluck.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba, Editora Positivo, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Planejamento em Orientação Educacional**. Petrópolis, Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A gestão participativa na escola**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_ et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Gestão Educacional: Uma questão Paradigmática**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão.

\_\_\_\_\_ (Org.). Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. Planejamento em Orientação Educacional. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.  
MARIN, Alda Junqueira (Org.). **Educação Continuada: reflexões e alternativas**. Campinas: Papyrus, 2000.

MENDES, C. C. T. HTPC: **Hora de trabalho Perdido Coletivamente?** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, SP, 2008. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/cintia\\_mendes.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/cintia_mendes.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MENEZES Glauco Gomes de. A utilização das TIC nos processos de formação continuada e o envolvimento dos professores em comunidades de prática. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 283-299, jan./mar. 2014. Editora UFPR .

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a17.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

MEZOMO, João Catarin. **Educação Qualidade: à volta as aulas**. Ed. Loyola, 1994.

MINAS GERAIS. Lei Estadual 7.109/77, 13 de outubro de 1977. **Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=7109&ano=1977>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 19.481, de 12 de janeiro de 2011. Institui o **Plano Decenal da Educação do Estado de Minas Gerais (PDEMG) para o período de 2011 a 2020**. Diário do executivo. Belo Horizonte, MG, 13 jan. 2011<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 2.836, de 28 de dezembro de 2015. Belo Horizonte, 2016.

\_\_\_\_\_. **Ofício Circular nº 001801/13, de 06 de junho de 2013**. Belo Horizonte, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Estudo sobre a lei do piso salarial**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10241-estudo-sobre-lei-piso-salarial&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10241-estudo-sobre-lei-piso-salarial&Itemid=30192)>. Acesso em: 19 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Catálogo da RNFC/MEC 2006**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Rede/catalog\\_rede\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Rede/catalog_rede_06.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2017.

MIZUKAMI, M. G. N. et. al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

NORONHA, Maria Izabel. **Parecer elimina dúvidas sobre a jornada do professor**. 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/maria-izabel-noronha-parecer-elimina-duvidas-sobre-a-jornada-do-professor.html>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e formação docente. In: Nóvoa, Antônio. (org.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, Antônio. O Professor Pesquisador e Reflexivo. In: **Salto para o Futuro**. Entrevista concedida em 13 de setembro 2001.

OLIVEIRA, Dalila A. Trabalho Docente. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana M. C.; VIEIRA, Lívia M. F. (Orgs.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG / Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM. Não paginado.



\_\_\_\_\_. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade. Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila A.; VIEIRA, L. M. F. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In: OLIVEIRA, Dalila A.; VIEIRA, L. M. F. (Org.) **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 153-190.

PARECER HOMOLOGADO - Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 1º/8/2012, Seção 1, p. 17. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11795-pceb018-12&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11795-pceb018-12&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192) |>. Acesso em: 27 nov. 2016.

PLACCO, Vera Maria Nigro de S. Verbetes 'formação em serviço'. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga (Orgs.). **Dicionário Trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: GESTRADO/UFMG, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/index.php?pg=dicionario-verbetes>>. Acesso em: 27 out. 2017.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. O Papel do Supervisor Escolar. Disponível em: <<http://https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/o-papel-do-supervisor-escolar/19026>>. Acesso em: 27 out. 2017.

PREFEITURA DE VARGINHA. Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/a-cidade/informacoes-estatisticas>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

RANGEL, Mary. **Supervisão Pedagógica: um modelo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROMÃO, José. **Diretores escolares e gestão democrática da escola**. São Paulo: Cortez, 1997.

RUSSO, Miguel Henrique. Contribuição da administração escolar para a melhoria da qualidade do ensino. In: BAUER, Carlos et al. **Políticas Educacionais e Discursos Pedagógicos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

SADY, João José. **Direito do trabalho do professor 1996**. São Paulo, LTR, 1996. Disponibilidade: Rede Virtual de Bibliotecas.

SANDER, Benno. O estudo da administração da educação na virada do século. In: MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Política e gestão da educação: dois olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, L. L. C. Dimensões pedagógica e política da formação contínua. Belo Horizonte, **Revista Tessituras**, n. 1, fev. 1998.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997. **Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas.**

\_\_\_\_\_. Portaria da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas nº 1/96, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais. 5 de outubro de 2007. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2007b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 44.959 de 24 de novembro de 2008. **Estabelece Normas para o Credenciamento, pela Secretaria de Estado de Educação, de instituições prestadoras de serviços educacionais de ensino superior na área de capacitação de educadores para integrar a rede mineira de formação de educadores da rede pública.** Diário do executivo. Belo Horizonte, MG, 25 nov. 2008.

SINGER, P. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, v. 1, n. 1, jan./abr. 1996.

SOUZA, Gabriela Reginato de. **Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs): espaços de formação contínua e de produção de saberes docentes?** 2013. 411 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/92363>>. Acesso em: 27 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **As Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs) e a formação contínua na escola pública atual-** Artigo - FCT – UNESP campus de Presidente Prudente. 2011.

TARDIF, Maurice. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. In: \_\_\_\_\_. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_; Saberes docentes e formação profissional. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Keuch. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_; Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.  
UNESCO. International Standard Classification of Education – ISCED. 1997. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/ev.php>>. Acesso em: 27 set. 2016.

VASCONCELLOS, Celso. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do PPP ao cotidiano de sala de aula. São Paulo. Cortez, 1995.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. de; **Política educacional no Brasil.** Brasília: Liber Livro, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre. Bookman, 2001.

ZEICHNER, K. M. El maestro como profesional reflexivo. **Cuadernos de Pedagogía**, n. 220, Madrid, 1993. p. 44-49.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: FORMULÁRIO RESPONDIDO PELOS DIRETORES POR MEIO DO GOOGLE DRIVE

#### Quantos anos atuando em educação 7 respostas

17

27

24 anos

22

30 anos

27 ANOS

11 anos

#### Quantos anos atuando como Diretor 7 respostas

4

02

6 anos

5

1 ano e 8 meses

10 ANOS

18 meses

#### Todos os professores participam das Reuniões Pedagógicas? Caso negativo explique o motivo 6 respostas

Sim (4)

sim

SIM

#### Todos os professore cumprem as horas de "Modulo III"? Caso negativo explique o motivo 6 respostas

Sim (4)

sim

SIM

#### Quais as dificuldades que você encontra com relação ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse? 6 respostas

peçoal para acompanhamento da qualidade das horas cumpridas, muitas vezes são desperdiçadas.

O controle por parte dos supervisores e o compromisso por parte dos professores

Monitorar as atividades dos professores e sua frequência. A troca de horário para cumprimento das atividades extraclasse semanal também é um dificultador do processo. Falta de compromisso por parte do professor em realizar as atividades durante o cumprimento das atividades extraclasse.

Elas serem produtivas como deveriam ser, para estudo e acompanhamento.

Devido cada professor cumprir num horário diferente, torna-se difícil o monitoramento.

As dificuldades quando acontecem se referem ao cumprimento total dos módulos/dia.

**Quais as vantagens a serem listadas com relação ao cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse? 6 respostas**

tempo para estudos, avaliação do trabalho e melhoria da prática, além de troca de experiências.

Muito ou quase todo trabalho extraclasse do professor pode ser realizado dentro deste horário se o professor organizá-lo e encará-lo como o benefício que ele realmente o é.

Não vejo vantagem significava.

Espaço para estudo, planejamento, troca de experiências e encontro com as especialistas. Tenho vários professores que aproveitam bem este tempo.

O horário para estudos, planejamentos, sanar dúvidas junto ao supervisor e/ou diretor, preenchimento de Diário de Classe, dentre outros.

Oportunidade no adiantamento de correções de avaliações, atividades, lançamento de notas, entre outros.

## APÊNDICE B: ENTREVISTA COM AS ESPECIALISTAS DA ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE



### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA – MESTRADO PROFISSIONAL

Mestranda : Cíntia Alethéia de Paiva  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Entrevista com as Especialistas da Escola Estadual Paulo Freire da cidade de Varginha/MG:

Prezado (a):

Inicialmente agradeço a sua colaboração neste processo de pesquisa. Esclareço que a entrevista será gravada e transcrita no texto dissertativo subsidiando a realização do trabalho da Dissertação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. A coleta destas informações sobre o cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse será de grande importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa e trabalhadas sob critérios éticos considerando o valoroso trabalho dessa equipe escolar em seus trabalhos profissionais. As perguntas são relacionadas à vivência da especialista quanto ao cumprimento das Atividades Extraclasse.

#### Parte I – Identificação

Idade:

Tempo de exercício no cargo:

Tempo de exercício na escola:

Formação:

Pós-Graduação: Lato sensu ( ) Stricto Sensu ( )

Carga horária diária:

Situação funcional: efetivo ( ) designado ( )

- 1- Como as Horas de Atividades Extraclasse são organizadas e monitoradas nessa escola?
- 2- A SRE alguma vez apareceu aqui para orientar, coordenar ou até mesmo acompanhar?
- 3- Quais as maiores dificuldades que você encontra na realização de uma reunião pedagógica?

- 4- Você já ouviu alguém falar exatamente sobre isso entre os professores falar dessa diferença que tem de um de outro ou não nunca ninguém mencionou ou reclamou?
- 5- Como as atividades realizadas durante as horas de atividade extraclasse podem contribuir para o trabalho dos professores em sala de aula?
- 6- Aquilo que os professores vivenciam em sala de aula é tratado durante as discussões nas reuniões pedagógicas?
- 7- Em sua opinião as reuniões pedagógicas podem ser consideradas como momento de formação na escola?
- 8- Você acha que esse tempo é suficiente para isso, para essa formação?
- 9- Tem alguma estratégia alguma coisa diferente que às vezes acontece nessas reuniões que você percebe ou não que foge até mesmo desses padrões?
- 10- Qual a sua opinião quanto ao formato atual de horário de participação em Reunião pedagógica de acordo com resolução
- 11- Você entende que as horas de Módulo III, que são estas que você falou, fora a reunião pedagógica né possibilitam a formação continuada do docente nessa hora ele tem formação continuada?
- 12- Você observa que essas horas eles estão cumprindo mesmo fazendo alguma atividade ou às vezes você percebe que realmente aquele momento é momento às vezes até mesmo de descanso?
- 13- Como você avalia cumprimento das atividades extraclasse nessa escola?
- 14- E você observa a monitoria deste horário como que é feita essa monitoria se houver mesmo?
- 15- Quais as dificuldades que você identifica para o cumprimento das horas de atividade extraclasse nessa escola?
- 16- Como você observa o planejamento individual nessa escola, há além deste individual um planejamento coletivo dos professores, explique.
- 17- Qual ação você poderia citar?
- 18- Você como supervisora acha que as coisas são muito impostas?
- 19- E quando você transmite essas informações e faz as orientações os professores como que eles recebem essas orientações numa reunião pedagógica, por exemplo?

**APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO APLICADO NOS DOCENTES DA ESCOLA  
ESTADUAL PAULO FREIRE**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PÚBLICA – MESTRADO PROFISSIONAL**

Mestranda : Cíntia Alethéia de Paiva  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Questionário aplicado aos Professores da Escola Estadual Paulo Freire da cidade de Varginha/MG:

Prezado (a):

Inicialmente agradeço a sua colaboração neste processo de pesquisa. Esclareço que a entrevista será gravada e transcrita no texto dissertativo subsidiando a realização do trabalho da Dissertação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. A coleta destas informações sobre o cumprimento das Horas de Atividade Extraclasse será de grande importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa e trabalhadas sob critérios éticos considerando o valoroso trabalho dessa equipe escolar em seus trabalhos profissionais. As perguntas são relacionadas à vivência dos professores quanto ao cumprimento das Atividades Extraclasse.

Mestranda : Cíntia Alethéia de Paiva  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert  
Questionário para docentes da Escola Estadual Paulo Freire da cidade de Varginha/MG:11

Prezado (a) Professor (a):

Inicialmente agradeço a sua colaboração neste processo de pesquisa. As respostas deste questionário serão utilizadas com o único objetivo de reunir informações subsidiadoras para a realização de minha Dissertação de Mestrado no âmbito Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. A coleta destas informações sobre o funcionamento do Conselho de Classe será de grande importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa. Informo, ainda, que a identidade de todos os participantes será mantida em sigilo. Este questionário contém questões de assinalar com um X. Apenas um item em cada questão deverá ser assinalado.



**Parte I - Identificação**

Disciplina (s): \_\_\_\_\_

Nível de ensino em que atua:

 Ensino Fundamental (Anos iniciais) Ensino Fundamental (Anos finais) Ensino Médio

Tempo de atuação na docência: \_\_\_\_\_ Quantidade de aulas ministradas nesta escola: \_\_\_\_\_

Carga horária: \_\_\_\_\_

Situação funcional:  efetivo  designadoTrabalha em outra escola:  sim  não

Se positivo qual a Rede: \_\_\_\_\_

**Parte II- Questões:**

1. Quanto à Organização

A. A regularidade de ocorrência das reuniões pedagógicas nesta escola:

 Diariamente Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Outros: \_\_\_\_\_

B. Como é feita a divulgação da pauta da reunião pedagógica:

 Por e-mail Por redes sociais No momento da Reunião Não é feita a divulgação Outros: \_\_\_\_\_

C. Quem decide as pautas da reunião pedagógica:

 SRE Diretora Especialista Professores Outros: \_\_\_\_\_

D. As discussões nas reuniões pedagógicas são significativas e proveitosas:

 Concordo Concordo parcialmente Não discordo nem concordo Discordo parcialmente Discordo

E. Qual é o seu horário para o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse semanalmente:

 Menos de 1 hora Entre 1 e 3 horas Entre 3 e 5 horas Mais que 5 horas

F. Como é realizado seu cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse (Reunião Pedagógica):

- Semanalmente
- Uma vez por mês
- Cada semana estou em uma escola
- Quando convocado
- Não preciso cumprir este horário

G. As reuniões ocorrem geralmente em qual local:

- Sala dos professores
- Sala de informática
- Sala de aula
- Discordo

H. Como você avalia o cumprimento das Horas de Atividades Extraclasse desta escola?

---

---

---

Obrigada por sua contribuição.